

Sumário

OS INVESTIMENTOS DA IAF NOS JOVENS

Cidadãos de primeira classe: Padre de Nicolás e as crianças de rua na Colômbia

Patrick Breslin

Futebol e mudança no conurbano de Buenos Aires

Jeremy Coon e Paula Durbin

Esperança em meio ao perigo em Honduras: educação, emprego e novas empresas

John Reed

Como a diáspora salvadorenha financia opções para o futuro

Megan Fletcher

Superando o hiato acadêmico no Brasil

David Fleischer e Alexis Toussaint

FÓRUM PARA BOLSISTAS

Os sem terra e as escolas: um modelo alternativo para a educação rural

Rebecca Tarlau

Laços intraétnicos ou interétnicos? As relações sociais e o ativismo indígena na Amazônia Peruana

Danny Pinedo

Aliança virtuosa no Brasil: Como as bases e o governo juntaram forças contra a AIDS

John Garrison e Jessica Rich

NA IAF

Examinando suposições: ajuda, desenvolvimento e o que conta como êxito

Marion Ritchey Vance

A marcha do desenvolvimento

Conversa sobre um livro: *The Long, Lingering Shadow*

Paula Durbin

Recursos

Desenvolvimento de Base

Revista da Fundação Interamericana

Foco: Investir nos jovens



VOLUME 34

2 0 1 3

A Fundação Interamericana (IAF), organismo autônomo de ajuda externa do governo dos Estados Unidos, foi criada em 1969 para promover o desenvolvimento baseado na autoajuda mediante doações diretas a organizações da América Latina e do Caribe. Seu orçamento operacional é composto por verbas do Congresso e recursos provenientes do Fundo Fiduciário de Progresso Social.

A IAF imprime *Desenvolvimento de Base* em inglês e espanhol. Versões em inglês, espanhol e português podem ser encontradas no site www.iaf.gov, acessíveis em formato pdf ou html. O conteúdo original produzido pela IAF e publicado em *Desenvolvimento de Base* pertence ao domínio público e pode ser reproduzido livremente. Não obstante, certos materiais desta revista foram proporcionados por outras fontes e podem estar protegidos por direitos de propriedade intelectual. Para reproduzir esses materiais, talvez seja necessária a autorização prévia do proprietário desses direitos. A IAF deve ser notificada de qualquer reprodução e solicita que se identifique a fonte. *Desenvolvimento de base* aparece no catálogo do *Standard Periodical Directory, Public Affairs Service Bulletin, Hispanic American Periodical Index (HAPI)* e base de dados de *Agricultural Online Access (WORLD)*. Os números anteriores da revista podem ser obtidos em microfilme: University Microfilms International, 300 N. Zeeb Road, Ann Arbor, MI 48106. Para receber a revista, solicite-a a publications@iaf.gov ou escreva para:

Desenvolvimento de base
Fundação Interamericana
1331 Pennsylvania Ave., N.W.
Washington, D.C. 20004

O propósito desta revista é compartilhar experiências de desenvolvimento de base com uma variedade de leitores. Convidamos todos a apresentarem artigos que tratem, entre outros, dos seguintes temas:

- como se organizam e trabalham os setores pobres da América Latina e do Caribe para melhorarem suas vidas;
- problemas e tendências no âmbito do desenvolvimento;
- como as instituições cooperam para fomentar o desenvolvimento da região.

Para obter mais informações, contate Paula Durbin no endereço indicado acima ou pdurbin@iaf.gov.

Cover: Christian Humberto López Pozo, 18, estudante-eletricista, Grupo Juvenil DION, Tegucigalpa.

Página oposta: Mario, aluno pré-escolar, Defensores del Chaco, Moreno, Argentina.

Impressa em papel reciclado utilizando tinta à base de soja.



The Inter-American Foundation

Robert N. Kaplan, Presidente

Conselho Diretor

John Salazar, Presidente interino
Thomas Dodd, Vice-Presidente Interino
Eddy Arriola
J. Kelly Ryan
Jack Vaughn
Roger Wallace

Desenvolvimento de base

Revista da Fundação Interamericana

Editora executiva: Paula Durbin
Editor assistente: Eduardo Rodríguez-Frías,
Maria Jovanovic
Editor de fotografias: Mark Caicedo
Assistente editorial: Hailey Fox
Edições traduzidas: João Bezerra, Darío Elías,
Anna Greenston, Aura Triana-Pacheco
Projeto gráfico e impressão: Jamie Harvey,
Gráfica do Governo dos Estados Unidos.

Desenvolvimento de Base

Revista da Fundação Interamericana

VOLUME 34

2 0 1 3

Paula Durbin



Sumário

Os investimentos da IAF nos jovens

- Cidadãos de primeira classe:
Padre de Nicoló e as crianças de rua na Colômbia
Patrick Breslin 1
- Futebol e mudança no conurbano de Buenos Aires
Jeremy Coon and Paula Durbin 9
- Esperança em meio ao perigo em Honduras:
educação, emprego e novas empresas
John Reed..... 21

Fórum para bolsistas

- Os sem terra e as escolas: um modelo alternativo para a educação rural
Rebecca Tarlau..... 26
- Laços intraétnicos ou interétnicos?
As relações sociais e o ativismo indígena na Amazônia Peruana
Danny Pinedo..... 32
- Aliança virtuosa no Brasil:
Como as bases e o governo juntaram forças contra a AIDS
John Garrison and Jessica Rich..... 38

Na IAF

- Examinando suposições: ajuda, desenvolvimento e o que conta como êxito
Marion Ritchey Vance..... 46
- A marcha do desenvolvimento 54
- Conversa sobre um livro: *The Long, Lingering Shadow*
Paula Durbin..... 58
- Recursos..... 61

Versão digital: Foco continuado

- Como a diáspora salvadorenha financia opções para o futuro
Megan Fletcher..... 64
- Superando o hiato acadêmico no Brasil
David Fleischer e Alexis Toussaint..... 69

Investimentos da IAF nos jovens

Para saber como será um país em cinco anos, olhe os seus jovens.

—Fabián Ferraro, fundador e diretor do Club Atlético Defensores del Chaco

Patrick Breslin



Jovens colombianas no programa de Bosconia.

Para mim é uma satisfação apresentar este número de *Desenvolvimento de Base* focado no apoio da Fundação Interamericana aos jovens, um tema mais do que nunca relevante. Atualmente, mais da metade dos sete bilhões de habitantes do mundo tem menos de 30 anos, constituindo-se na maior geração de jovens de toda a história. A maioria dos países da América Latina e do Caribe refletem essas características demográficas e nas poucas exceções esta idade é apenas ligeiramente superior.

Como estatística nacional, a juventude tem correlação com a pobreza. Os países mais pobres são com frequência os que têm a população mais jovem. Da mesma forma, normalmente os jovens constituem uma parcela desproporcionalmente grande daqueles que vivem abaixo da linha de pobreza e frequentemente pertencem ao setor mais vulnerável de cada grupo desfavorecido. Mesmo em tempos de prosperidade podem ficar atrás se carecerem da preparação necessária para ter uma vida produtiva e exercer os direitos e as responsabilidades da cidadania. A muitos dos conhecidos como os “ni, ni” (nem estudam, nem trabalham) são negadas oportunidades viáveis para trabalhar ou continuar estudando e constituem um grupo propício para o recrutamento de membros de quadrilhas que solapam ainda mais a estabilidade econômica, social e política de suas comunidades. Mas desejo insistir em que ver os jovens através da lente de um perigo iminente resulta em uma perspectiva estreita que deforma a realidade.

Embora os jovens estejam no centro de muitos dos desafios mais intimidantes do hemisfério, são também uma fonte de esperança e de grandes oportunidades. Segundo a experiência da IAF, são inteligentes, trabalham arduamente e, se tiverem oportunidade, realizam contribuições significativas às respectivas comunidades. Desde que iniciou suas atividades na década de 1970, a Fundação Interamericana tem interpretado o mandato conferido pelo Congresso dos Estados Unidos como um apelo para investir nos jovens, sejam eles parte de uma família batalhadora ou aqueles que se defendem

por si sós. Por mais de 40 anos, os donatários da IAF têm assegurado a gerações de crianças e adolescentes desfavorecidos um início seguro e saudável, boa educação, acesso a adultos dignos de confiança, desenvolvimento de seu talento, preparação para processos democráticos e reafirmação pessoal que conduzem a ocupar um lugar significativo na sociedade. À medida que os jovens amadurecem, essas instituições lhes têm facilitado a transição para a idade adulta, mediante a capacitação em aptidões comercializáveis, busca de empregos e capital inicial para abrir novas empresas.

Este número da revista recolhe décadas de experiência da IAF com iniciativas de base que canalizam a energia juvenil para o exercício eficaz da cidadania. De modo apropriado, começa com o programa colombiano Bosconia, uma instituição única que foi donatária da Fundação em seus primeiros anos, figurando entre os programas de maior êxito executados em qualquer país em termos do número de crianças que resgatou das ruas e que, ao ultrapassarem a idade máxima permitível no programa, receberam ajuda para conseguir emprego. São todas histórias convincentes de investimento em uma mudança significativa e com frequência partem de ativos tão intangíveis como orgulho e resolução. Outro elemento comum é a expectativa de que os próprios jovens impulsionem seus programas e no correr do tempo os adaptem a necessidades e circunstâncias em evolução. Estes artigos também oferecem uma perspectiva da vida de alguns adultos que orientam o desenvolvimento dessas organizações essenciais, fazendo lembrar os “buscadores” descritos por William Easterly como elementos-chave da promoção inteligente do desenvolvimento. Cada organização descrita aqui encarna valores que conseguem melhorar as condições de vida. Inevitavelmente surgem questões relativas à sustentabilidade: Como podemos estabelecer uma base de apoio mais ampla para estes pilares de base de nossas comunidades que não somente beneficiem os jovens mas também os acolham como agentes principais? Como podem manter um nível de criatividade e energia constantemente alto em iniciativas que devem atingir cada vez mais pessoas?

O enfoque deste número de *Desenvolvimento de Base* nos jovens não se limita aos perfis de nossos parceiros donatários. Marion Ritchey-Vance nos põe em contato com os jovens nascidos perto do início do milênio que frequentaram o curso sobre a ajuda estrangeira ofereci-



do pelo Carleton College. E o Fórum de Bolsistas contém artigos avaliados por peritos, cujos autores jovens fizeram pesquisas com o apoio da IAF, o único doador que financia especificamente estudos acadêmicos relacionados com o desenvolvimento de base na América Latina e no Caribe. A análise anônima por parte de peritos que fazem parte da Comissão de Seleção de Bolsistas da IAF resultou na seleção de dois artigos para publicação neste número. Um deles trata das atividades educacionais do movimento de trabalhadores-sem-terra do Brasil e o outro versa sobre o capital social dos indígenas peruanos da região amazônica. Um terceiro bolsista que realizou estudos sobre a mobilização da base para enfrentar a crise do HIV/AIDS no Brasil escreveu um artigo em colaboração com o ex-representante da IAF que tinha proporcionado o apoio básico inicial da Fundação e lhe tinha dado acompanhamento. Esse artigo foi submetido a uma análise de peritos independentes no Brasil.

Há anos, em um contexto muito diverso, Martin Luther King referiu-se à “urgência intensa do agora”. Essas palavras me vêm à memória ao escrever sobre o investimento da IAF nos jovens que não somente determinarão o tipo de futuro do mundo, mas obviamente darão forma ao presente. Apoiá-los ao realizarem seu potencial ajudará suas comunidades a prosperar.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Robert N. Kaplan'.

Robert N. Kaplan
President
Inter-American Foundation



Cidadãos de primeira classe: Padre de Nicolás e os meninos de rua da Colômbia

De Patrick Breslin

Fotos por Patrick Breslin

Há quatro décadas, uma van branca para, quase todas as manhãs, perto de uma rampa em uma das ruas principais de Bogotá e toca a buzina. Depois de alguns momentos uma cabeça despenteada aparece entre as pedras caídas. Há caixas de papelão e pedaços de concreto espalhados pela rua. Os meninos começam a sair lentamente com suas roupas folgadas penduradas nos ombros como lençóis, rostos sujos e indolentes de sono. Saem de seus abrigos improvisados a caminho das portas abertas da van, na qual um homem inclina uma jarra de café para encher copos de plástico e outro coloca pãezinhos frescos em uma bandeja. É hora do café da manhã dos meninos de rua de Bogotá, graças a uma organização fundada por um sacerdote jovem que cresceu na pobreza na Itália devastada pela guerra. Das primeiras reuniões do sacerdote, experiente na vida de rua, com meninos igualmente experientes, surgiu um programa que tem oferecido a mais de 40.000 jovens colombianos a educação e o apoio moral que necessitam para se tornarem cidadãos produtivos — e isso inspirou programas semelhantes no mundo todo.

O café e os pãezinhos vinham sempre com uma convite para visitar um abrigo diurno próximo que oferecia banho quente e refeição, cuidados médicos e oportunidades recreativas. Aí os meninos tomavam conhecimento de um programa de internato que incluía educação, capacitação profissional e possibilidade de emprego futuro. Podiam escolher: limitar-se a tomar café e voltar às ruas; limitar-se a um banho ocasional; ou inscrever-se para entrar em um caminho que oferecia um futuro muito diferente. O que diferenciava este programa, chamado de Bosconia-La Florida, da maioria das abordagens à pobreza e delinquência juvenil era a ausência de coerção. Os meninos participavam do programa do início ao fim por vontade própria. Inclusive podiam sair a qualquer momento e serem bem acolhidos ao regressar.

Este perfil do Padre Javier de Nicolás, o sacerdote que colocou a liberdade no centro de seu programa, é o sexto de uma série especial para *Desenvolvimento de Base*, que analisa as experiências e atributos pessoais que têm influenciado os líderes de base bem-sucedidos na América Latina. Entre as qualidades que permitiram ao Padre de Nicolás fazer um avanço pedagógico nas ruas de Bogotá figuram um enorme nível de energia, a confiança de um oficial de cavalaria de que chegariam reforços para fortificar qualquer posição que ele tomasse e o mais importante: a capacidade para detectar potencial humano onde outros viam apenas problemas.

Na década de 1960 havia consenso de que os meninos de rua de Bogotá e outras cidades colombianas eram um grande problema, um dos muitos decorrentes de um violento processo de mudança social. No primeiro século de existência da Colômbia como país as sucessivas guerras civis entre liberais e conservadores privaram ambos os partidos de todo sentido prático ou até mesmo ideológico. Neste ambiente inseguro e hostil, a lealdade a um partido tornou-se mais uma parte da identidade de uma pessoa — e frequentemente uma questão de vida ou morte — do que uma preferência por uma orientação política ou políticas públicas. Estas lealdades eram transmitidas nas famílias e protegidas cuidadosamente pelas elites rurais. *Cien años de soledad*, a novela de Gabriel García Márquez, talvez seja o melhor guia sobre a natureza deste sistema do que qualquer manual sobre ciência política.

Mas no século XX as pressões econômicas obrigaram as famílias camponesas a migrar em busca de emprego, principalmente para as cidades. Livres pela primeira vez do estrito controle da oligarquia rural sobre a balança eleitoral, muitos migrantes sentiram-se atraídos para o Partido Liberal, de características cada vez mais reformistas e populistas, inclinando o equilíbrio do poder em prejuízo dos conservadores. As tensões políticas e a

violência aumentaram durante a década de 1940 e culminaram no *bogotazo*, uma explosão sangrenta de furor que foi precedida pelo assassinato de um dirigente político muito popular ocorrido em abril de 1948, na qual perderam a vida cerca de 3.000 pessoas e centenas de edifícios do centro de Bogotá foram destruídos ou incendiados. A intervenção militar restaurou a ordem, mas as mortes estenderam-se à zona rural na década seguinte — período que passou a ser conhecido como a “violência” — criando novas ondas de migrantes aterrorizados para a relativa segurança das cidades.

Em meio a este ambiente de pobreza e trauma, os meninos de rua invadiram o centro de Bogotá e de outras cidades. Fugindo frequentemente dos maus-tratos recebidos em casa, buscavam segurança e camaradagem nas *galladas*, pequenas quadrilhas formadas para proteção e para cometer delitos menores. Perambulavam pelas ruas das cidades mendigando, roubando, assaltando os transeuntes, recolhendo dejetos e provendo a própria subsistência de outras formas. Os relógios de pulso e as calotas eram os alvos favoritos quando surgia a oportunidade. Dormiam nas portas das casas e embaixo das pontes, eludiam a polícia, inalavam vapores de cola e fumavam maconha. Provocavam os bogotanos vestidos com roupas largas doadas que ofereciam espaço suficiente para esconder armas, drogas e itens roubados. Em geral eram considerados uma praga. Era preciso um tipo de experiência especial para ver o potencial positivo desses moleques maltrapilhos.

Javier de Nicoló, naquela época seminarista italiano de 21 anos, chegou à Colômbia um ano depois do *bogotazo* e sabia por experiência própria o que a guerra, a violência e a pobreza fazem às famílias. Seu pai foi ferido três vezes durante a Primeira Guerra Mundial, deu baixa do serviço militar em uma época em que os veteranos de guerra não tinham direito à pensão e morreu quando Javier ainda era criança. Deixou seis filhos, que foram criados por sua devota mãe em Bari, um Porto do Adriático situado um pouco acima da bota italiana. Em meados da década de 1930, a Itália estava de novo em guerra e os dois irmãos mais velhos de Javier foram convocados. Durante a Segunda Guerra Mundial Javier recebeu treinamento como abatedor em um matadouro depois de sua escola secundária ter sido destruída em um bombardeio.

Nos anos imediatamente após a guerra, a Itália continuou a ser devastada por lutas internas, pobreza e

escassez. “Consegui terminar a escola secundária, mas estava desnutrido”, recordou Javier. “Encontrava pequenos trabalhos ocasionais, trabalhava de noite e voltava para casa para tomar um prato de sopa de manhã, dormir um pouco e logo ir para a escola, uma forma de vida muito parecida à dos colombianos que vivem atualmente em uma economia informal. Mas o que mais me ajudou foi um clube para jovens, um lugar para jogar futebol ou bilhar ou fazer parte de uma peça de teatro, a atividade de que eu mais gostava. Fazia o papel de palhaço, participava em pantomimas e fazia as pessoas rirem. Inclusive previa o futuro lendo cartas ou dados. O clube era dirigido pelos Salesianos, famosos por seus trabalhos com os jovens”. A ordem religiosa, fundada na Itália do Século XIX por Don Juan Bosco, cuidava das crianças pobres e incentivava a vocação sacerdotal. Em meados do século XX os Salesianos tinham programas em muitos países de todo o mundo, muitos deles na América Latina.

“Você já pensou em ser padre?”, perguntaram uma vez a de Nicoló no clube.

“Na verdade, explicou, eu nunca tinha pensado nisso e a pergunta ficou sem resposta. Um dia, em uma conferência, um dos apresentadores nos perguntou qual era a melhor profissão. Não sabíamos. Médico? Engenheiro? Soldado ou marinheiro? Mas ele disse que a melhor profissão era servir à humanidade, de qualquer forma. E disse isso com tanta convicção que isso não saiu mais da minha cabeça. Foi um desses momentos em que se planta uma semente”. Pouco depois, os Salesianos fizeram os arranjos para de Nicoló continuar seus estudos em Nápoles. No início decidiu renunciar e voltar para casa. “Mas um dos sacerdotes me disse: ‘Você veio aqui sem pensar e agora volta sem pensar bem. Termine os estudos e depois decida”, recordou. Quando era estudante ouviu um dos missionários descrever seu trabalho na Colômbia. “Falou de um país maravilhoso onde havia tanto trabalho a fazer e tanta pobreza”, disse de Nicoló. “E isso me fez decidir. Resolvi ingressar na Ordem Salesiana e pouco depois estava em um navio que saía de Gênova para Buenaventura”.

Na década de 1950, de Nicoló continuou seus estudos enquanto trabalhava nos bairros pobres de cidades de toda a Colômbia: Bogotá, Barranquilla, Cartagena e Bucaramanga. No fim dessa década surgiu outro momento que marcaria sua vida. Em Roma, o Papa João XXIII convocou o Concílio Vaticano II, com o objetivo de traçar a direção a ser seguida pela Igreja Católica. Gerou uma



Padre Javier de Nicoló.

demanda de informação em todo o mundo. A de Nicoló, ordenado em 1958, pediu-se que informasse sobre a situação dos jovens da América Latina, trabalho que o levou à maioria dos países da região. “O que me impressionou mais foram as condições dos jovens nas prisões”, disse. “Falei com franqueza a respeito e finalmente alguém disse: ‘Você está vendo os touros da arquibancada. Se entrar na arena vai pensar de outra forma’. Isso me fez decidir. Disse a mim mesmo: Vou trabalhar nas prisões”.

Em 1968 e 1969, de Nicoló trabalhou como capelão na prisão para menores de Bogotá, o que o levou a mudar de opinião. “Cheguei à conclusão de que em dois meses os meninos a quem eu falava na prisão estariam novamente nas ruas”, explicou. “Não seria melhor, pensei, trabalhar com eles quando ainda estavam em liberdade em vez de fazer isso quando já estavam presos? Então comecei a sair à noite em Bogotá para conhecer os lugares onde se reuniam, falar com eles, organizar saídas e conquistar sua confiança. Eu tinha uma estratégia, mas precisava de um abrigo. Descobri então que os Salesianos eram proprietários de uma casa abandonada. Portanto, eu tinha um abrigo, mas não tinha dinheiro. Tinha uns quantos contatos em Ecopetrol [companhia nacional de petróleo] e eles me deram não dinheiro mas 600 toneladas de sucata que eu podia vender”. Levou também ao programa os honorários que recebia por dar

conferências e pregar retiros. Em uma ocasião levou 207 meninos de rua a uma praia perto de Santa Marta, na longínqua costa do Caribe colombiano. A empresa ferroviária permitiu que viajassem gratuitamente. A maioria dos meninos nunca tinha saído de Bogotá nem viajado de trem. “Naquela noite, muito tarde, percorri os vagões”, recordou de Nicoló. “Ninguém estava sentado. Todos estavam embaixo das poltronas. Dormir no chão era normal para eles.”

O programa começou a crescer. Eu encontrei mais espaço para os abrigos. No início tudo era voluntário. Mas em 1970 o governo distrital de Bogotá me convidou a trabalhar com ele. Mas eu hesitei. Eu já sabia que trabalhar com o governo podia ser complicado, porque a gente perde a liberdade de ação. Então respondi que a primeira coisa de que necessitávamos era um censo dos meninos que viviam nas ruas. Pus mãos à obra, fiz o censo e entreguei a informação. Os funcionários a examinaram e disseram: ‘Bem, parece que o senhor sabe o que precisa ser feito; então, por que não se torna o diretor de nosso programa?’”

Na maior parte das quatro décadas seguintes, de Nicoló dirigiu tanto o Instituto Distrital para a Proteção da Infância e da Juventude (IDIPRON) como a organização não-governamental que ele tinha fundado: a Fundação Serviço de Orientação Juvenil (FSJ). Foi uma

parceria eficaz. O IDIPRON contribuiu com recursos do governo e a FSJ entrou com energia e criatividade. A divisão de trabalhos foi geográfica: o IDIPRON forneceu o terreno, os edifícios e o apoio financeiro a todos os programas para jovens que operavam no Distrito Especial de Bogotá. A FSJ administrava os programas que funcionavam em outras partes do país e era a beneficiária do financiamento internacional, que incluía doações importantes da Fundação Interamericana. Criada pelo Congresso dos Estados Unidos no fim de 1969, a IAF ainda estava tateando o terreno na América Latina e no Caribe no início da década de 1970. No fim de 1974, Marion Ritchey Vance, então representante da IAF para a Colômbia, estava em Bogotá para assistir a uma apresentação de uma entidade religiosa de beneficência sobre seu trabalho com os jovens. Notou um sacerdote de cabelo branco sentado entre o público que parecia compartilhar seu ceticismo sobre o enfoque que se estava descrevendo. Começaram a conversar.

“A senhora gostaria de ver um programa que lida com os meninos de uma maneira completamente diferente?”, perguntou-lhe Javier de Nicolás. Quando subseqüentemente ela visitou La Florida, o internato situado em terrenos bem cuidados nos arredores da cidade, Ritchey Vance esperava ser recebida por de Nicolás ou pelos padres que dirigiam a escola. Em vez disso, um jovem a esperava para levá-la a visitar o campus. Ele era o prefeito eleito da comunidade e a apresentou aos outros estudantes. “Simplesmente me soltaram entre as crianças”, recordou Ritchey Vance, “e eu podia perguntar-lhes qualquer coisa. Eu não podia acreditar no que via. Tinha lido sobre os meninos de rua e os tinha visto no centro. E eu estava aqui, acompanhada por estes jovens bem vestidos e bem educados cujo entusiasmo não tinha limites. Só na hora do almoço eu me sentei finalmente para conversar com os padres”.

Ritchey Vance ficou ainda mais impressionada durante uma visita subseqüente. E qualquer dúvida que pudesse ter tido sobre a reputação de de Nicolás e sua equipe de rua desapareceu um dia que começou com um menino ladrão arrancando de seu pescoço uma corrente de ouro e pendente na frente de seu hotel. Pouco depois do roubo ela contou o ocorrido a de Nicolás antes de continuar as reuniões. Por meio dos meninos do programa, o sacerdote espalhou o acontecimento nas ruas. Naquela noite, no jantar em La Florida, Ritchey Vance recebeu de volta seu colar.

Duas doações consideráveis da IAF, concedidas em 1976 e 1983 no montante de mais de US\$700.000 cada uma, ajudaram a FSJ a equipar uma escola industrial de profissionalização em carpintaria, trabalho em metal e outros ofícios, bem como a criar depois uma comunidade agrícola em Acandí, Chocó, no litoral norte. “Javier percebeu que estava formando jovens com diploma de ensino médio e que terminavam dirigindo táxi por falta de oportunidades de emprego. Decidiu proporcionar-lhes pelo menos capacitação em um ofício”, observou Ritchey Vance. Maistarde a IAF concedeu doações menores no total de US\$86.000 para viagens e publicações destinados a divulgar o modelo em outros países, inclusive nos Estados Unidos.

Mas juntamente com o reconhecimento oficial e o apoio internacional veio uma lembrança trágica do mundo violento em que operava o programa. De Nicolás tinha comprado uma casa em El Cartucho, uma zona do bairro de Santa Inês famosa por ser perigosa e contratou trabalhadores para reformá-la para o programa. Quando viajou a Medellín para pregar deixou a um dos meninos de rua mais velhos para cuidar do edifício. Em sua ausência, o jovem enfrentou alguns dos trabalhadores que estavam roubando os materiais. Foram embora, mas voltaram mais tarde bêbedos, mataram-no a punhaladas e queimaram o corpo. Quando de Nicolás chegou a Bogotá encontrou ainda os caminhões dos bombeiros na casa. “Foi algo terrível”, recordou. “Ele tinha sido menino de rua e gostava muito do programa. Já estava no ensino médio. E por ser leal ao programa o mataram. Isso me afetou profundamente”. Alguns anos mais tarde, o padre Alfredo Gómez, um dos colegas do Padre de Nicolás, morreu afogado quando as ondas do Golfo de Urabá afundaram a embarcação em que ele transportava materiais para a nova escola de capacitação agrícola de Acandí.

“Houve várias tragédias”, disse Ritchey Vance. “Quando se pensa no mundo de onde vieram os meninos — o mundo ao qual muitos deles voltaram — isso não é de surpreender. Uma vez calculei que cerca de 25% dos meninos que ingressavam no programa terminavam por regressar às ruas e voltar a consumir drogas”. Apesar dos reveses, o programa continuou a expandir-se. Acandí foi apenas uma das experiências realizadas para ensinar aos meninos de rua da zona urbana as aptidões necessárias em agricultura, ainda hoje um componente importante da economia colombiana. Também servia de

terapia: uma fuga bucólica para um lugar maravilhoso repleto de plantas e animais exóticos, onde as frutas caíam das árvores — uma espécie de fantasia para meninos que saíam do ar pouco denso e de temperaturas baixas de Bogotá, que fica a 2.600 metros acima do nível do mar.

Em outras instalações se oferecia capacitação técnica em oficinas espaçosas dotadas de metais de uso industrial, tornos para madeira, serras de mesa e furadeiras de coluna. E sempre havia livros, mesas de xadrez, esportes, música e arte. Michael Shifter, que avaliou o programa para a IAF em meados da década de 1980 e era professor de pós-graduação na Universidade de Harvard, considerava Carlos Lara, um menino de rua que se transformou em líder de destaque no programa do Padre de Nicolás e atualmente ajuda a dirigi-lo, o jovem de 22 anos que mais tinha lido entre os que conhecia. Em cada instalação havia um grupo musical. La Florida, a principal escola de ensino médio, tinha uma orquestra sinfônica e muitos de seus músicos viajavam a outros países para fazer apresentações. De fato, a música sempre foi um dos pilares do enfoque educacional do Padre de Nicolás. Segundo ele, ensina disciplina, trabalho em equipe, responsabilidade e cooperação — os elementos essenciais para progredir na sociedade.

Em seus primeiros anos, o programa somente aceitava meninos, embora três clandestinos descobertos naquela viagem de trem para a costa do Caribe fossem meninas disfarçadas, o que chocou de Nicolás quando soube do fato. Elas eram precursoras do que viria. Muitos meninos que participavam do programa tinham irmãs e pediram insistentemente a de Nicolás que criasse um programa educacional para meninas, uma solicitação à qual fez eco Dora, a irmã do Padre de Nicolás, uma religiosa que tinha ido viver na Colômbia para trabalhar em um abrigo para meninas. O programa da FSJ que começou a atender a meninas em meados da década de 1980, foi dirigido por Dora de Nicolás até seu falecimento há três anos. As meninas frequentavam a escola, aprendiam música, eram incentivadas a aprender a pintar, a fazer objetos de cerâmica e a aprender outras artes. Trajavam uniformes que elas mesmas faziam, idênticos em qualidade e estilo aos usados por alunas de escolas católicas privadas e caras. Seus uniformes, assim como as camisas e calças limpas e passadas usadas pelos meninos; os espaços claros e amplos para estudar e trabalhar; e as flores por todas partes são indícios de uma das pedras angulares do conceito adotado por de Nicolás: embora venham



Claudia Orjuela costurando uma toalha.

das ruas, estes meninos merecem um tratamento de primeira classe como os filhos de pais abastados. “É um ambiente que diz em voz alta: ‘Damos valor a você; confiamos em você; nós amamos você’”, assinalou Ritchey Vance. De Nicolás oferece uma resposta simples quando os visitantes mencionam o bom gosto e a elegância das instalações: “Para termos cidadãos de primeira classe”, diz ele, “precisamos dispensar um tratamento de primeira classe enquanto crescem”.

Incentivado pelo êxito de seu modelo — óbvio a qualquer pessoa no rosto radiante de seus estudantes desejosos de triunfar — de Nicolás continuou a expandir o programa. Surgiram mais abrigos diários, mais escolas que ofereciam capacitação técnica e ensino médio, mais retiros recreativos. De Nicolás não se preocupava muito em olhar para atrás, recolher dados, documentar a experiência, uma falha que inclusive os partidários mais entusiastas do programa — como Leonardo Escobar, ex-menino de rua que agora dirige no México um importante programa financiado pela Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID) — consideram uma oportunidade perdida. Mas de Nicolás sempre insistiu em atingir mais e mais meninos. O financiamento e o apoio em espécie — incluindo terrenos, edifícios e equipamentos para o programa

em expansão — procediam do governo, indivíduos e empresas. As contribuições parecem consideráveis, mas não quando divididas pelo número de instalações, que ultrapassavam 70, para os milhares de jovens atendidos. O total de meninos alimentados diariamente em 2006, quando o programa atingiu o ponto máximo, elevava-se a cerca de 10.000, segundo os cálculos de de Nicoló. Mesmo quando os recursos eram abundantes Nicoló os esticava aplicando o que chamava de sua “ciência de fazer grandes coisas com pouco dinheiro”. Além das aptidões das meninas em confecção de roupas, a economia interna dependia da capacidade dos jovens para construir e reparar as instalações e cultivar alimentos.

Nos últimos anos, o programa foi ampliado para incluir novos grupos desabrigados, especialmente jovens adultos com necessidade premente de emprego. Muitos diriam que, quando um menino crescido na pobreza extrema ou nas ruas faz 17 anos, em grande parte seu futuro já está determinado. A expressão que se usa na Colômbia para denominar muitos desses meninos é *desechables*, ou descartáveis, mas de Nicoló viu possibilidades. “É verdade”, disse, “que se vê muito dano psicológico nos jovens pobres em consequência dos duros golpes e dos maus-tratos que recebem. Mas a vida é um carrossel que vai e vem para oferecer oportunidades. E na minha opinião,

essa idade, 17 anos, tem uma grande de potencial. Com frequência o jovem desperta de repente aos 17 anos, consciente de que está a ponto de tornar-se adulto, mas não sem educação escolar, sem emprego e sem família que funcione como tal, nada que o tenha preparado para a vida que tem pela frente. É como chegar ao trem quando a porta já está fechada. E eu digo a esse jovem: ‘Você sabe que o trem está partindo e deixando você para trás?’ E ele me responde: ‘Sei, padre. E isso me enche de pânico’.

“Então, eu o coloco em um grupo, o convido a que venha todas as manhãs às sete horas e lhe digo que preciso ver se ele realmente quer aprender. E o coloco na frente do computador. E ele então se entusiasma enormemente porque a matemática, a leitura e a escritura que aprendeu em seus três ou quatro anos de escola finalmente começam a ter sentido. A seguir, insistimos no asseio pessoal, dignidade e necessidade de ajudar os outros. Quando vejo progresso, vou às empresas ou órgãos públicos e peço trabalho para eles. Em geral me dizem: ‘Padre: o senhor vai arruinar o meu negócio’. Mas eu os convenço a correr o risco e pomos os meninos a trabalhar em tarefas simples como cortar a grama, encher buracos nas ruas, consertar semáforos. Recebem um salário regular, algo que nunca tinham visto. Nós os ajudamos a encontrar um quarto pequeno que possam pagar. Continuamos a oferecer o café da manhã e dois dias por semana regressam para receber mais treinamento. Agora não é difícil aprender muitas aptidões. No passado ser marceneiro, por exemplo, era um processo longo. Hoje, todas as peças são pré-fabricadas. É muito mais fácil.

“Assim, com programas de cinco meses que repetimos constantemente, salvamos muita gente. Começamos com meninos menores que precisavam de um lugar para morar. Os meninos mais velhos não precisam ser protegidos da mesma forma. E o dinheiro que não gastamos na moradia nos permite atingir muitos outros. Alguns decidem que querem mais que do que capacitação para o trabalho e nós os colocamos em outros programas. Às vezes me fazem lembrar foguetes que soltam fumaça, prontos para decolar”.

O êxito de de Nicoló com este programa pode ter contribuído para a ruptura do sistema que ele tinha construído e que abrangia tanto o governo como entidades não governamentais. Em 2008, depois de dirigir por 39 anos o IDIPRON, pediram que renunciasse devido à queixa de que, aos 80 anos, tinha superado em 15 anos a idade de aposentadoria obrigatória dos funcionários



Jovens de Bosconia consertando as ruas da cidade.

públicos. Nesses 15 anos, durante o governo de vários prefeitos, ninguém tinha objetado e se suspeitava que estava em jogo algo além do cumprimento da norma de aposentadoria. Alguns empresários influentes não gostavam do êxito de de Nicoló em conseguir contratos do governo que empregavam os meninos de seu programa. Cinco anos mais tarde surgiram novamente essas suspeitas quando um escândalo sobre os contratos adjudicados pela cidade atingiu alguns dos que tinham desempenhado um papel em forçar a saída do Padre de Nicoló. A aposentadoria foi um de vários golpes que surgiram em rápida sucessão: diagnóstico de câncer; perda de sua irmã, Dora, e escassez de fundos que obrigou a transferência de recursos e o fechamento de instalações amplas como a de Acandí.

De Nicoló saiu do tratamento de câncer mais magro, mas “como um carvalho”, segundo Carlos Lara. Sua saída do IDIPRON provocou um redemoinho de celebrações de sua carreira, muitas das quais

foram festas, banquetes e concertos dos quais participaram os meninos e meninas de seu programa. Em muitas reportagens na imprensa recordaram a carreira do Padre de Nicoló e as dezenas de milhares de jovens que tinha salvado das ruas. E houve tributos oficiais, como uma resolução da Câmara de Representantes dos Estados Unidos e a Ordem de Boyiacá, a máxima honra que se pode receber na Colômbia, que o então presidente Álvaro Uribe colocou na jaqueta do radiante sacerdote. As honras não significavam que de Nicoló se estava aposentando. A conexão com o IDIPRON tinha terminado, mas a FSJ continua a realizar programas em toda a Colômbia. “Ainda tenho muito a alcançar com as crianças pobres de outras cidades”, disse ele a um jornalista de Bogotá.

Patrick Breslin, ex-vice-presidente de relações externas da IAF, aposentou-se depois de trabalhar 22 anos para a Fundação. Seu e-mail é patbreslin@yahoo.com



PARA EL CHACO FUTBOL ES ARTE



Gabriela Boyer

Futebol e mudança no conurbano de Buenos Aires

De Jeremy Coon e Paula Durbin

“O futebol atua como o grande agente socializador e inicia seu adeptos na vida de grupos, organizações e programas educacionais”

—Albert O. Hirschman, *“O Progresso em Coletividade”*

S em dúvida alguma, o futebol é o esporte mais popular no mundo e na Argentina é a paixão nacional. Milhões de argentinos o praticam em milhares de clubes, incentivados por uma torcida fervorosa que inclui o Papa Francisco, sócio regular do San Lorenzo e cuja imagem está agora estampada na camiseta do clube. A lista de talentos de primeiro nível recrutados para jogar no exterior é uma fonte de orgulho cívico, cabendo a maior fama a Lionel Messi, qualificado reiteradamente como o melhor jogador de futebol da atualidade, e Diego Maradona, citado por muitos como o melhor jogador da história.

Fabián Ferraro descobriu ainda jovem as próprias virtudes para o jogo, cumpriu os requisitos de passar pelas equipes-escola locais e em breve tinha em seu currículo algumas temporadas na Europa. Sua carreira não alcançou as grandes ligas, mas ele se transformaria em uma das figuras mais reconhecidas do futebol argentino — embora não por marcar gols como jogador de meio campo. Em 1994, com apenas 20 anos, estava prestes a concentrar-se em uma meta diferente que o levaria a descobrir como o entusiasmo por um esporte poderia transformar-se em um exercício espetacular de participação comunitária.

Um canto no conurbano

Modestos princípios podem conduzir a grandes obras e os inícios do donatário do Defensores del Chaco, donatário da IAF, certamente não foram muito auspiciosos:

12 meninos com tempo livre e nada melhor para fazer senão passar as horas em uma esquina de Chaco Chico, então considerado um dos bairros mais perigosos dos subúrbios ao redor de Buenos Aires que constituem o conurbano. “Tudo o que queríamos era jogar futebol”, explicou Maximiliano Pelayes, na época um menino que andava junto com adolescentes de 14 e 15 anos que os adultos do bairro consideravam apenas como problemas.

Como eles, Ferraro provém do extremo noroeste do conurbano — que inclui os municípios de San Miguel, Malvinas Argentinas e José C. Paz, bem como o de Moreno, onde está situado Chaco Chico. A menos de uma hora de automóvel do verniz cosmopolita e aparente prosperidade do centro de Buenos Aires, o conurbano foi povoado durante décadas de migrações provenientes do interior da Argentina, Peru, Bolívia e Paraguai. Não é de estranhar então que reflita a mescla étnica do país e do continente que se estende além dos limites da capital argentina. As famílias destes municípios do noroeste são pobres e os bairros podem ser perigosos. A serenidade atual de Chaco Chico oculta a desolação de seu passado. Na década de 1990, como a maior parte do conurbano, foi atingido pelo desemprego, dependência da assistência pública, ausência de infraestrutura e serviços básicos e afetado pela apatia e decadência que essas condições originam. “A gente da comunidade costumava dizer que seus filhos não tinham futuro” afirmou Ferraro, “mas na realidade estavam falando de si mesmos”.



Cortesia Defensores del Chaco

Complexo poliesportivo Defensores.

Com frequência Ferraro costumava conversar com os meninos da esquina quando ia visitar Julio Jiménez, um amigo da escola. Eles chamavam sua atenção como “meninos essencialmente bons, mas sem nenhum apoio”. Maxi Pelayes ofereceu mais detalhes: “Por bem ou por mal, eles manejavam o bairro”, disse ele. “Eram culpados de tudo — brigas, roubos, tudo o que acontecia ali. Talvez não tivessem culpa, mas eram os primeiros a serem procurados pela polícia”. Embora ele insistisse em que os meninos na realidade nunca “faziam nada”, reconheceu que cobravam “pedágio” dos transeuntes. “Não éramos santos”, admitiu. “Entendíamos que os problemas eram resolvidos com violência; essa era a cultura a nós transmitida pelos modelos de conduta que tínhamos então”.

Ferraro conhecia bem essa situação. Sem teto desde os sete anos, sobreviveu com a venda ambulante no trem suburbano. Dormia na estação até ser resgatado por um funcionário da ferrovia. Ferraro atribui a seu pai adotivo tê-lo incentivado a permanecer na escola e abrir-lhe o mundo do futebol. Um irmão dele teve menos sorte e morreu violentamente como membro de uma quadrilha. Ferraro via aqueles meninos no mesmo caminho inexorável para serem recrutados, em seus palavras, como “mão de obra barata para o crime organizado”. Conversou com Jiménez, que também estava interessado

em fazer algo porque tinha um irmão no grupo. Como atleta profissional, Ferraro tinha um grande prestígio em Chaco Chico e então eles decidiram interessar os meninos no futebol.

Sem outro lugar onde jogar, eles levaram o grupo da esquina para a rua. Os meninos chamaram Defensores del Chaco em homenagem ao maior estádio de futebol do Paraguai e às origens étnicas de Chaco Chico. Seu jogo atraiu outros, inclusive muitos meninos menores. “Repentinamente, aos 14 e 15 anos, éramos responsáveis por crianças cujos pais os deixavam conosco”, recordou Pelayes. “Deixamos de ser vistos pela comunidade como um perigo para nos transformarmos em uma influência positiva”.

O campo dos sonhos

Treinados por Ferraro, o time finalmente ganhou o campeonato distrital e representou Moreno nos Torneios Bonaerenses, uma competição regional. “Foi algo grandioso porque quando os moradores de Moreno se identificaram com nossa camiseta e nosso grupo, as coisas começaram a funcionar”, Pelayes explicou. “De um momento para o outro, ficamos conhecidos por isso, não pelo que tinha acontecido antes. E esse foi o princípio de um sonho para mudar este lugar”. Os meninos



Cortesia Fútbol para el Desarrollo

Jogadores de Defensores no estádio do Boca Juniors, um dos principais clubes de futebol da Argentina.

começaram a utilizar um lote que se tinha transformado em lixão, como frequentemente acontece com propriedades abandonadas no conurbano, onde a coleta de lixo pode ser irregular ou inexistente. Ferraro incentivou os jogadores a levantar um cartaz: *Em breve Complejo Deportivo do Clube Defensores del Chaco*.

Os vizinhos riram deles, recordou Pelayes, mas os jovens perseveraram. “Começamos a limpar a propriedade e encontramos o proprietário” disse. “Ele tinha herdado o terreno e supunha ter sido ocupado por invasores. Ficou agradecido pelo fato de que queríamos comprar o terreno. Não tínhamos necessidade de fazer isso, mas para conseguir a mudança, precisávamos dar o exemplo”. Assim, os jovens bateram de porta em porta até conseguirem fundos suficientes para comprar o lote. “Em 1999, nós compramos o terreno, colocamos uma cerca, criamos o campo, instalamos luzes e começamos a construir nosso complexo”, disse Pelayes.

Ferraro também tinha começado a mudar de enfoque. “Tínhamos 12 jovens, depois 50, logo 300, logo 400 e a responsabilidade se tornou enorme”, recordou. “Isso significou compreender o que estava ocorrendo a nosso redor”. Ele, Jiménez e os outros adultos que se incorporaram como diretores fundadores começaram a questionar a falta de infraestrutura, serviços básicos e espaços

públicos em um bairro de 20.000 pessoas e o vínculo entre a desesperança e a delinquência era óbvio. As seis horas por semana que eles dedicavam ao clube de futebol pareciam totalmente insuficientes, dada a disfunção e o abandono com que todos viviam em Chaco Chico o tempo todo. “Começamos a pensar em um plano de ação que transcendesse o futebol”, comentou Ferraro. “Compreendemos que precisávamos mudar a realidade de toda a comunidade. Necessitávamos de uma organização com as portas abertas à participação comunitária, onde as pessoas pudessem vir com seus problemas e encontrar soluções”.

Mudança de jogo

A ideia de uma entidade mais inclusiva levou Ferraro a começar a pensar menos nos jovens inscritos no Defensores e mais naqueles que não estavam inscritos — porque estes últimos não eram decididamente competitivos nem privilegiados com o talento, nem flexíveis a um horário de treinamento nem inclinados a aceitar a autoridade de um árbitro ou alguma outra razão em nada relacionada com seu potencial para a liderança. Percebeu-se então a notável ausência feminina, fato de que Ferraro tomou conhecimento por uma organização colaboradora de Bariloche. O futebol na Argentina tem

sido domínio exclusivo dos homens, fãs enfurecidos podem explodir em um caos no qual as mulheres não se sentem seguras e menos ainda cômodas.

Em 2000, Ferraro introduziu o futebol de rua, combinando o jogo com os valores do Defensores. “As prioridades são jogar, compartilhar, respeitar e não vencer a todo custo”, explicou Ferraro. “Isso devolve a alegria ao futebol”. O futebol de rua é formado por equipes mistas que desenvolvem as próprias regras, não utilizam um juiz, elegendo no lugar dele um mediador e baseiam o triunfo no modo como a partida foi jogada — noções totalmente desconhecidas e às quais os jogadores do Defensores e a comunidade inicialmente resistiram, especialmente na parte relativa às meninas. “Nós tínha-

Marina Saieva



Futebol de rua, centro de Buenos Aires

mos de superar o estereótipo de que as mulheres não podem jogar”, explicou Pelayes. “Tivemos que trabalhar com os homens e foi difícil, mas conseguimos. Agora, no futebol de rua a proporção de homens para mulheres é de cerca de 60-40.” O futebol tradicional continua no programa atlético, mas o Defensores tem sido uma força impulsora para a divulgação do futebol de rua.

Em resposta às exigências da comunidade, atualmente o Defensores tem instalações para basquetebol, handebol e voleibol, bem como futebol; vestuários para ambos os sexos; centro cultural; escritórios e salas para workshops; pré-escolar; e teatro de 250 lugares, o maior espaço público de Chaco Chico, financiado pela Fundación Arcor, donatária da IAF. O Centro para Ayuda

Legal Comunitario (CALC) funciona em um escritório no local graças a um subsídio da Feira do Desenvolvimento do Banco Mundial à Asociación Civil por la Igualdad y la Justicia (ACIJ), uma firma jurídica que trata dos interesses públicos, levada por Ferraro a Chaco Chico em 2002. Os advogados de ACIJ designados à CALC ajudam a superar os obstáculos legais às comunidades do conurbano que procuram avançar. Tudo isso amplia o alcance do Defensores muito além dos jovens aos quais oferece segurança e estrutura. A colaboração com dezenas de organizações com ideias afins — às vezes em escala assombrosa — aborda a falta de serviços e infraestrutura em Moreno e também em San Miguel, Malvinas e José C. Paz, com uma população total de 1,3 milhão de pessoas.

Enormes empreendimentos surgiram com o Culebrón Timbal, um grupo cultural com sede em outro bairro de Moreno, dirigido por Eduardo Balán, artista e músico profissional. O Culebrón oferece a cerca de 300 jovens residentes programas em arte e música e utiliza a cultura popular para convocar e transformar comunidades em uma ampla base territorial. Expressões próprias incluem a arte em grafite que decora o complexo do Defensores; a *murga*, o teatro musical que fornece a pista sonora do conurbano;

Mães e justiça em El Vergel

Em 2003 El Vergel certamente era o local mais esquecido de Moreno. Constituída por 150 famílias, a comunidade tinha somente uma instituição em funcionamento: uma capela rústica que também funcionava como refeitório beneficente. A escola mais próxima estava a três quilômetros. Não tinha calçadas com iluminação pública, o que impedia o acesso noturno de veículos de emergência e táxis. Não havia outros serviços públicos além das entregas do correio e um paupérrimo sistema de saúde: uma equipe médica que a cada duas semanas prestava serviços no espaço limitado da capela. As ruas ficavam inundadas com as chuvas, impedindo a frequência à escola, as visitas da equipe médica e o acesso de ambulâncias ou da polícia, inclusive durante o dia, às vezes durante meses. Para as gestantes, uma data de parto no inverno úmido apresentava a aterradora perspectiva de atravessar o barro e a água no inverno frio, possivelmente em escuridão total e frequentemente carregando filhos menores, na busca de transporte para a maternidade.

Um grupo de mães chegou à conclusão de que o asfalto solucionaria os piores problemas de El Vergel e durante anos tentaram persuadir o governo local a pavimentar as ruas. Frustradas mas mantendo a convicção, apelaram aos advogados de ACIJ que tinham vindo trabalhar no local do Defensores. A primeira reunião foi difícil. “As mulheres quase não falaram”, recordou a advogada Daniela Lovisolo. “Era difícil saber o que elas tinham em mente”.

Com a orientação de ACIJ, as mães renovaram as negociações com as autoridades, processo que se prolongou por cinco anos. A certo ponto chegaram caixas de botas de chuva para as crianças, mas as mães não estavam dispostas a aceitar migalhas. Em vez disso, em 2008 iniciaram uma ação judicial para conseguir ruas pavimentados e uma clínica permanente. Depois de confirmar as condições de El Vergel, a juíza que presidia a ação proferiu sentença em favor dessa comunidade. Fazer cumprir a ordem do tribunal foi o desafio seguinte. As mães decidiram chamar a atenção para seu pedido bloqueando



Paula Durbin

Advogados Sigal e Lovisolo com Maxi Pelayes.

o tráfico em uma artéria principal, forma comum de protesto na América do Sul, mas geralmente como último recurso porque acarreta o risco de prisão, negação de assistência pública ou perda de empregos patrocinados pelo governo. Unindo as forças de cerca de 40 pessoas, foram à avenida com a ordem judicial nas mãos e para sua surpresa a polícia que chegou ao local formou uma escolta. “Aparecemos na televisão”, recordou uma delas, “suplicando calmamente em favor de nosso bairro”.

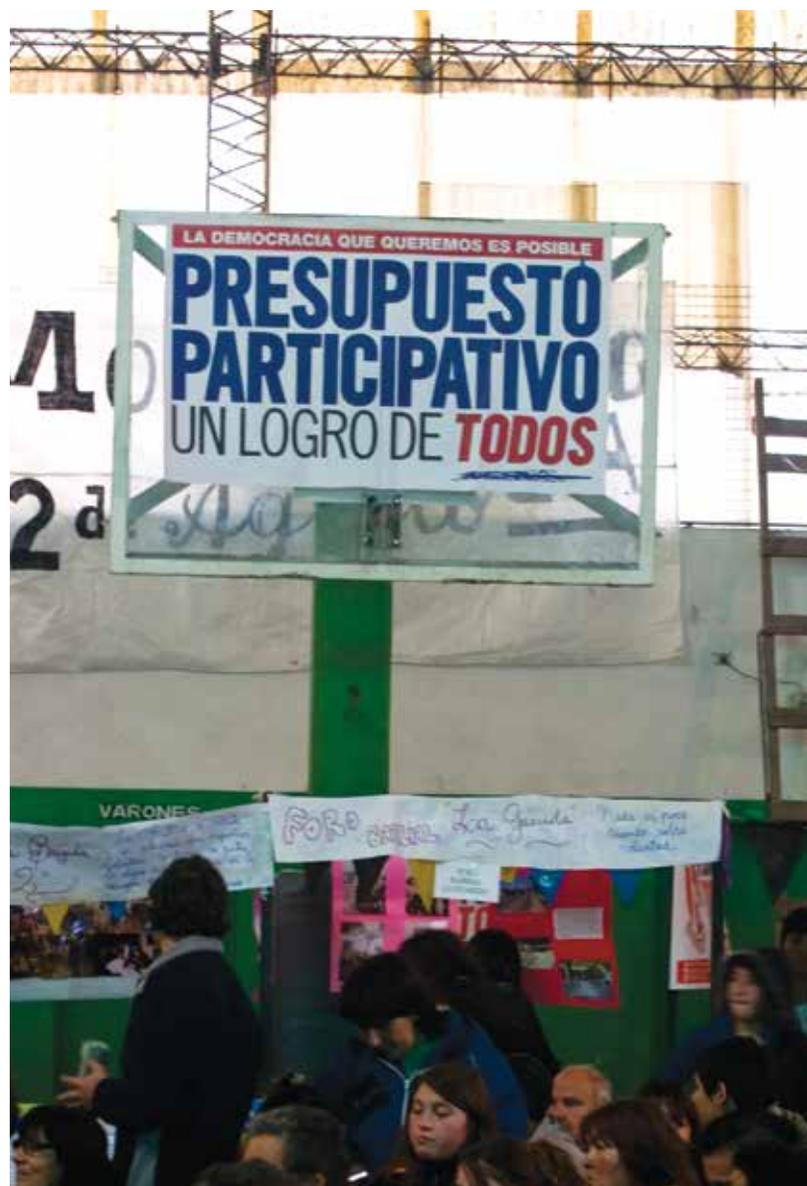
Não demorou muito para o prefeito de Moreno convocar as mães e as autoridades pertinentes para desenvolver um plano de trabalho e um orçamento. “Dentro de um ano as ruas estavam pavimentadas, a clínica funcionava diariamente e o bairro se tinha transformado”, relatou o advogado Martín Sigal, um dos diretores fundadores de ACIJ. “As mesmas pessoas que tinham sido ignoradas decidiam o que deveria ser asfaltado, o programa de vacinação e quando o pediatra visitaria o bairro”. O mais importante: as mulheres tinham aprendido a se expressar. “Algumas voltaram à escola, entre elas mulheres que não sabiam ler nem escrever”, explicou Lovisolo. “Finalmente elas estabeleceram a agenda e participaram das reuniões com o prefeito sem nossa presença. Conseguiram o número do celular do prefeito e o chamavam quando o trabalho se atrasava. A pavimentação das ruas mudou a vida em formas que não tínhamos planejado e que não podemos medir. Não podemos atribuir o crédito a nós mesmos, mas de fato ocorreu”.

e a Caravana, um festival e desfile anual, reconhecido por tirar as pessoas de casa para recuperar as ruas em quatro municípios. “Com a bola de futebol e a murga, as pessoas começaram a se reunir e a demandar dos governos central, provincial e municipal”, explicou Fernando Leguiza, um diretor fundador do Defensores. Para isso foi importante o incansável esforço de Balán em manter os moradores do conurbano envolvidos todos os dias com as respectivas comunidades. Para muitos, a recompensa foi a conexão às redes de eletricidade e gás, o serviço de coleta de lixo e o acesso aos serviços públicos de saúde.

Uma doação da IAF de US\$228.300 concedida ao Defensores em 2005 financiou um projeto tripartite com o Culebrón e a ACIJ, atualmente parceira donatária da IAF. Um resultado impressionante (ver outro na página 15) foi a mobilização de 35 organizações — abrangendo clubes de futebol a refeitórios — para levar um orçamento participativo a San Miguel. Este processo se vem desenvolvendo em toda a América Latina, à medida que as burocracias entregam as responsabilidades e recursos às unidades menores de governo. Impulsionado pelo Culebrón, o esforço teve início com a distribuição de porta em porta de materiais educativos e capacitação de entrevistadores para pesquisar a cultura e as deficiências de cada bairro. Os resultados contribuíram para a redação de uma Carta Popular, uma proposta para melhorar a participação democrática em San Miguel, de modo que cada vizinho seja ouvido. Divulgada por meio da Caravana para aprovação bairro por bairro, transformou-se na base para um decreto da cidade que o conselho municipal de San Miguel aprovou unanimemente em 2008. Esse decreto criou foros de bairro que recebem uma percentagem dos recursos municipais para investir em infraestrutura; o município oferece capacitação no uso eficaz do processo.

Saindo do banco de reservas

Em 2008, no ponto médio do financiamento da IAF, Ferraro deixou oficialmente o Defensores, juntamente



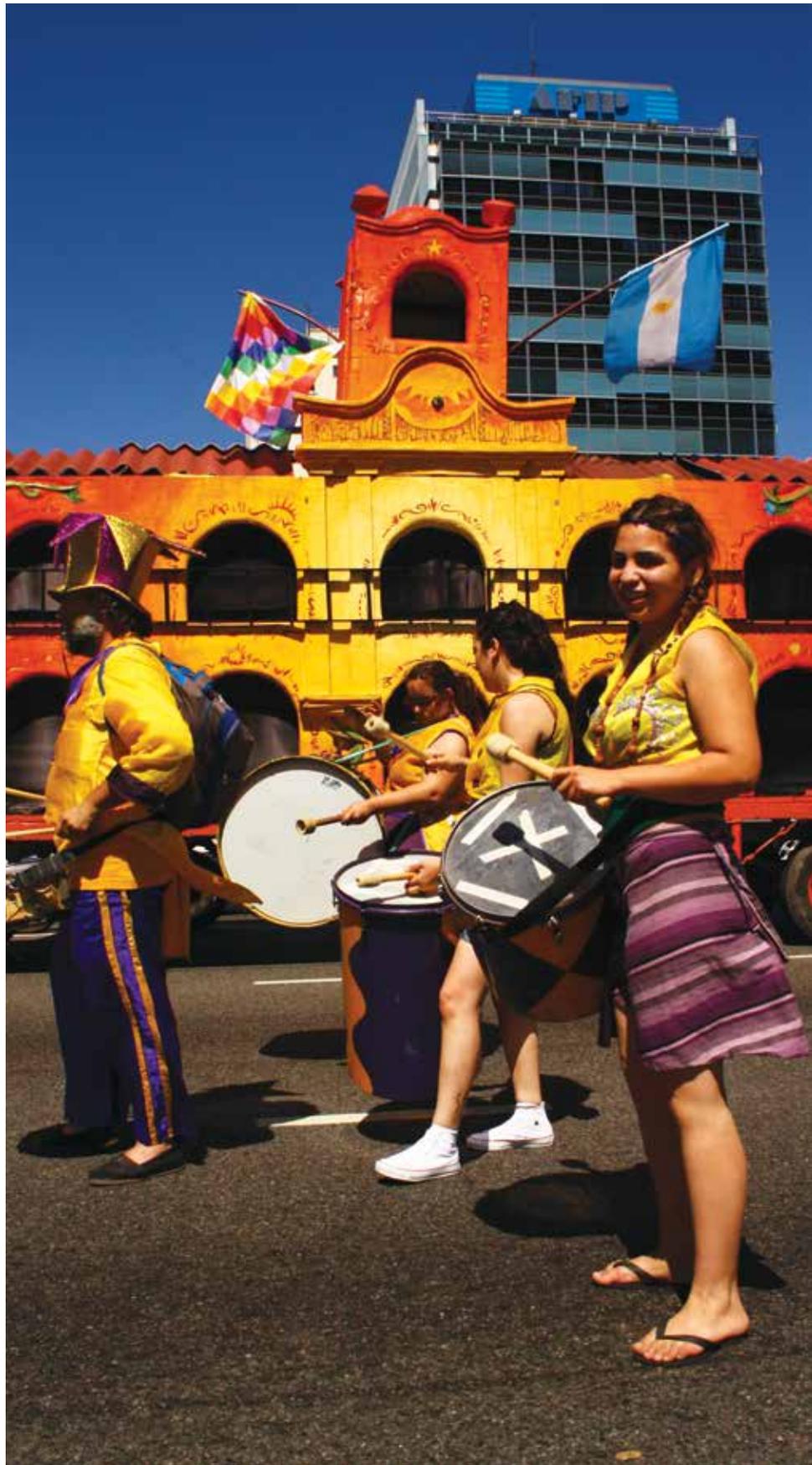
“Orçamento com participação — uma realização de todos.”

com outros fundadores. “Nossa intenção foi sempre que o Defensores fosse dirigido por jovens para jovens” explicou, citando os estatutos segundo os quais os diretores do clube atlético e do centro cultural devem ter menos de 30 anos. Ferraro tinha então 36; os outros também já estavam com mais idade. Maxi Pelayes, que tinha 23 anos e estava por ser o primeiro de sua família em formar-se em uma universidade, sucedeu Ferraro como diretor geral. Atualmente supervisiona os programas de desportos, cultura, educação e desenvolvimento comunitário que incluem 95 funcionários e voluntários; 1.700 residentes contribuintes do conurbano, com idades que oscilam de 3 a 60 anos, utilizam as instalações do Defensores. Os



Cortesia Culebrón Timbal

Culebrón Timbal informa os moradores do conurbano sobre as vantagens da participação cívica mediante sua caravana anual que apresenta conjuntos de murga e carros alegóricos (direita) e outros eventos populares, inclusive concertos de sua banda de rock com o diretor Eduardo Balán (esquerda, acima).





menores frequentam o pré-escolar construído pelos novos dirigentes — e que levaram a saída de Ferraro.

O pedido de uma pré-escola veio de um grupo de mães desesperadas cujos filhos estavam entre os 400 que tinham sido recusados do primero ciclo do jardim de infância público com excesso de crianças provenientes de sete bairros. Por que, perguntaram elas, o Defensores não poderia abrir uma escola? A ideia entusiasmou os jovens que tinham crescido com o clube, mas os diretores fundadores recusaram o pedido das mães, mencionando as dificuldades para obter alvarás e financiamento. A razão verdadeira, admitiu Ferraro a si mesmo, era o fato de ele

Paula Durbin



Maxi Pelayes no playground da pré-escola de Defensores; abaixo, pré-escolares na sala.



Cortesia Defensores del Chaco

e seus colegas se sentirem cómodos e não terem mais a energia para enfrentar tal desafio.

“Foi como olhar em um espelho”, explicou sobre a revelação. “E percebemos que os jovens que tínhamos formado eram capazes de liderar, mas nós não saíamos de seu caminho. Nós, os adultos, nos tínhamos convertido em um obstáculo. Assim em três meses fomos embora”. A nova diretoria convenceu a empresa estatal de energia YPF, a Fundación Navarro-Viola e outros doadores argentinos a financiarem o pré-escolar. A auto-rição, porém, ameaçou transformar-se no pesadelo que Ferraro temia. Receosos da juventude dos novos diretores e das salas de aula iluminadas e arejadas, as autoridades inicialmente declararam ilegais as instalações reluzentes. Finalmente a escola passou a inspeção e abriu em 2009. Os pais pagam uma matrícula modesta — em espécie se não estiverem em condições de pagar em dinheiro — e as operações são subsidiadas pelos programas desportivos do Defensores. “É um pré-escolar de luxo”, explicou Ferraro. “E nós não poderíamos ter conseguido isso”.

Os passos seguintes

Perfis na imprensa e em websites de várias organizações confirmam a promoção incansável de Ferraro do poder do futebol como veículo para a mudança social. “Em cada bairro há uma escola primária, uma igreja, uma clínica e um clube de futebol”, comentou a *Desenvolvimento de Base*. “No fim de semana, a partida de futebol se transforma em local de reunião. É uma escola de cidadania sem paredes”. O Defensores inspirou dezenas de novos clubes e com eles em mente Ferraro fundou o Futebol para o Desenvolvimento. Por meio dele novos organizadores se beneficiam da experiência do Defensores e aprendem a manter os olhos na bola. “As pessoas formam estes grupos com a ideia de ganhar partidas em vez de trabalhar juntos. Querem copiar um modelo profissional para desenvolver um Messi para captar a atenção de um recrutador”, explicou Ferraro, “mas a ideia é usar o futebol como uma desculpa para mobilizar a comunidade para o desenvolvimento”. Do Futebol para o Desenvolvimento surgiu o Futebol para a Oportunidade Social ou Liga FOS, uma rede de 18 clubes no nível de base que se mantêm vinculados jogando entre si, e que oferece serviços como atenção médica para jovens de 7 a 18 anos. As famílias são bem-vindas aos jogos e se pede ao público que deixe o álcool em casa.

O Futebol para o Desenvolvimento coordena as atividades de futebol de rua para cerca de 200.000 jogadores na América Latina, segundo uma recente entrevista no diário argentino Clarín. Ferraro tem o mérito de ter levado o modelo ao Paraguai e ao Uruguai, onde o Mundo Afro, ex-donatário da IAF, usa o futebol para atingir jovens afrodescendentes com sua mensagem sobre herança, participação e voto. O Chile, Costa Rica, Peru e Equador têm programas. Os atletas que estão com o Ser Paz, ex-donatário da IAF que conseguiu o desarmamento de cerca de 5.000 membros de quadrilhas de Guaiaquil – indicou Ferraro – jogam à noite para demonstrar que recuperaram as ruas. Equipes de todo o continente se reúnem em encontros internacionais e as primeiras duas partidas sempre são jogadas na rua. As equipes de Futebol de Rua programaram reunir-se no Brasil em 2014 e jogar paralelamente à Copa do Mundo. “Nosso sonho é jogar na Avenida Paulista,” disse Ferraro.

Como espaço aberto compartilhado, a rua tem sido fundamental para seu conceito de comunidades resilientes que remontam à primeira partida com os meninos da esquina. Ao programarem jogos nas ruas, insiste, o futebol de rua as torna mais seguras. “O grande problema com a segurança na América Latina pode ser atribuído ao abandono das ruas por parte dos cidadãos”, segundo explicou. “Eu jogava na rua quando era jovem e nunca aconteceu nada ruim. As pessoas colocavam cadeira na calçada para tomar o chá mate. A rua era uma extensão do lar. Os vizinhos cuidavam uns dos outros. O futebol de rua ressuscita a ideia e reclama os espaços públicos para que todos os usem. Quando há gente nas ruas, não se necessita de uma força de segurança”.

Depois de tantos anos dedicados a ouvir as comunidades e defendê-las, Ferraro candidatou-se a prefeito de Moreno em 2011 na chapa Moreno Vivo, o partido que ajudou a fundar, mas terminou em segundo lugar. Entrevistado por *Desenvolvimento de Base* anunciou sua intenção de voltar a candidatar-se em 2015. Ferraro continua ativo na Fundação Defensores del Chaco, um setor de arrecadação de fundos da organização. Em junho, encontrou tempo em sua agenda apertada para celebrar a reabertura do teatro do Defensores, destruído pelas tempestades de abril de 2012. Findas as chuvas, os membros do clube passaram três dias procurando telhas de zinco do telhado e outros materiais recuperáveis, alguns encontrados a centenas de metros de distância de onde estava o teatro. Para custear a reconstrução, organizaram



Representantes do governo uruguaio, do município e do patrocinador do programa Mundo Afro abrem o campeonato 2012 da Red Sudamericana de Fútbol Callejero, realizado em Montevideú. As atividades após o jogo sempre oferecem aos jovens atletas a oportunidade de discutir questões da comunidade com as autoridades. Abaixo, jogadores de Defensores e outras equipes aproveitaram a oportunidade para uma foto.

Cortesia Defensores del Chaco



um banquete e apelaram aos vizinhos, tal como tinham feito há 15 anos. A diferença é que hoje em dia seu complexo é um marco de tijolo e cimento, o orgulho do bairro, e não um sonho. As ruas de Chaco Chico podem não ter sinais, mas qualquer pessoa em Moreno pode indicar a um motorista perdido onde fica o Defensores del Chaco.

Ferraro elogiou os jovens por terem realizado o trabalho tão rapidamente, destacando que o município, dispondo de maiores recursos, ainda não tinha instalado a iluminação pública no bairro. Houve pedidos de saída, inclusive de diretores. Alguns se estavam aproximando dos 30 anos, entre eles Maxi Pelayes, que assegurou a *Desenvolvimento de Base* que a geração seguinte de líderes já está participando da tomada de decisões. A renovação da cúpula é outro tema constante para Ferraro. “Sempre criticamos a permanência no poder. Cremos que o exercício da democracia requer a mudança”, explicou. “Nós apostamos na mudança”. Níveis de responsabilidade em cascata foram incorporados à organização e os novos líderes estão sendo treinados o tempo todo. Pelayes espera que seus sucessores ampliem o pré-escolar com outros graus e o complexo desportivo com uma piscina.

A organização que saiu de uma esquina de rua transformou a energia e a esperança em uma instituição vibrante que continua crescendo. “Para sermos honestos, o princípio não foi algo pensado”, insistiu Ferraro. Mas embora não tenha havido um plano estratégico, houve uma visão estratégica e ele por modéstia não se atribui o mérito pelo resultado dessa visão. “Vejo os meninos de rua com as camisetas do Defensores”, disse. “As lojas aqui não vendem as camisetas dos times da primeira divisão; Chaco Chico se identifica com esta instituição. O Defensores conseguiu que uma comunidade de 20.000 habitantes comesse a pensar em ‘verde e negro’ e que uma comunidade



Fabián Ferraro na comemoração da abertura do teatro de Defensores reconstruído após os danos causados por uma tempestade.

considerada violenta fosse vista como exemplo. O Defensores influenciou essa mudança cultural, mas não foi a obra de uma ou duas pessoas; foi o trabalho da comunidade”.

Jeremy Coon é o representante da IAF para a Argentina e o Paraguai. Adriana Rofman, técnica de dados da IAF na Argentina; Gabriela Sbarra, ligação da IAF na Argentina; Gabriela Boer, ex-representante para a Argentina; e Eduardo Rodríguez-Frías contribuíram para este artigo.



Esperança em meio ao perigo em Honduras: educação, emprego e novas empresas

Por John Reed

Fotos por Mark Caicedo

No ano passado, Honduras foi o país mais violento do hemisfério, com 96 homicídios por 100.000 habitantes. A taxa de homicídios foi ainda pior em Tegucigalpa, a capital, que agora tem um programa financiado pelo município para ajudar as famílias indigentes a pagar os gastos de enterro. Estas sombrias estatísticas são provocadas em parte pelas numerosas gangues, que parecem superar o número de efetivos policiais e estarem mais bem armadas. Estas gangues assaltam ônibus regularmente, cobram um *impuesto de guerra* das pequenas empresas e estão envolvidas no lucrativo tráfico de drogas, armas e seres humanos. Hugo Llorens, ex-embaixador dos Estados Unidos, qualificou a onda de criminalidade como “um tsunami”. Parafrazeando um colega, a pobreza se enfrenta cara a cara com as tentadoras oportunidades que os pobres têm de se tornarem ricos da noite para o dia, ainda que fazê-lo implique morrer amanhã.

Em 28 de maio, Mara Salvatrucha (MS-13) e Barrio 18 (M-18), duas gangues com presença nos Estados Unidos, Guatemala e El Salvador, anunciaram um plano de cessar fogo nacional em Honduras. O acordo, produzido graças à intervenção de representantes da Igreja Católica e da Organização dos Estados Americanos, tem um precedente em El Salvador, onde o número de assassinatos caiu drasticamente desde o ano passado, quando se declarou uma trégua, mas os negócios ilícitos continuam prosperando. Nesse contexto, a demanda de capacitação para o trabalho formulada pelas gangues de Honduras foi em parte surpreendente. “Quero que meu filho seja médico ou câmera e não gangster”, disse um porta-voz da MS-13 que se identificou apenas como Marco, durante uma conferência de imprensa realizada no presídio em que se encontra encarcerado.

Ao finalizar esta edição da revista *Desenvolvimento de Base* ainda não estavam claros os efeitos da trégua e

alguns peritos se mostravam céticos sobre as perspectivas em Honduras, onde a polícia é um dos fatores que incidem na violência, bem como a presença de carteis internacionais que transportam boa parte da cocaína que abastece o mercado dos Estados Unidos. Mas ninguém tem dúvidas sobre a necessidade de capacitação para o trabalho.

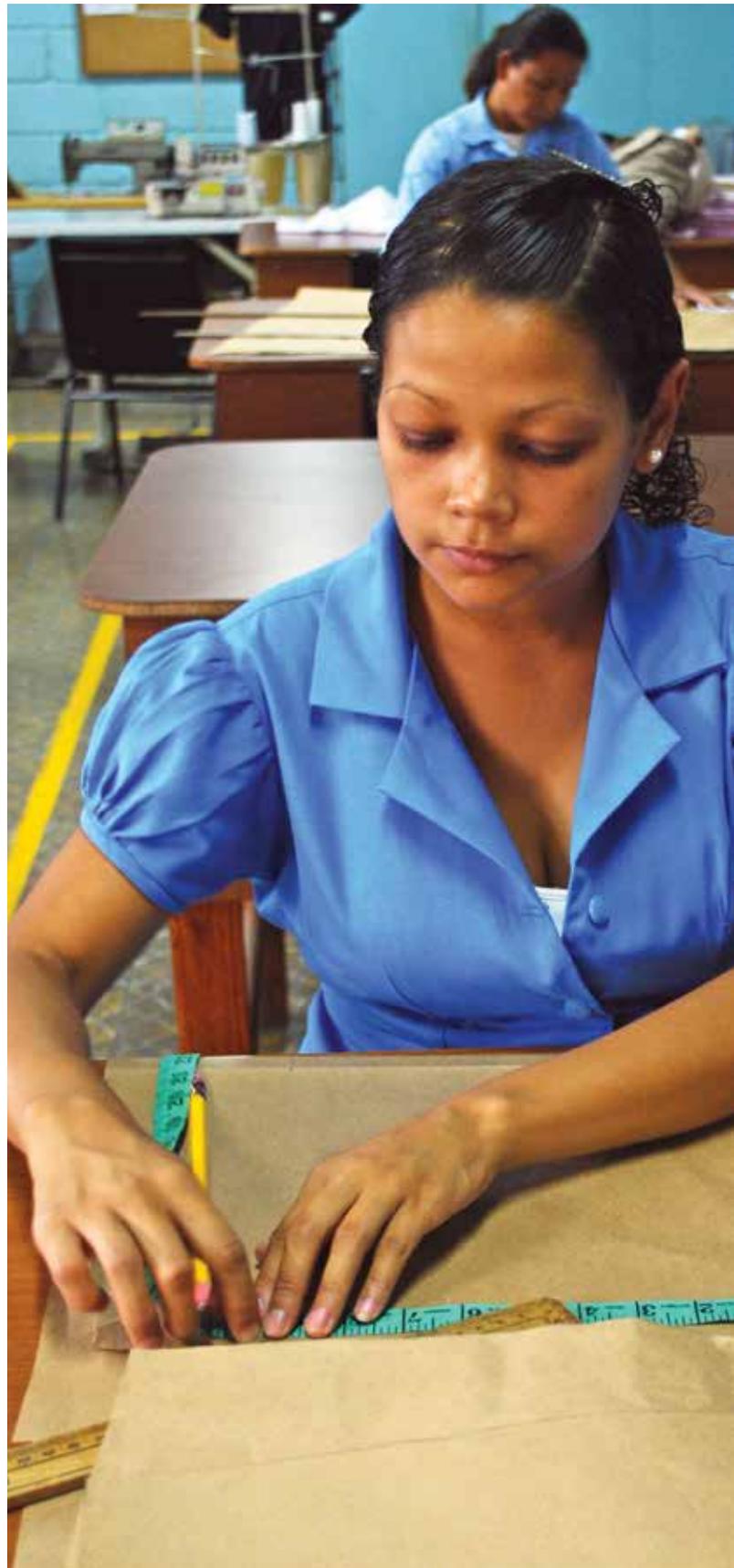
Junto à pobreza, a inexistência de estabelecimentos educativos em todos os níveis é um fator importante que contribui para a atividade criminosa, disse Will Aguilar, diretor executivo da donatária da IAF Grupo Juvenil Dion (GJD), uma organização não governamental de Tegucigalpa dedicada a ensinar habilidades profissionais, que ajuda seus formandos a viver uma vida produtiva. Numa região desesperada por modelos comprovados que ofereçam esperança aos jovens e os mantenham longe das gangues, armas, drogas e prostituição, o GJD tem uma reputação destacada de eficácia. Continuamente chegam visitantes que esperam poder reproduzir seu êxito, inclusive na Guatemala e El Salvador, países que com Honduras fazem parte do “triângulo do norte”, considerado o núcleo do crime na América Central.

As instalações do GJD estão localizadas em La Pedregal, um dos bairros mais pobres e densamente povoados de Tegucigalpa. Seus estudantes são cidadãos corretos e trabalhadores. Os professores do GJD puseram em jogo suas vidas para encarar bandidos decididos a fazer sair da escola um dos estudantes por um motivo tão insignificante como o fato de vestir a camiseta da equipe de futebol errada. Nos anos 70, quando uma jovem freira chamada Marta Dion se somou a outras colegas do Canadá para trabalhar nos bairros marginalizados de Tegucigalpa, os moradores de La Pedregal eram tão carentes que alguns usavam a água de um rio poluído nas proximidades e não havia mercadinhos. Atuando na Igreja de San José Labrador, localizada em La Pedregal,

Sor Marta fundou uma organização que dotou a comunidade de um aqueduto e de um local no qual se vendem alimentos a preços módicos. Também lançou a ideia de oferecer educação básica e capacitação profissional aos jovens locais, que teve uma acolhida entusiasta, e a adotou como tema central de suas atividades. Antes de sair de San José Labrador, obteve registro oficial da organização e integrou o órgão dirigente com residentes de La Pedregal, entre eles estudantes e formandos. Essa assembleia geral foi a que decidiu honrar Sor Marta dando seu nome à organização.

Na atualidade o GJD oferece a mais de 450 estudantes, de 14 anos ou mais, a oportunidade de dominar as habilidades necessárias para trabalhar realizando consertos elétricos, em carpintaria, alfaiataria, confeitaria, serviços de salão de beleza, computação e tecnologia da informação. Também aprendem matemática, espanhol, ciências e história, as matérias básicas segundo a definição do governo de Honduras, que concede certificados aos formandos. Complementam o currículo uma feira musical anual e excursões para assistir a obras de teatro, concertos e exposições de arte. Os estudantes fazem contribuições para a comunidade aplicando suas habilidades nas escolas e centros de saúde: consertam os móveis e a iluminação, oferecem cortes de cabelo ou fazem bolos para a comemoração dos aniversários. Os estágios constituem um componente prático da capacitação. Um programa de colocação no trabalho ajudou 56 de seus 152 formandos a encontrar emprego em 2012; o GJD não tem um sistema para fazer um acompanhamento dos que conseguem emprego por conta própria.

Aguilar, contador por profissão, é diretor do GJD há 13 anos, mas seu envolvimento começou quando ele tinha cinco anos e o GJD ainda funcionava mais como um centro comunitário e seus irmãos mais velhos o levavam para brincar com outras crianças. Ele e sua família ficaram em La Pedregal, onde o supermercado Colônia e a cadeia varejista mexicana Elektra estão entre as empresas que prosperam e um conjunto distinto de empresas menores se espalha pelas principais ruas, assim como pelas vielas que serpenteiam pela zona. Vários estabelecimentos devem sua existência ao GJD, que somou o âmbito dos negócios a uma visão que colocou Aguilar na vanguarda da educação na América Central. Os arquivos do GDJ indicam que 25% dos formandos de seus programas de capacitação para o trabalho fundaram empresas.



Ana Graciela Hernández, alfaiate em treinamento.



Aprendiz de carpintaria Jeison Andrés Rivas.

Até hoje, sete em cada 10 empresas fundadas continuam funcionando um ano depois.

Desde meados dos anos 90, a IAF concedeu ao GJD quatro doações no total de US\$500.000; a primeira financiou a construção do edifício onde se oferece a capacitação. Mais recentemente, a IAF apoiou inovações propostas por Aguilar destinadas a ajudar os formandos a começar seus próprios negócios, entre elas um programa de empréstimos para financiar as empresas. “É quase impossível os jovens deste país terem acesso ao microcrédito, já que nem eles nem suas famílias podem oferecer as garantias necessárias; além disso, sofrem o estigma que associa imediatamente os jovens com as *maras* e o narcotráfico”, explicou. “Por isso, o GJD acredita que deve preencher a lacuna na oferta de crédito”. Aguilar também constituiu uma incubadora de empresas que ofereceu espaço temporário para que as empresas começassem antes de encontrar instalações permanentes. Como era de se esperar, a demanda excedeu

muito o espaço disponível; por isso, Aguilar converteu a incubadora em um centro de comercialização no qual os formandos exibem seus produtos e os consumidores podem fazer seus pedidos. Ele instigou a formação de um grupo de estudantes para realizar pesquisas destinadas a guiar as novas ideias. Aguilar pensa em utilizar o mais recente financiamento recebido pelo GJD em uma loja administrada pelos estudantes e professores, com produtos que serão revendidos aos formandos a um preço intermediário entre o de venda por atacado e o de venda no varejo. No horizonte vislumbram-se cursos sobre reparação de componentes eletrônicos de automóveis e habilidades necessárias para que os estudantes trabalhem em centros de atendimento telefônico aos clientes.

Durante os três últimos anos, o GJD ofereceu capacitação a estudantes das províncias periféricas de Francisco Morazán, Intibucá e Yoro, seguindo o exemplo do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA) da Colômbia. Enquanto as aulas intinerantes do SEN



Fátima Raquel Coello, workshop móvel do GDJ em serviços de salão de beleza.



Aprendizes de confeitaria Lilian Cristina Vallecillo e Estefaní Jaquelín Cabrera.

cionam em trailers e ônibus modificados para esse fim, o GJD transporta os equipamentos a um local semipermanente. As características centrais desses workshops móveis são que a comunidade escolhe o conteúdo — até agora confeitaria, serviços de salão de beleza e carpintaria — e se compromete a fazer contribuições de contrapartida em espécie: espaço para realizar a capacitação, vigias ou o pagamento da conta de energia elétrica. Uma vez capacitados, os participantes também podem receber empréstimos para comprar equipamentos e mercadorias destinados às novas empresas.

A sustentabilidade financeira tem sido uma das metas desde a fundação do GJD, mas não é fácil alcançá-la para uma organização sem fins lucrativos que presta serviços a jovens marginalizados de algumas das comunidades mais carentes do hemisfério. Uma matrícula módica cobre alguns custos de operação, da mesma forma que a receita procedente dos produtos elaborados nos cursos, e se espera que a loja do GJD gere alguma renda. Aguilar espera que outra fonte de renda seja o desenvolvimento de produtos durante os programas de capacitação; atualmente, vendem-se um shampoo e uma mistura para rosquinhas doces com a marca do GJD. Enquanto isso, os doadores internacionais continuam proporcionando uma corda de salvamento. Entre eles está a Microsoft, cuja doação de software no valor de US\$200.000 foi uma benção para o GJD. Em todo caso, é provável que a ajuda de doadores continue sendo necessária para programas como os do GJD, que, segundo um editorial do *The Washington Post* sobre as perspectivas de uma trégua em Honduras, “merecem o apoio do Congresso”.

As gangues dominaram La Pedregal e o GJD teve que se esforçar para continuar atuando na zona e manter suas atividades bem focadas. “Todo esforço para reduzir o nível de violência neste país vale a pena”, comentou Aguilar sobre a trégua proposta. “E deve haver investimen-



Fany Dubón começou seu negócio após aprender a confeitaria num workshop móvel.

tos sérios em prevenção. Este é o aspecto no qual Grupo Juvenil Dion pode desempenhar um papel importante. O GJD combateu este flagelo com oportunidades econômicas e sociais, para que nossos jovens contem com as ferramentas para ter um futuro livre de pobreza e crime”. Em outras palavras, o mesmo futuro que, segundo Marco, os integrantes das gangues de Honduras agora desejam.

John Reed é representante da IAF para Honduras.



Sem terrinha na escola num assentamento de trabalhadores sem terra.

Os sem-terra e as escolas: Um modelo alternativo para a educação rural

Por Rebecca Tarlau

Fotos por Rebecca Tarlau

Um conjunto improvável de imagens está pintado nas paredes exteriores de uma escola pública rural do Brasil no estado de Pará no norte do país: a bandeira do Brasil, o emblema do governo municipal e a bandeira de uma das maiores mobilizações sociais da hajan produzido na América Latina: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

(MST) — que tem sido um espinho para o Estado brasileiro há quase 30 anos. Juntamente com esses símbolos figuram as palavras: “Reforma Agrária para Justiça Social e Soberania Popular”. Esta escola é representativa de uma aparente contradição existente na zona rural de todo Brasil: a ativa coordenação entre o governo e o MST para a prestação de serviços públicos de educação.

No entanto, embora a burocracia de muitos estados e municípios colabore com os ativistas do MST, em outras regiões a resposta oficial é drasticamente diferente. Com base em 17 meses de pesquisas etnográficas no campo, realizadas em três regiões do Brasil, analiso as condições nas quais os estados cedem a capacidade de determinar as políticas educacionais aos movimentos sociais. Os dados provêm de 70 entrevistas com ativistas do MST, 60 entrevistas com pessoas que exercem cargos de eleição popular e funcionários do governo, extensas notas de campo, conversações informais, visitas, observação de escolas, capacitação de professores e acompanhamento de ativistas do MST.

Antecedentes

O MST compõe-se de mais de 1 milhão de homens, mulheres e crianças que decidiram combater suas condições de pobreza exercendo pressão sobre o governo para receberem terrenos que possam cultivar (Branford e Rocha, 2002; Wright e Wolford, 2003; Ondetti, 2008; Wolford, 2010). Surgiu no fim da década de 1970, durante a Abertura que preparou o caminho para o fim da ditadura militar em 1985 (Skidmore, 2010). Durante as décadas de governo militar, o crescimento econômico e a industrialização rápidos coincidiram com a migração em massa da zona rural para a urbana. Em 1940, menos de 32% dos brasileiros viviam nas cidades; em 1991 75% de toda a população era urbana (Plank, 1996). No caso dos brasileiros que permaneceram na zona rural, a fome e desnutrição aumentaram à medida que o governo obrigou muitos pequenos proprietários a abandonarem as terras para abrir mais espaço às indústrias agrícolas mecanizadas (Wright e Wolford, 2003).

Os agricultores do sul do Brasil começaram a protestar contra estas injustiças ocupando grandes fazendas inexploradas e pressionando o governo a lhes dar a terra. Basearam sua reivindicação na cláusula da Constituição brasileira que estabelece especificamente que a terra deve “cumprir sua função social”, a qual, segundo a interpretavam, determina a transferência da terra improdutiva a alguém disposto a torná-la produtiva. Em 1984, grupos diversos do sul do país se uniram para fundar um movimento nacional que desde então se expandiu a 23 estados. Desde as primeiras ocupações no início da década de 1980, o MST conseguiu obter os títulos de propriedade de 8 milhões de hectares para 350.000 famílias (Wright e Wolford, 2003).

Este êxito tornou o MST famoso em todo o mundo. Menos conhecida é a luta simultânea do movimento para conseguir que todas as crianças, jovens e adultos residentes nas comunidades do MST tenham direito ao ensino fundamental, médio e superior gratuito. Na zona rural brasileira frequentemente as famílias têm acesso limitado às escolas. Onde há acesso à educação, os sistemas são frequentemente disfuncionais devido aos mínimos recursos de que se dispõe e à falta de apoio administrativo (Plank, 1996; Reimers, 2000; Schwartzmam e Brock, 2004). Nas últimas três décadas o MST vem pressionando com êxito os governos estaduais e municipais a construir 2.000 escolas rurais públicas que atualmente atendem a aproximadamente 200.000 estudantes (Movimento Sem-Terra, 2009). O MST também estabeleceu cooperativas educacionais que trabalham com os governos locais na coordenação dos esforços de professores, estudantes e integrantes das comunidades para melhorar as escolas.

Estas cooperativas realizam atividades para alcançar uma série de metas. Os ativistas ensinam aos estudantes a importância de cultivar a terra e de estudar, bem como incentivam formas de trabalho caracterizadas pela cooperação e modalidades holísticas de aprendizagem. As escolas são concebidas como espaços democráticos nos quais os pais, os professores e os estudantes decidem juntos como deve funcionar a educação. Querem que os professores ajudem os estudantes a analisar as desigualdades atuais e passadas na respectiva comunidade, a fim de contribuírem para mudar essas condições. Ao aplicarem esses princípios curriculares e organizacionais, os ativistas do MST visam a criar um sistema educacional que estimule os jovens brasileiros a permanecer no campo e a se tornarem agricultores intelectuais. Esta meta educacional se relaciona com a visão mais ampla do MST de formar trabalhadores que sejam proprietários dos meios de produção e explorem a terra juntos em comunidades sustentáveis.

As raízes do enfoque educacional

Quando eu estava no Estado do Rio Grande do Sul, no sul país, me disseram que eu tinha de conversar com Salete, uma mulher conhecida como a “a primeira professora do MST” e que atualmente dirige uma escola de ensino médio alternativa. Em 1978, Salete conheceu o Padre Anildo, um defensor da Teologia da Liberação (Berryman, 1987) que a convidou a participar de uma

Comunidade Eclesial de Base, grupo informal de estudos religiosos e políticos. Mais tarde, em 1981, Salete decidiu tomar parte em uma ocupação de terras. Tinha 27 anos e era a única pessoa no acampamento com diploma de professora. Começou a trabalhar com os jovens e a aplicar as ideias da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (1970), que tinha aprendido em seu trabalho anterior com a Igreja Católica.

Em 1984 foram oficialmente concedidas a Salete as terras que ocupava. Um ano depois houve outra ocupação da qual participaram milhares de famílias. Salete começou a viajar ao novo acampamento e a organizar atividades educacionais para as centenas de crianças que viviam nas tendas dos invasores. Participaram da invasão 11 pessoas com título de professor e que começaram a trabalhar com Salete na formulação de um modelo educacional alternativo. De 1985 a 1986, grupos de educadores de vários assentamentos e acampamentos discutiram um modelo mais coeso para todo o movimento. A primeira reunião nacional de educadores do MST foi realizada em 1987; os participantes concordaram na necessidade de capacitar professores que ensinassem a história do movimento e valorizassem a luta em prol da reforma agrária.

Em 1990, o MST começou a capacitar professores em Braga, Rio Grande do Sul, em coordenação com o governo municipal. Esses cursos permitiam aos ativistas conseguir ao mesmo tempo o diploma do ensino médio e o título de professor. Cinco anos mais tarde, o MST fundou uma instituição que foi acreditada pelo governo do estado como escola de ensino médio privada: o Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), que tinha o nome do ativista e autor do livro *Geopolítica da Fome*. Mais de 3.000 ativistas do MST em todo o Brasil se formaram no IEJC desde sua fundação. Em 1998, o Governo federal criou o Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o qual dotou o MST de uma fonte adicional de financiamento para suas iniciativas educacionais.

Os ativistas também queriam acesso ao ensino superior e no fim da década de 1990 entraram em contato com dezenas de universidades no intuito de criar uma carreira específica para as comunidades do MST. Somente uma pequena universidade privada situada na cidade de Ijuí, Rio Grande do Sul, manifestou interesse. Os ativistas do MST e os professores universitários formularam juntos um programa de graduação intitulado “Pedagogia

da Terra”, financiado por PRONERA e que incorporava o modelo educacional concebido pelo MST na década anterior. Adaptado aos residentes das comunidades que viviam nos assentamentos resultantes da reforma agrária, o programa atraiu ativistas de todo o país quando foi lançado em 1998. Desde então mais de 40 universidades públicas se associaram ao MST e ao PRONERA para oferecer programas de graduação aos moradores de assentamentos que têm surgido da mesma maneira. Entre elas figuram as Universidades Federais de Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Piauí, Pará, Maranhão, Brasília, Espírito Santo, Ceará, Acre, Sergipe, Minas Gerais, Goiás, Paraíba e Bahia.

As iniciativas do MST nas regiões

Embora as iniciativas educacionais do MST — conhecidas como Educação do Campo — contem com o amplo apoio de várias leis federais e de um decreto presidencial, o sistema descentralizado do Brasil não as adotou de modo uniforme. Minha pesquisa mostrou que onde foi levado à prática, a burocracia estatal é forte e dispõe de recursos materiais suficientes e conhecimentos especializados. Outra condição que favoreceu a adoção do modelo é a intensa mobilização do MST que ajuda a eleição de um governo que simpatize com suas metas. Por exemplo, depois da mobilização em massa do MST em apoio do Partido dos Trabalhadores (PT) no Rio Grande do Sul, em 1998, o governo eleito respondeu com a construção e acreditação de escolas públicas, conhecidas como Escolas Itinerantes, nos acampamentos do MST (Camini, 2009). O governo permitiu que os ativistas do MST participassem da definição da estrutura organizacional dessas escolas porque suas metas educacionais, políticas e econômicas eram semelhantes às do PT. Isso é coerente com as conclusões de outros pesquisadores, os quais também afirmam que é fundamental contar com funcionários públicos comprometidos com o cultivo das sinergias entre o Estado e a sociedade (Goldfrank, 2011; Cornwall e Coelho, 2007; Ostrom, 1996; Abers, 2000; Heller, 1999; Fox, 1996).

Este tipo de situação pode terminar de repente, como ocorreu no Rio Grande do Sul em 2007, quando um novo governador tomou posse e lançou uma vigorosa campanha contra as atividades educacionais do MST. Em quatro anos o governo fechou todas as escolas situadas nos acampamentos do MST e mais de 150 escolas rurais em todo o estado. As ideias desse governo contradiziam



Sem terrinha protestando contra o fechamento de escolas do MST em comunidades do Rio Grande do Sul.

diretamente a posição do movimento, segundo a qual as escolas deviam estar situadas no campo e o currículo devia refletir sensibilidade às necessidades da população rural. “O destino do mundo é que as populações rurais emigrem para as cidades”, disse-me o Secretário da Educação de então durante uma entrevista realizada em 2010, “e por isso precisamos de escolas nos centros urbanos”.

Em contraste com esse caso, minhas pesquisas no nordeste do país mostram que as parcerias entre o Estado e a sociedade civil pode desenvolver-se onde a capacidade do Estado é limitada e o governo tem atitude ambivalente com relação ao MST. No município de Santa Maria da Boa Vista, no Estado de Pernambuco, os prefeitos que, em outras circunstâncias, não compartilhariam outros aspectos da ideologia do MST, têm apoiado seu programa educacional há mais de uma década. Uma das explicações desse fenômeno é o fato de considerarem que o

MST é mais capaz de organizar escolas do que o próprio governo e consideram a participação do MST como um benefício para o município. Muitos professores entrevistados disseram que a presença dos ativistas do MST nas escolas rurais significava uma melhoria enorme com relação ao isolamento total que tinham sofrido antes e que eles tinham comunicado os méritos do modelo do MST ao governo municipal. Finalmente, os prefeitos de Santa Maria da Boa Vista solidificam sua base política por meio da prestação de benefícios diretos aos cidadãos. Este clientelismo (Kitschelt e Wilkinson, 2007) pode facilitar a participação do MST, porque os prefeitos não fazem campanha com plataformas ideologicamente opostas às do movimento. A colaboração em Santa Maria da Boa Vista é um exemplo de que a coordenação ativa entre os funcionários dos governos locais e um movimento social polêmico pode ocorrer em contextos nos quais não era previsível.



Professores do município de Santa Maria da Boa Vista lotados em assentamentos do MST.

Conclusão

O “Estado” não é “um ator único, unido, competente, coerente ou necessariamente capaz” (Yashar, 2005) e a relação entre os ativistas do MST e os funcionários do governo varia de uma parte do Brasil a outra. Em alguns lugares é complementar e caracteriza-se pelas sinergias; em outros é antagonista. Os ativistas do MST conseguiram institucionalizar seu modelo mediante leis, um decreto presidencial e um escritório do Ministério de Educação que trabalha diretamente com os movimentos sociais rurais. No entanto, a capacidade do MST para transformar a educação pública ainda depende de negociações com centenas de governos estaduais e municipais. As condições políticas e econômicas locais afetam a forma como se desenvolve essa transformação.

Em meados da década de 1980, quando surgiu o MST, o sistema de escolas rurais estava marginalizado e o currículo era determinado pela premissa existente na classe média de que todos as crianças têm de aprender o mesmo conteúdo. Tal como continuam a lutar pela

reforma agrária nas três últimas décadas, os ativistas do MST empenharam-se em conseguir a inovação educacional no campo, sem esmorecer perante os obstáculos. Levaram à consciência brasileira o próprio modelo definido de educação. Esse modelo promove um currículo que valoriza a vida rural, ensina a história da reforma agrária e ressalta a produção coletiva. Implica também uma redefinição radical da hierarquia tradicional de comunidades, estudantes, professores, diretores de centros educacionais e funcionários. Para acadêmicos e profissionais do desenvolvimento preocupados com a educação, governança participativa e modelos alternativos de desenvolvimento rural é crítica a compreensão das condições que permitem ou impedem a transformação das escolas públicas promovida pelo MST — e suas implicações futuras.

Rebeca Tarlau, candidata ao doutorado em educação pela Universidade da Califórnia em Berkeley, recebeu uma bolsa de estudos da IAF em 2010-2011.



Rebecca Tarlau, assentamento de sem-terra, Pernambuco.

Bibliografia

Abers, Rebecca. 2000. *Inventing Local Democracy: Grassroots Politics in Brazil*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.

Berryman, Phillip. 1987. *Liberation Theology: The Essential Facts about the Revolutionary Movement in Latin America and Beyond*. New York: Pantheon Books.

Branford, Sue and Jan Rocha. 2002. *Cutting the Wire: The Story of the Landless Movement in Brazil*. Londres: Latin America Bureau.

Camini, Isabel. 2009. *Escola Itinerante: na Fronteira de uma Nova Escola*. São Paulo: Editora Expressão Popular.

Cornwall, Andrew and Vera Coelho, eds. 2007. *The Politics of Citizen Participation in New Democratic Arenas*. New York: Zed Books Ltd.

Freire, Paulo. [1970] 2002. *Pedagogy of the Oppressed*. New York: Continuum International Publishing.

Goldfrank, B. 2011. *Deepening Local Democracy in Latin America: Participation, Decentralization and the Left*. University Park: Pennsylvania State University Press.

Heller, Patrick. 1999. *The Labor of Development: Workers and the Transformation of Capitalism in Kerala, India*. Ithaca: Cornell University Press.

Kitschelt, Herbert and Steven I. Wilkinson, eds. 2007. *Patrons, Clients and Policies: Patterns of Democratic Accountability and Political Competition*. Cambridge: Cambridge University Press.

Ondetti, Gabriel. 2008. *Land, Protest, and Politics: The Landless Movement and the Struggle for Agrarian Reform in Brazil*. University Park: Pennsylvania State University Press.

Ostrom, Elinor. 1996. "Crossing the Great Divide: Coproduction, Synergy, and Development." *World Development* 24(6):1073-1087.

Plank, David. 1996. *The Means of Our Salvation: Public Education in Brazil, 1930-1995*. Boulder: Westview.

Reimers, Fernando. 2000. "Educational Opportunity and Policy in Latin America." In *Unequal Schools, Unequal Chances*, ed. Fernando Reimers. Cambridge: Harvard University Press.

Schwartzman, Simon and Colin Brock, eds. 2004. *The Challenges of Education in Brazil*. Oxford: Symposium Books.

Skidmore, Thomas. 2010. *Brazil: Five Centuries of Change*. Second Edition. Oxford: Oxford University Press.

Wolford, Wendy. 2010. *This Land is Ours Now: Social Mobilization and the Meanings of Land in Brazil*. Durham: Duke University Press.

Wright, Angus and Wendy Wolford. 2003. *To Inherit the Earth: The Landless Movement and the Struggle for a New Brazil*. Oakland: Food First Books.

Yashar, D. J. 2005. *Contesting Citizenship in Latin America: The Rise of Indigenous Movements and the Postliberal Challenge*. Cambridge: Cambridge University Press.

Laços intraétnicos ou interétnicos?

As relações sociais e o ativismo indígena na Amazônia Peruana

Por Danny Pinedo

Na manhã de 5 de junho de 2009, os peruanos acordaram com a terrível notícia de que 34 pessoas haviam morrido em um massacre perto da cidade de Bagua, no norte do país. Este ato de violência aconteceu dois meses depois que milhares de indígenas awajún e wampís, com o apoio de agricultores mestiços, começaram a bloquear uma estrada, exigindo a revogação de decretos expedidos em 2008 pelo presidente Alan Garcia para facilitar o acesso das empresas às terras e recursos das comunidades indígenas da região amazônica do Peru. A agitação social havia se espalhado. Em Madre de Dios, a Federación Nativa del Río Madre de Dios y Afluentes (FENAMAD) organizou várias greves em apoio a estas exigências. Embora nessa zona existam antecedentes de insurgência indígena, o levante que culminou na tragédia de Bagua parecia indicar que os povos do Amazonas estavam se convertendo em uma força crucial no panorama político do Peru (Rénique, 2009).

Os trágicos eventos ocorridos em Bagua despertaram meu interesse no papel das relações sociais, e dos laços e redes delas resultantes, na mobilização de milhares de indígenas do Amazonas. Estas redes se baseavam principalmente em alianças de grupos do Amazonas com grupos indígenas da região andina e com uma gama de aliados alheios às comunidades indígenas. Antes de 2009, a última aliança bem-sucedida entre grupos do Amazonas e grupos da região andina remontava a meados do século XVIII, quando Juan Santos Atahualpa, descendente dos incas, chefiou uma rebelião dos asháninkas da zona central do Amazonas peruano, contra os espanhóis. Desde então, as tentativas de colaboração foram solapadas pelas percepções culturais derivadas da intrusão de habitantes da zona andina no território das comunidades amazônicas (Rénique, 2009). Somente em 2009, quando ocorreu a revolta amazônica, as redes adquiriram maior importância na mobilização

indígena. Que tipos de vínculos sociais formam a base destas redes? Como facilitam a mobilização para obter direitos de propriedade sobre as terras e recursos econômicos? Os estudiosos afirmam que as redes sociais dentro de grupos étnicos ou de parentesco (laços intraétnicos) conduzem à fragmentação, enquanto as redes formadas por pessoas que não estão relacionadas entre si ou pertencem a grupos étnicos distintos (laços interétnicos) conduzem à coesão social (Narayan, 1999). O sociólogo Mark Granovetter (1973) chama os primeiros de “laços fortes”, pois criam vínculos emocionais baseados no parentesco e origem étnica, e os últimos de “laços fracos”, pois se referem às relações menos estreitas que vão além do círculo imediato integrado pela família e pelo grupo étnico. Granovetter considera que os “laços fracos” são essenciais para que as pessoas desfrutem de oportunidades econômicas e possam integrar-se a comunidades mais amplas.

Parentes, compadres e a febre do ouro

Em 2011, cheguei ao departamento de Madre de Dios, na zona sul da Amazônia Peruana. Ia passar 15 meses realizando pesquisas para minha tese em Puerto Maldonado, a capital regional, onde se localiza a sede da FENAMAD, e na comunidade harakmbut de Puerto Luz, que faz parte da FENAMAD. Os harakmbut, que constituem o maior grupo indígena da região, estão espalhados pelas margens do Alto Madre de Dios e vários de seus afluentes. Como outros indígenas do Amazonas, vivem de seus cultivos, da pesca, caça e coleta de frutos. Como a bacia é rica em depósitos auríferos, a extração do ouro constitui uma fonte de renda para a maioria dos harakmbuts desde o início da década de 70.

Mediante reformas na legislação peruana adotadas no final dos anos 70, suspendeu-se o controle exclusivo da extração e venda do ouro por parte do governo

central. Este fato e o aumento no preço internacional do metal no início dos anos 80 atraíram empresas de mineração e milhares de agricultores pobres procedentes da zona andina para os territórios que os harakmbuts reclamam como seus. As empresas de mineração e colonos, em sua maioria, ignoraram a Lei de Comunidades Nativas promulgada em 1974, durante o governo do General Juan Velasco, a qual permitiu que os harakmbuts obtivessem títulos de propriedade para suas terras em meados dos anos 80. As reformas que tinham por objetivo promover o investimento privado na indústria petrolífera no início dos anos 90 provocaram um aumento das concessões para a exploração do hidrocarboneto, ao qual alguns se referem como o novo boom amazônico. Como os títulos de propriedade da terra não concedem o direito aos minerais abaixo da superfície, e já que muitas das concessões petrolíferas coincidem como as terras indígenas de Madre de Dios, o boom deu lugar a conflitos com as comunidades nativas. Os harakmbuts

se mobilizaram para defender suas terras e seus meios de subsistência, um processo no qual os laços intraétnicos e interétnicos desempenharam papéis distintos e às vezes contraditórios.

Entre os harakmbuts, o clã patrilinear, cujos integrantes determinam a linhagem por meio da linha paterna, é uma fonte primária de identidade, reciprocidade e solidariedade. Em Puerto Luz, os membros de um clã tendem a viver em estreita proximidade e formar grupos. Consideram que compartilham um ancestral comum e que estão obrigados a ajudar-se mutuamente (Gray, 1997b; Moore, 1975). Se existem diferenças entre integrantes de diferentes clãs, um homem deve apoiar os que pertencem a seu clã, independente de quem tem razão (Moore, 1975). Os laços que existem entre os membros de um clã são reforçados por meio de relações recíprocas generalizadas. Por exemplo, quando uma mulher distribui a carne que seu esposo trouxe para casa, dá prioridade às esposas dos homens que fazem parte do clã ao qual



Stéphanie Borrios

Danny Pinedo e um ancião de Harakmbut.

pertence seu esposo (Moore, 1975). Contudo, o parentesco não gera laços entre todos os membros de uma comunidade, já que a reciprocidade com pessoas alheias ao grupo de famílias praticamente não existe. Até mesmo a socialização casual se limita a reuniões familiares em que participam moradores do mesmo grupo. As atividades nas quais participam todos os moradores se limitam a reuniões comunitárias, comemorações do aniversário da comunidade e, ocasionalmente, pesca em que se utiliza a planta venenosa conhecida como barbasco. Mesmo nesses casos, os participantes tendem a sentar-se, conversar e tomar suas bebidas em companhia de outros com os quais têm laços de parentesco. O trabalho comunal é bem raro.

Os clãs são essenciais para a mobilização das comunidades. Os chefes de família mobilizam facilmente seus parentes dentro do mesmo grupo, onde a proximidade torna a comunicação mais fácil e rápida. Os integrantes de todos os clãs e grupos de Puerto Luz se uniram para enfrentar a invasão de suas terras por parte dos mineiros. Por exemplo, em 2003, homens, mulheres e até anciãos e crianças se congregaram com arcos e flechas para expulsar os intrusos das terras nas quais os harakmbuts caçavam e colhiam frutos. Este tipo de solidariedade dura tanto quanto a ameaça comum e não constitui a base de alianças entre comunidades.

Os vínculos sociais com os colonos mestiços e da região andina podem beneficiar as pessoas, mas não a comunidade. Formaram-se relações de amizade e *compadrazgo* (entre o pai e o padrinho de uma criança) entre harakmbuts e colonos. Alguns moradores de comunidades permitiram que os colonos extraíssem ouro em troca de uma *regalía* (aluguel) e os colonos se converteram em *invitados*. Para os harakmbuts, o aluguel se converteu em uma fonte de dinheiro. Com o passar do tempo, alguns pouparam o suficiente para comprar seus próprios equipamentos de mineração e passaram a depender menos dos *invitados*, mas outros continuaram dependendo das *regalias* como fonte de dinheiro. Quando, devido ao medo de perder suas terras, os harakmbuts de Puerto Luz decidiram expulsar os *invitados* de seu território, os que tinham relações de amizade e *compadrazgo* rejeitaram a ideia. Obviamente, os sentimentos pessoais se chocaram com os interesses da comunidade.

Amigos, comunidades e federações

Minhas pesquisas confirmam que os laços com pessoas e organizações que não são indígenas, entre elas os organismos internacionais, facilitaram a mobilização dos indígenas e foram fundamentais para que estes obtivessem os títulos de propriedade de suas terras e empreendessem projetos de desenvolvimento. À medida que



Danny Pinedo

Mineradores, rio Karene, Puerto Luz.

aumentava a ameaça que os mineiros e as companhias representavam, crescia a necessidade de contar com uma federação indígena que pudesse defender a posse e o controle da terra por parte dos indígenas, que os harakmbuts não tinham experiência nem recursos para lançar. Em 1982, obtiveram o apoio técnico e financeiro necessário para fundar a FENAMAD, mantendo colaborações duradouras com antropólogos peruanos e estrangeiros que haviam realizado pesquisas nas comunidades harakmbuts. Uma organização não governamental local facilitou os contatos com a Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (AIDSESP), uma organização coordenadora que agrupa a maioria das federações indígenas regionais, a qual enviou um representante que ajudou a constituir a FENAMAD (Moore, 1985). As organizações não governamentais também colaboraram em seu registro legal e na definição dos limites, o que permitiu que vários assentamentos preenchessem os requisitos para que fossem declarados oficialmente “comunidades nativas” e recebessem os títulos de suas terras (Gray, 1997a).

Contudo, as divisões étnicas são uma fonte recorrente de conflitos internos. A FENAMAD foi principalmente uma iniciativa das comunidades harakmbuts (Gray, 1997a). Mas a população harakmbut oscila entre 1.500 e 2.000 pessoas e é demasiado pequena para constituir uma força política local. Por esse motivo, os dirigentes da FENAMAD desejavam incorporar todos os grupos étnicos da região, mas isto não era fácil, dada a história de rivalidades e conflitos. Até mesmo os integrantes das comunidades harakmbuts de Puerto Luz e San José do Karene, por exemplo, podem ter atitudes mútuas de suspeita e desdém. Antes de entrar em contato com as culturas externas, os grupos harakmbuts viviam em permanente conflito. Isto se prolongou até os anos 50, quando os missionários dominicanos entraram em contato com o último grupo de harakmbuts que vivia isolado e convenceram seus integrantes a instalar-se nas missões de Palotoa e Shintuya, ao longo do Alto Madre de Dios, e converter-se ao Cristianismo. Inicialmente os harakmbuts gostaram de ter facas, machados e panelas de metal, bem como atenção médica ocidental. Mas, no final dos anos 60, as tensões derivadas de acusações de feitiçaria e da concorrência pelos presentes da missão e pelas poucas mulheres disponíveis para casar levaram os harakmbuts a voltar a suas terras tradicionais, nas quais se instalaram de acordo com suas divisões geográficas habituais (Gray, 1997b).

As tensões de origem étnica são evidentes na luta interna pelo controle que caracteriza a evolução da FENAMAD. Os dirigentes dos grupos Ese'Eja, shipibo e amahuaca, que vivem perto dos escritórios da FENAMAD, aproveitaram sua proximidade para assumir o controle da federação e de seus recursos. Os harakmbuts que viviam ao longo do Alto Madre de Dios responderam em 1993 formando o Conselho Harakmbut (COHAR), que mais adiante incluiu os grupos matsigenka e yine, também da parte alta da bacia (Garcia, 2003). Algumas comunidades queriam sair da FENAMAD, que em sua opinião não atendia a seus interesses, e ingressar em outras federações. Quando os harakmbuts recuperaram o controle, as comunidades da parte baixa da bacia organizaram o Consejo Indígena del Bajo Madre de Dios (COINBAMAD), em 2007, e desde então ameaçam retirar-se da FENAMAD.

A FENAMAD deve sua existência às redes que contribuíram para reduzir as tensões entre grupos étnicos. Ao congregarem com regularidade os caciques das distantes comunidades que a integram, que de outro modo não teriam muito contato, a FENAMAD melhorou a comunicação. Esses dirigentes não só comentam seus assuntos e tomam decisões juntos, mas intercambiam informação e reforçam seus vínculos, o que é mais importante. Isto resultou em uma identidade compartilhada que gerou vínculos entre comunidades de diversas origens étnicas. Rosengren (2003) descreve como os líderes matsigenka do Alto Urubamba, na parte sul da Amazônia Peruana, tiveram a ideia de que as comunidades que falam o idioma matsigenka pertencem a um só grupo étnico e as organizaram em uma federação. Acho que, de um modo parecido, em Madre de Dios a FENAMAD superou o potencial de divisão que tinha o fato de identificar-se com grupos étnicos específicos, mediante a promoção do conceito de um grupo indígena único amplamente definido.

A formação de alianças com quase todas as organizações de Madre de Dios foi essencial para a FENAMAD expressar suas demandas. Embora sua principal aliada seja a Federación Agraria Departamental de Madre de Dios (FADEMAD), que representa agricultores procedentes do altiplano andino, a FENAMAD também se aliou com lenhadores, mineiros, colhedores de castanhas, professores, moradores de assentamentos na periferia de Puerto Maldonado e até com moto-taxis. Em 2000, esses grupos e a FENAMAD formaram uma entidade coordenadora, a Alianza de Federaciones de Madre de



Puerto Maldonado, 2009.

Danny Pinedo

Dios (García, 2000). Em 2008, esta coalizão se uniu à Frente de Defensa de los Intereses de Madre de Dios, à Confederación General de Trabajadores del Perú e outras organizações sociais e políticas em um nível ainda mais estreito de coordenação: o Comité de Lucha de la Región Madre de Dios. A mobilização no contexto de um movimento regional de maiores dimensões mostrou-se vantajosa. Uma das conquistas foi a designação, em 2002, da Reserva Comunal Amarakaeri como uma zona protegida destinada a beneficiar as comunidades harakmbut, yine e matsigenka que a rodeiam.

Em março de 2012 surgiram evidências mais recentes da eficácia das alianças entre grupos étnicos. A FENAMAD aliou-se à Federación Minera de Madre de Dios (FEDEMIN), que representa os mineiros mestiços e os da região andina, para protestar contra a proibição de realizar

atividades de mineração fora de um corredor de 500.000 hectares, que o governo do presidente Ollanta Humala havia decretado em reação à devastação provocada por décadas de atividades ilegais de extração. As pessoas e as comunidades nativas temiam perder seus meios de subsistência. A FENAMAD exigia que o governo aprovasse legislação que permitisse aos indígenas extrair ouro em suas próprias comunidades. Quando isso foi negado, a FENAMAD se uniu a milhares de mineiros numa greve de duas semanas de duração, que resultou na morte de três pessoas que participavam dos protestos. Embora os ativistas em favor da conservação do meio ambiente e outros setores da sociedade civil, entre eles algumas organizações indígenas, tenham criticado sua aliança com os mineiros, a FENAMAD obrigou o governo a negociar sobre a legislação proposta (LaRepublica.pe, 2012).

As redes sociais têm consequências positivas e adversas para a FENAMAD e suas comunidades. Por exemplo, a FENAMAD considera que os planos de um consórcio de empresas americanas e espanholas para realizar perfurações exploratórias em busca de petróleo na Reserva Comunal Amarakaeri constituem uma ameaça a uma das florestas tropicais mais conservadas da região e aos meios de subsistência dos indígenas que ela oferece. Fui testemunha de como algumas redes que promovem determinados interesses econômicos provocaram divisões internas que enfraqueceram a campanha da FENAMAD contra as perfurações das petroleiras. Obviamente, essas redes tiveram origem nos esforços do consórcio para cultivar a aceitação de seu projeto petrolífero por meio da contratação de trabalhadores indígenas, entrega de presentes a certas pessoas e ações destinadas a exacerbar as rivalidades relativas ao parentesco.

Ao regressar a Puerto Maldonado depois de realizar trabalho de campo em Puerto Luz, informei ao líder da FENAMAD sobre minhas pesquisas. Quando expliquei de que forma minhas conclusões podiam melhorar a relação da federação com as comunidades, me olhou com assombro e disse: “Mas a FENAMAD e as comunidades são a mesma coisa”. É possível que as comunidades percebam a relação de outro modo. “Os dirigentes da FENAMAD vêm e nos dizem que não devemos aceitar a companhia”,

disse o cacique de Puerto Luz, “mas deveriam dizer que vão oferecer à comunidade eletricidade ou gasolina para o gerador”. Neste contexto, a lealdade à FENAMAD (e a solidariedade entre as comunidades) pode depender do grau em que a FENAMAD vai atender suas necessidades e demandas.

Os laços interétnicos são fundamentais para atrair grupos relacionados pelo parentesco pequenos e muito autônomos para organizações políticas de origens étnicas múltiplas. Também são fundamentais para ajudar as pessoas e as organizações a obter acesso aos recursos econômicos e outros benefícios. Mas, no processo, surgiram dilemas que colocaram algumas pessoas contra o grupo e ameaçam enfraquecer a mobilização indígena em Madre de Dios. O que ainda não se sabe é como as comunidades e as federações indígenas enfrentarão estas contradições em um mundo globalizado no qual a maior interação com pessoas que não são indígenas tornam mais relevantes os laços interétnicos. O futuro dos indígenas peruanos depende da forma em que equilibrarem suas metas pessoais com as metas da comunidade.

Danny Pinedo, que realiza estudos de doutorado em antropologia na Universidade da Flórida, recebeu uma bolsa de estudos da IAF em 2011-2012.

Bibliografía

García, Alfredo. 2000. “Madre de Dios: Cuando el Mosquito Pica.” *Asuntos Indígenas* 3:46-51.

García, Alfredo. 2003. “FENAMAD 20 Años Después: Apuntes sobre el Movimiento Indígena Amazónico en Madre de Dios.” *Los Pueblos Indígenas de Madre de Dios: Historia, Etnografía y Coyuntura*, ed. Beatriz Huertas e Alfredo García, 274-309. Lima: International Work Group for Indigenous Affairs.

Granovetter, Mark S. 1973. “The Strength of Weak Ties.” *American Journal of Sociology* 78(6):1360-1380.

Gray, Andrew. 1997a. *Indigenous Rights and Development: Self-Determination in an Amazonian Community*. Providence: Berghahn Books.

Gray, Andrew. 1997b. *The Last Shaman: Change in an Amazonian Community*. Providence: Berghahn Books.

LaRepublica.pe. 2012. “Federación de Nativos de Madre de Dios y Ministro del Ambiente Firman Acuerdo para Acabar con Minería Ilegal.” Acessado em 8 de abril de 2013. <http://www.larepublica.pe/17-03-2012/fenamad-y-ministro-del-ambiente-firman-acuerdo-para-acabar-con-mineria-ilegal#!foto1>.

www.larepublica.pe/17-03-2012/fenamad-y-ministro-del-ambiente-firman-acuerdo-para-acabar-con-mineria-ilegal#!foto1.

Moore, Thomas. 1975. *Resumen de la Organización Social y Religión Harakmbut*. Manuscrito inédito.

Moore, Thomas. 1985. “Movimientos Populares en Madre de Dios y Regionalización.” *Promoción Campesina, Regionalización y Movimientos Sociales*, ed. María Isabel Remy, 165-191. Lima: Centro de Estudios Rurales Andinos “Bartolomé de las Casas.”

Narayan, Deepa. 1999. “Bonds and Bridges: Social Capital and Poverty.” *Policy Research Working Paper 2167*. Washington, D.C.: The World Bank.

Rénique, Gerardo. 2009. “Law of the Jungle in Peru: Indigenous Amazonian Uprising against Neoliberalism.” *Socialism and Democracy* 23(3):117-135.

Rosengren, Dan. 2003. “The Collective Self and the Ethnopolitical Movement: ‘Rhizomes’ and ‘Taproots’ in the Amazon.” *Identities: Global Studies in Culture and Power* 10(2):221-240.



Jessica Rich

Ativistas de AIDS em São Paulo.

Aliança virtuosa no Brasil: Como as bases e o governo juntaram forças contra a AIDS

Por John Garrison e Jessica Rich

No Brasil, a epidemiologia, a política e as instituições confluíram para gerar um movimento de base e uma aliança com o governo que foi crucial na luta contra a AIDS. O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) menciona o Programa Nacional de AIDS do Brasil como um exemplo de “boas práticas” e enfatiza a importância da colaboração entre o governo e a sociedade civil que o caracteriza (UNAIDS, 2007). Contudo, até mesmo esta menção subestima o papel multifacético das organizações de base como força propulsora

das políticas sobre AIDS. Seus representantes participaram ativamente das comissões que formularam as políticas dessa nação e em incontáveis reuniões de planejamento com funcionários do governo e políticos brasileiros. No entanto, não hesitam em expressar publicamente suas críticas ou, quando o Estado não satisfaz plenamente suas expectativas, em promover políticas por meio dos tribunais. Uma combinação incomum de ativismo das bases e pragmatismo político ao longo de 30 anos levou a este modelo eficaz de combate da epidemia da AIDS, que a IAF apoiou ativamente.

Respostas oportunas e previsíveis

A AIDS chegou ao Brasil no início dos anos 80. Como havia ocorrido nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, inicialmente afetou as comunidades de homossexuais das zonas urbanas, agravando o estigma e a discriminação que já os abalavam (Daniel, 1991; Parker e Daniel, 1991: 17-18; Galvão, 2000: 52-59, 173-174). Porém, em contraste com a negação com a qual se recebeu o surgimento da AIDS em outras partes da América Latina, a resposta cívica no Brasil foi oportuna e previsível. (Veja Galvão, 2000, e Parker, 2003.) Os brasileiros infectados pelo HIV, suas famílias e seus amigos foram os primeiros que se congregaram para denunciar os alarmantes índices de mortalidade e a discriminação, educar o público sobre as medidas preventivas e pressionar o governo para que oferecesse mais tratamentos. Outras organizações surgiram rapidamente, frequentemente chefiadas por profissionais bem relacionados e com altos níveis de educação, que se dedicaram a trabalhar com os marginalizados. Apesar da resistência dos tradicionalistas, o clero de algumas das dioceses de maior envergadura ajudou os brasileiros infectados pelo HIV a formar grupos de apoio, aliados frequentemente à Pastoral da Saúde, a entidade da Igreja Católica que presta serviços de saúde. Também são dignos de menção os Grupos de Apoio à Prevenção à AIDS (GAPA) que se propagaram de São Paulo a outras capitais estaduais, entre elas Salvador, onde em 1994 a IAF financiou os serviços de prevenção de GAPA-Bahia. Os dirigentes de algumas dessas atividades pioneiras acabaram proporcionando a liderança para o programa do governo contra a AIDS.

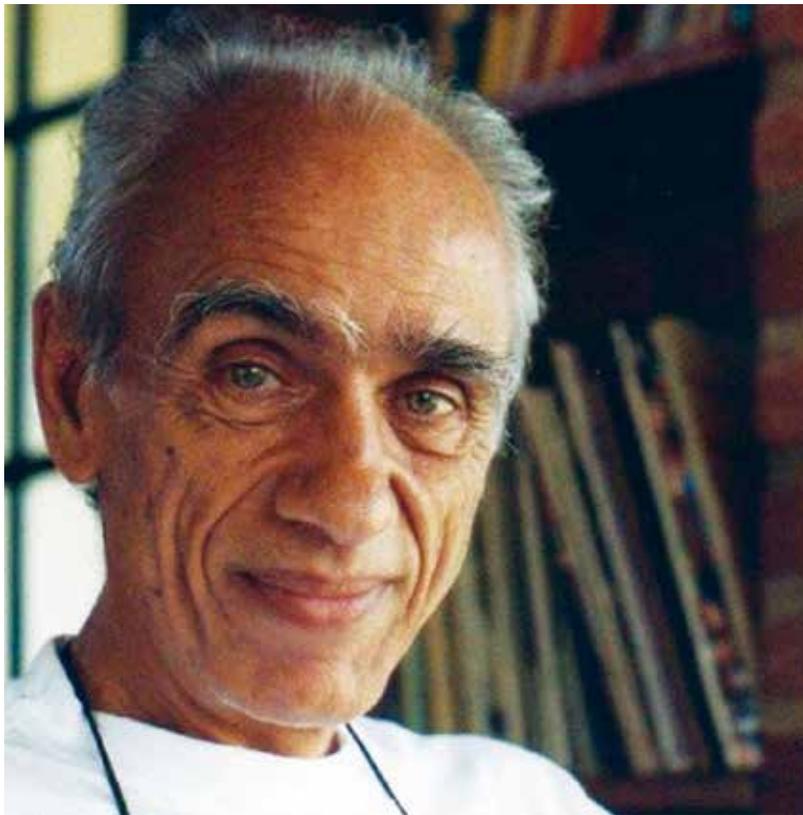
Talvez o grupo de base mais conhecido seja a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA). Pouco depois de Herbert “Betinho” de Souza a ter fundado em 1986, a ABIA se converteu na primeira donatária da IAF a receber financiamento destinado expressamente a produzir e divulgar materiais educativos sobre a AIDS. O próprio Betinho era um crítico social e ativista icônico que havia passado os anos 70 no exílio, privado da cidadania pelo regime militar que estava no poder. Ao regressar ao Brasil, graças às novas leis de anistia, empreendeu um trabalho de organização das bases que se prolongou até o início dos anos 90. Seu legado inclui o donatário da IAF Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), elogiado por suas pesquisas socioeconômicas e seus trabalhos relacionados com a promoção de políticas públicas, que havia sido lançado

do em 1981 apenas com três pessoas e um computador. Betinho liderou também movimentos de alcance nacional destinados a exercer pressão para a adoção de uma reforma agrária e práticas políticas éticas e organizou a maciça Ação da Cidadania contra a Fome e Miséria e pela Vida, que também recebeu o apoio da IAF. (Veja a revista *Desenvolvimento de Base* de 1995, vol. 19, nº 2.) A Ação influiria mais tarde na formulação dos programas sociais adotados pelo presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva, como o Bolsa Família, que ajudou 28 milhões de brasileiros a saírem da pobreza extrema.

Betinho assumiu a difícil causa da AIDS com relutância nos anos 80, quando apenas começava a epidemia e os bancos de sangue do Brasil operavam praticamente livres de regulamentação. Calcula-se que 80% dos hemofílicos do Rio de Janeiro foram infectados pelo HIV por meio de transfusões. Entre eles estavam Betinho e seus dois irmãos. Aproveitando sua reputação nacional, Betinho anunciou seu diagnóstico e dotou a AIDS de um rosto humano no Brasil, de forma muito parecida com o que fez Magic Johnson, o astro do basquete nos Estados Unidos, em 1991. As imagens de Betinho dando um abraço amistoso, que inundaram os meios de comunicação, convenceram os brasileiros de que não podiam contrair o HIV por meio de um gesto social casual.

Também empregou seu acesso aos meios de comunicação e seus aliados na sociedade civil para instar o governo a ampliar sua resposta. Para conseguir que o estoque de sangue não estivesse contaminado, contribuiu para lançar a campanha nacional “Salvem o sangue do povo brasileiro” e com o tempo chegou a obter o apoio necessário para que se aprovasse em 1988 uma legislação por meio da qual se proibia a venda privada de sangue (Galvão, 2008). “Agora, o fato de que estou lutando contra isto é um alívio”, disse Betinho em uma entrevista. “Se você se concentrar apenas na dimensão pessoal do infortúnio, vai se afundar com ele”. A ABIA foi fundamental na aprovação em 1996 da lei mediante a qual se dispôs a entrega gratuita de medicamentos antirretrovirais aos pacientes de AIDS em todo o país. O número de brasileiros que recebem estes medicamentos passou de 35.900 em 1997 para mais de 200.000 em 2007, enquanto o número de mortes notificadas diminuiu durante o mesmo período (Galvão, 2008; Banco Mundial, 2005: 36).

Os esforços de Betinho para obter apoio incluíram reuniões com os presidentes da Xerox, Companhia Vale do Rio Doce, Petrobrás e outras grandes empresas, nas



Herbert "Betinho" de Souza.

quais os exortou a proporcionar tratamento a seus empregados infectados pelo HIV, empreender programas de prevenção no local de trabalho e doar dinheiro às campanhas de educação realizadas nas bases. Os executivos, que a princípio titubeavam, logo descobriram que o exercício da responsabilidade social mediante o investimento em medidas para enfrentar a epidemia de AIDS melhorava a imagem da sua marca e em alguns casos aumentava seus lucros. Betinho também se esforçou em convencer o Banco Mundial de que a sociedade civil devia ser um componente essencial de seu projeto sobre a AIDS no Brasil. Em 1997, reuniu-se com o presidente do Banco e convidou à sua casa o diretor do organismo no país para conversar sobre as formas de melhorar o impacto e alcance do financiamento do Banco para atividades contra a AIDS (Galvão, 2008).

A experiência adquirida pela ABIA e outras organizações cívicas influenciaram a disposição do governo em colaborar com a sociedade civil na adoção das pautas para a formulação de políticas. Até hoje, a ABIA é conhecida como uma fonte importante de informação sobre a AIDS no Brasil. Por exemplo, antes de conceder um

segundo empréstimo de US\$165 milhões em 1999, o Banco Mundial pediu à diretora da ABIA, Jane Galvão, que determinasse o impacto social de seu primeiro empréstimo destinado a enfrentar a AIDS.

Em 1990, a ABIA reservou seu estacionamento e o montante de US\$10.000 para fundar o Grupo Pela VIDDA, uma organização cujo fim era complementar o trabalho da ABIA com posturas mais vigorosas e maior ênfase no tratamento. O Pela VIDDA era liderado por Herbert Daniel, outro exilado que havia regressado e admitia publicamente que era homossexual, a segunda figura mais representativa do movimento contra a AIDS. Os dois Herberts tinham personalidades praticamente opostas — Betinho era intelectual e reflexivo; Daniel, apaixonado e expressivo — e as organizações que lideravam também o eram. A equipe de médicos, advogados, sociólogos e jornalistas da ABIA proporcionava as pesquisas e a análise de que o movimento necessitava para influir na legislação e

monitorar os programas do governo. O Pela VIDDA era combativo e teatral e organizava protestos destinados a obter uma transformação cultural e aparecer nas manchetes da imprensa. Sua própria existência derivava de um gesto dramático: todos os seus fundadores haviam anunciado publicamente seus diagnósticos sem levar em conta as consequências, o que nessa época era uma decisão radical, dado o estigma e o ostracismo predominantes. O Pela VIDDA complementava a agenda da ABIA prestando o apoio necessário às pessoas que viviam com o HIV e a AIDS, incluindo assessoria psicológica. Criou a primeira linha telefônica direta para prestar assistência relacionada com a AIDS, depois que Daniel descobriu esse recurso durante uma viagem à Califórnia. O trabalho pioneiro de Herbert Daniel foi reconhecido no AIDS in the World, o influente livro publicado em 1992, ano em que ele morreu vítima da AIDS.

Com o tempo, os agrupamentos formados por estes e outros grupos de base que lutavam contra a AIDS se converteram em redes locais, regionais e nacionais que trocavam informação e começaram a influir nas políticas públicas. Os que estavam localizados nas capitais dos es-

tados — São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador — se tornaram ativos e ganharam grande visibilidade. Um deles, a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (RNP+), cresceu até incluir dezenas de organizações que oferecem atenção e apoio em todo o Brasil. Outros uniram forças em 1989 para organizar a primeira Conferência Nacional sobre a AIDS, congregando centenas de brasileiros infectados pelo HIV, seus familiares e ativistas para deliberar sobre as respostas da comunidade (Galvão, 2000).

O apoio do governo

Nos anos 90, a AIDS havia se propagado aos heterossexuais de baixa renda. Nas favelas e nas zonas rurais das regiões empobrecidas do Norte e do Nordeste surgiram novas organizações dedicadas à defesa da causa e à prevenção, refletindo as mudanças demográficas. Elas incluíam afrodescendentes e indígenas, profissionais do sexo, meninos de rua e pessoas com deficiência.

Uma força significativa que contribuiu para esta nova fase de organização das bases foi o apoio do governo federal. Quando o governo elaborou seu Programa Nacional de AIDS em 1985, em parte como reação à pressão do público, seu diretor teve o cuidado de incorporar a sociedade civil ao processo de formulação de políticas. O programa oferecia às organizações cívicas os meios para melhorar a prestação de serviços, administrar suas finanças, arrecadar fundos e até mesmo organizar reuniões de redes de pessoas partidárias da mesma causa. Entre 1994 e 2010, o governo brasileiro desembolsou US\$145 milhões para mais de 1.500 organizações de base que empreenderam 3.500 projetos de educação, prevenção ou tratamento. Este montante incluía US\$52 milhões, ou 12% do empréstimo de US\$432 milhões concedido pelo Banco Mundial ao governo brasileiro para enfrentar a propagação do HIV (Ministério da Saúde, 2008; Banco Mundial, 2010). A canalização dos recursos do Banco Mundial para a sociedade civil não era comum nessa época, mas esse enfoque funcionou tão bem no Brasil que foi emulado na África, onde as organizações da sociedade civil de 30 países receberam US\$1,8 bilhão, praticamente a metade do financiamento destinado ao programa regional do Banco para combater a AIDS em múltiplos países em toda a primeira década deste século.

O investimento permitiu às organizações brasileiras analisar as políticas, continuar com suas atividades de defesa da causa e oferecer o tipo de serviços que o

governo costuma prestar: campanhas educativas nas comunidades e escolas públicas, distribuição de profiláticos e medicamentos, atenção aos pacientes, assessoria e apoio às famílias. O próprio Programa Nacional de AIDS recrutou representantes da sociedade civil para que fizessem parte de comitês encarregados de formular as políticas, administrar a concessão de doações, assessorar os doadores, monitorar seus avanços, realizar pesquisas demográficas e preparar as respostas da comunidade. Seus grupos de base empregaram recursos públicos para combater a discriminação e preparar seus jovens ativistas e dirigentes. Tudo isto, junto com o acesso à informação sobre o processo de tomada de decisões do governo, inspirou confiança nas organizações que se dedicavam ao combate da AIDS, além de crescimento profissional e uma maior responsabilidade pelo trabalho contra a doença.

O Programa Nacional de AIDS buscou a colaboração com a sociedade civil por várias razões, entre elas a necessidade de receber seu apoio. A mera menção da epidemia e das medidas preventivas exigidas para abordá-la foi suficiente para incitar a oposição de certos setores. A sociedade civil podia mobilizar os grupos de base interessados para impedir esta pressão e monitorar a execução local das políticas federais sobre a AIDS, a fim de assegurar que cumprissem as pautas nacionais. Além disso, as complexidades sociais da AIDS faziam com que os funcionários considerassem essencial o apoio da sociedade civil. As autoridades do Programa Nacional de AIDS pensavam que as organizações que trabalhavam nas comunidades ou com os marginalizados estavam em melhores condições de chegar aos grupos em maior risco e seriam mais propensas a ser realistas sobre a mudança de comportamento. Seu pessoal gozava da confiança necessária para abordar temas pessoais como as práticas sexuais e os hábitos de consumo de drogas, bem como para se relacionar com os brasileiros que pudessem suspeitar das autoridades. E o trabalho com a sociedade civil podia evitar que o governo fosse associado a temas tão delicados do ponto de vista político como o uso de preservativos ou a troca de seringas.

A resposta dinâmica e eficaz das bases à epidemia, que contou com o apoio ativo do governo, fica evidente em exemplos encontrados em todo o Brasil. No Estado de Sergipe, no Nordeste, recursos públicos concedidos em 1993 financiaram um programa múltiplo lançado pela Associação Sergipana de Prostitutas. Sua meta era treinar

400 agentes de saúde em medidas preventivas, um trabalho ao qual se atribui uma redução significativa da taxa de infecção com o HIV entre as profissionais do sexo aos quais se dirigia. O governo também canalizou recursos para a Associação Brasileira de Redutores de Danos (ABORDA), com sede no Rio Grande do Sul, cuja capital, Porto Alegre, tinha nos anos 90 as taxas de infecção mais elevadas por consumo intravenoso de drogas. O apoio permitiu ao pessoal da ABORDA, em sua maioria voluntários, atingir mais do dobro do número de usuários de drogas previsto, criar relações de trabalho eficazes com estabelecimentos e profissionais de saúde importantes, oferecer assessoria aos filhos dos usuários de drogas e treinar estudantes universitários e “agentes comunitários” para que administrassem as trocas de seringas. O importante é que esse trabalho devolvesse a dignidade e o sentido de propósito a um dos grupos da sociedade mais vulneráveis e afetados pela discriminação.

O Departamento de Avaliação de Operações do Banco Mundial, que analisou o papel dessas organizações no controle da AIDS no Brasil, confirmou seus benefícios quando informou que tinham “grande eficácia em atingir os grupos estigmatizados e marginalizados, oferecendo-lhes tanto serviços de prevenção como atenção à saúde, tendo uma vantagem comparativa em relação aos serviços do setor público” (Banco Mundial, 2004). O que se reconhecia neste relatório era que a disposição do governo brasileiro de se aliar à sociedade civil para expandir e melhorar suas próprias atividades de resposta à AIDS foi crucial para o êxito geral.

O Brasil destacou-se como modelo internacional na formulação de políticas sobre a AIDS. A garantia de acesso gratuito aos medicamentos antirretrovirais é um benefício que não existe em muitos países de maiores recursos. Os brasileiros que vivem com HIV/AIDS desfrutaram de proteção legal contra a discriminação. Os programas preventivos reduziram a incidência do HIV à metade do número de infecções prognosticadas para o Brasil em 2000 (The Economist, 2007). “Devido aos esforços da sociedade civil e do governo”, informou o Banco Mundial, “o Brasil conseguiu conter a epidemia em 0,6% da população adulta e reduzir à metade o número de mortes relacionadas com a AIDS” (Banco Mundial, 2010). Isto levou o então diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Koichiro Matsuura, a comentar: “Devemos extrair lições da experiência do Brasil,

para que seu exemplo possa salvar vidas e contribuir para o desenvolvimento em outras partes do mundo: na América Latina, na Ásia, na África, na Europa. Devemos aprender com o Brasil. Devemos aprender rápido. E devemos aplicar o que aprendemos rápida e eficazmente” (Matsuura, 2002).

O movimento na atualidade

O apoio do governo teve duas repercussões significativas. A primeira é que o movimento para combater a AIDS no Brasil cresceu de algumas dezenas de grupos para mais de 500 organizações cívicas registradas oficialmente no Ministério da Saúde, sendo que a grande maioria recebe algum tipo de ajuda do governo. A segunda é que os ativistas utilizam um repertório de estratégias mais amplo para influir nas políticas sobre a AIDS. As associações de base ainda organizam protestos de rua, divulgam suas exigências nos meios de comunicação e manifestam abertamente suas reclamações de outros modos. Porém, as negociações, que antes se sustentavam em conexões pessoais com o círculo interno, deram lugar a relações institucionalizadas com os três poderes do governo. Os conselhos sobre a AIDS formados pelo governo no âmbito nacional, estadual e municipal se converteram em cenários importantes nos quais os ativistas das bases trabalham com os organismos executores para dar forma às políticas. Os advogados das organizações da sociedade civil se converteram em litigantes eficazes e frequentemente se aliam aos promotores federais e estaduais para instaurar ações coletivas. E um grupo de congressistas forma os grupos de eleitores necessários para conseguir que se aprove a legislação.

Ao mesmo tempo, os estreitos vínculos que existem entre as associações de base e o governo geraram algumas controvérsias com o passar dos anos. Os ativistas e os acadêmicos advertem sobre o perigo de cooptação, isto é, de que as associações de base dedicadas à defesa das vítimas da AIDS moderem suas críticas com medo de perder a ajuda do governo. Porém, enquanto continua o debate sobre os efeitos do financiamento oficial nas atividades das organizações de base, as evidências indicam que a prática do governo brasileiro de conceder doações a grupos cívicos abriu oportunidades significativas de organização e mobilização. O financiamento procedente do Programa Nacional de AIDS foi utilizado não só em projetos de prestação de serviços, mas também nas campanhas de defesa e no crescimento das redes de base.

Em vez de silenciar os ativistas que lutam contra a AIDS, o apoio do governo federal parece ter permitido que eles expressassem suas demandas em voz mais alta.

Os próximos desafios

Apesar dos notáveis avanços do Brasil, a AIDS continua sendo um problema que exige a mobilização das bases. Ironicamente, as primeiras conquistas deram lugar a novos desafios. À medida que se produzem medicamentos antirretrovirais mais eficazes, por exemplo, as organizações de base devem instar o governo brasileiro a pagar por medicamentos novos e cada vez mais caros e a distribuí-los. Também têm que atingir uma nova geração de brasileiros que pode ter uma sensação enganosa de segurança devido à disponibilidade relativamente generalizada de medicamentos antirretrovirais e ao êxito desses tratamentos (*O Globo*, 2009).

Embora o movimento brasileiro contra a AIDS ainda seja forte, seu futuro é incerto. As organizações de base

estão sendo vítimas do déficit orçamentário. Até as mais destacadas e profissionalizadas suspenderam programas de prevenção e algumas tiveram que fechar suas portas. O movimento já não pode depender de fontes de financiamento que costumavam ser confiáveis. Com o argumento de que o Brasil “superou” a necessidade de uma resposta de emergência à AIDS, os organismos doadores internacionais, como o Banco Mundial, se retiraram durante a última década e levaram seu apoio a outras partes mais pobres do mundo que sofrem com taxas de infecção mais generalizadas. Neste contexto, o apoio do governo adquire ainda mais importância para a sobrevivência do movimento brasileiro, mas também está ameaçado. O financiamento para o Programa Nacional de AIDS, que costumava estar protegido da interferência legislativa, agora está sujeito à aprovação do Congresso e, segundo relatórios recentes, poderia ser canalizado para outros objetivos de saúde pública (Agência de Notícias da AIDS, 2012).



Cortesia Jessica Rich

Jessica Rich e o ativista Roberto Pereira, ex-presidente da organização Fórum de ONGs/AIDS do Estado do Rio de Janeiro.



Décadas de compromisso ininterrupto: Betinho e John Garrison em 1994 no Inter-American Dialogue em Washington, D.C.; ativistas no Rio chamaram a atenção para o esgotamento dos estoques de antirretrovirais em 2010.



A experiência brasileira mostrou que é possível para as organizações de base manter relações ativas com os governos e depender de seu financiamento, conservando a independência para pressionar pela adoção de mudanças nas políticas e melhores serviços. Autoridades importantes do Brasil elogiaram o papel complementar da sociedade civil na formulação e execução da resposta desse país à epidemia de HIV/AIDS e reconheceram que a pressão é legítima, mesmo quando elas são o alvo. Por sua vez, os grupos de base mostraram compromisso, determinação e paciência ao cooperar com diversos níveis da burocracia, apelando para o protesto somente depois de haver esgotado as possibilidades de diálogo. Ninguém ilustrou este processo de evolução eficaz e estratégica melhor que Betinho, que iniciou sua carreira como opositor franco do governo brasileiro e evoluiu

até converter-se num líder cívico que influenciou tanto as políticas oficiais como a prática da responsabilidade social das empresas. Embora a convergência histórica de uma sociedade civil ativista e uma burocracia governamental proativa para lutar contra a epidemia da AIDS seja um “produto brasileiro”, os enfoques e as lições deste círculo virtuoso já estão sendo reproduzidos em outras partes do mundo.

Jessica Rich, que recebeu uma bolsa de estudos da IAF em 2009-2010, realiza pesquisas no Center for Inter-American Policy and Research (CIPR) da Tulane University. John Garrison foi representante da IAF para o Brasil de 1987 a 1995; atualmente coordena as atividades do Banco Mundial destinadas a promover a participação da sociedade civil.

Bibliografia

Agência de Notícias da AIDS (São Paulo). 2012. “Programas de DST/Aids estão preocupados com fim de Portaria que especifica verbas da União para ações contra a epidemia nos estados e municípios.” 25 de outubro.

Agência de Notícias da AIDS (São Paulo). 2013a. “Fórum de ONGs organiza protesto na Avenida Paulista contra desmonte de política de AIDS.” 7 de junho.

Agência de Notícias da AIDS (São Paulo). 2013b. “Ativistas organizam protesto virtual contra a permanência de Padilha no Ministério e o desmantelamento do Departamento de Aids.” 13 de junho.

Agência de Notícias da AIDS (São Paulo). 2013c. “Ativistas protestam em frente ao Ministério da Saúde contra o desmantelamento do Programa de Aids.” 18 de junho de 2013.

Agência de Notícias da AIDS (São Paulo). 2013d. “ABIA manifesta indignação e preocupação com as políticas de prevenção à AIDS em carta de repúdio à censura da campanha das prostitutas.” 19 de junho.

Banco Mundial. 2004. *Brazil First and Second AIDS and STD Control Projects: Project Performance Assessment Report*. Washington, D. C.: Banco Mundial.

Banco Mundial. 2005. *Evaluation of the World Bank's Assistance in Responding to the AIDS Epidemic: Brazil Case Study*. Washington, D. C.: Departamento de Avaliação de Operações.

Banco Mundial. 2010. *AIDS-SUS Project: Project Appraisal Document*. Washington, D. C.: Banco Mundial.

Daniel, Herbert e Richard Parker. 1991. “A terceira epidemia: o exercício da solidariedade.” Em *AIDS: A Terceira Epidemia*, organizado por H. Daniel e R. Parker. São Paulo: Iglu Editora.

Clinton, William Jefferson. 2006. “The Age of AIDS.” *Frontline*. 30 de maio.

The Economist. 2007. “Brazil's AIDS Programme: A Conflict of Goals.” 10 de maio.

Galvão, Jane. 2000. *AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro: ABIA/ Editora 34.

Galvão, Jane. 2008. “Betinho: Celebration of a Life in Brazil.” Em *The Practice of International Health*, organizado por Perlman D, & Roy A. Oxford: Oxford University Press.

Matsuura, Koichiro. 2002. Discurso na Universidade de Brasília, Brasil. http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001248/124869e.pdf#xml=http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=dgsp&set=3CFF20CA_2_84&hits_rec=6&hits_lng=eng

O Globo (Rio de Janeiro). 2009. “Temporão alerta para o risco da banalização da AIDS.” 18 de junho.

Ministério da Saúde do Brasil. 2008. *Resposta: A Experiência do Programa Brasileiro de AIDS*. Brasília: Ministério da Saúde.

Parker, Richard. 2003. “Building the foundations for the response to HIV/AIDS in Brazil: the development of HIV/AIDS policy, 1982–1996.” *Divulgação em Saúde para Debate* (27):143-183.

Souza, Herbert de. 1994. *A cura da AIDS*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

UNAIDS. 2007. “Brazil shares best AIDS practice with parliamentarians.” 27 de junho. <http://www.unaids.org/en/Resources/PressCentre/Featurestories/2007/June/20070629parliamentariansvisitBrazil/>

UNESCO. 2003. *The Contemporary Response of the Brazilian Government, the Civil Society and UNESCO to the HIV/AIDS Epidemic: CCO Meeting, Nova York, outubro de 2003*. Brasília: UNESCO. <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001362/136285e.pdf>.

Ajuda, desenvolvimento e o que conta como êxito

Por Marion Ritchey Vance



“Antes deste curso tinha a impressão de que a assistência externa era inútil, contraproducente, não chegava às pessoas que mais necessitavam, era um desperdício e às vezes fazia mais mal que bem”

“Este curso tornou as coisas mais concretas, dando-me uma compreensão muito mais ampla e mais completa não só do que é a assistência externa, mas também do que é preciso fazer para que funcione”

O Carleton College — minha alma mater de Northfield, Minnesota — se converteu de uma casa de estudos tradicional e um pouco isolada que eu conheci meio século atrás em um ambiente de aprendizagem dinâmico e experimental. Eu fui, em certa medida, parte dessa transformação permanente. Com alguma hesitação, aceitei um convite para ensinar um curso breve na primavera de 2012. No âmbito do programa Headley para ilustres visitantes que inclui uma residência breve no campus, estes cursos por convite ultrapassam departamentos e disciplinas para trazer perspectivas externas ao ambiente acadêmico. Carleton me convenceu de que minha carreira manifestamente não acadêmica era mais um atrativo que algo contraproducente como eu imaginava.

As expectativas pareciam ser bastante simples: falar sobre 25 anos de experiência com o desenvolvimento de base na América Latina. Preparar-se para fazê-lo de maneira coerente e dentro do tempo fixado era outra história. O tema era direto: a gênese e evolução da Fundação Interamericana. O desafio: dar vida a uma era mais remota para estes estudantes que a Primeira Guerra Mundial para minha geração, e me colocar no nível de seu mundo digital e tecnológico do século 21. A curva de aprendizagem deste último era acentuada! A essência de minha proposta aparecia no catálogo do curso:

Ao encerrar a turbulenta década de 1960, o governo dos EUA deu um passo admirável. Desiludido com os fracassos da ajuda externa convencional, o Congresso criou a Fundação Interamericana fora do sistema imperante da assistência. Sua missão? Fazer doações diretamente a organizações de base para projetos que elas mesmas elaborem e executem: dar poder aos pobres. O pessoal da Fundação ia escutar, não ditar regras. Como funcionou? Pode o desenvolvimento emanar da base para cima? Marion Vance falará com base em sua experiência pessoal e incentivará a discussão sobre as dificuldades que os programas de desenvolvimento enfrentam.

Uma mentalidade de cabeça para baixo

Um relatório emitido pelas Nações Unidas em 1958 resumia a ideologia geralmente aceita pelos profissionais do desenvolvimento na década de 1960, quando o know-how dos EUA reinava como supremo: “A cultura nativa é o maior obstáculo para melhorar as condições na América Latina. A maioria das pessoas continua falando os idiomas primitivos, mantendo seus antigos costumes e superstições, vestindo seus trajes típicos e cultivando sua terra numa escala de subsistência”. Esta perspectiva era uma repetição de um estudo publicado anteriormente pelo Departamento de Estado dos EUA que afirmava que a “visão nativa do mundo” e as tradições antiquadas na Bolívia são “contrárias ao desenvolvimento”. A resistência dos povos nativos a adotar as técnicas agrícolas mecanizadas dos EUA ou importar gado bovino ou ovino demonstrava a “falta de motivação para o progresso econômico”. Décadas mais tarde, como a própria ONU reconhecia, despojos dos modelos e tecnologias de desenvolvimento importados se espalham pelo sul do continente: máquinas enferrujadas; latrinas em aldeias sem água corrente; fazendas abandonadas onde o solo frágil foi despojado de sua cobertura florestal.

No contexto daqueles tempos, os princípios básicos da Fundação Interamericana eram revolucionários. A insólita fonte deste pensamento pouco ortodoxo que produziu a IAF era uma figura do sistema: George Cabot Lodge, professor de Harvard e descendente de uma família social e politicamente proeminente da Nova Inglaterra. Baseando-se em anos de pesquisa e experiência na América Latina, Lodge postulava que nenhuma tentativa de abordar a pobreza na região teria êxito sem mudanças fundamentais nas relações, nos desequilíbrios sociais e políticos que impedem o progresso para os pobres. Suas conclusões, publicadas posteriormente no livro *The Engines of Change* [Os motores da mudança], exerceram uma grande influência no clima político e intelectual que favorecia a busca de alternativas. Um grupo excepcional de contemporâneos de Lodge, tanto do setor público como do privado, aproveitou um momento propício para propor um organismo pequeno e experimental que pudesse identificar e apoiar iniciativas locais de mudança na América Latina e no Caribe. A IAF iria trabalhar de baixo para cima, envolvendo as pessoas na base. A tentativa não era simplesmente financiar projetos, mas fortalecer as organizações não governamentais que em última instância apoiariam uma sociedade civil viável.

A noção de que o progresso podia ser gerado nas comunidades encontrou um sólido eco no testemunho de voluntários do Corpo da Paz que regressavam e de outros que haviam experimentado a vida nas aldeias e as consequências de uma ajuda mal dirigida. Uma crítica pungente aos programas de cima para baixo apareceu em 1973 no livro de William e Elizabeth Paddock *We Don't Know How: An Independent Audit of What They Call Success in Foreign Assistance* [Não sabemos como fazê-lo: uma auditoria independente do que denominam êxito na assistência externa] (Iowa State University Press). A IAF respondeu em 1977 com *They Know How* [Eles sabem como], que se baseou em sua própria experiência local e na opinião franca de líderes locais para articular sua tese distintiva: os pobres são capazes de tomar a iniciativa para melhorar sua vida.

Refletindo sobre as aspirações dos fundadores da IAF, como funcionou na prática sua audaz formulação? Rendeu frutos seu enfoque diferente de respeitar as ideias locais e honrar a cultura local? Os projetos apoiados pela IAF ajudaram a mudar as relações tão eloquentemente descritas por Lodge? O que teve êxito e o que fracassou? Como medir os resultados? Qual é o legado duradouro da IAF? Quais foram os avanços e onde ocorreram falhas? Para abordar melhor estas questões, procurei pelas primeiras publicações da IAF. Fui surpreendida pela sua relevância. Voltando a ler artigos da revista *Desenvolvimento de Base* e livros escritos por colegas e consultores externos, comecei a identificar padrões e tendências no tempo e similaridades através de linhas regionais. Senti mais respeito por uma instituição disposta a assumir riscos, a publicar as opiniões sem retoques de seus interlocutores e a dedicar um número completo de *Desenvolvimento de Base* a projetos que fracassaram.

Do prólogo ao pódio

Com notas do curso, um novo computador e pen drives cheguei ao campus em abril. Fisicamente, o núcleo de Carleton me era tão familiar que não tive problemas em pensar em mim mesma como “professora” pisando caminhos conhecidos. Socialmente, em especial para as mulheres, a cena estava muito distante dos estritos códigos de etiqueta e toques de recolher de nossos dias. Uma vibrante colagem multicolorida, multiétnica e multicultural havia substituído as tonalidades monótonas da década de 1950.

Ainda que minha incursão professoral tivesse os auspícios do Departamento de Sociologia e Antropologia, a aula estava aberta a estudantes de qualquer disciplina. De uma lista de 40 solicitantes foram escolhidos 25, o limite para aulas com discussão. Seus campos iam desde sociologia e antropologia até ciências políticas e desde estudos ambientais até biologia, economia e matemática, formando uma interessante mistura de respostas ao material. Alguns estudantes achavam que a ajuda externa é uma força altruísta e positiva; outros estavam profundamente decepcionados com o que haviam visto na África, Haiti e América do Sul.

“Antes desta aula, minha concepção de ajuda externa era demasiado simplista. Achava a expressão bastante autodescritiva, tipicamente o que uma nação rica e desenvolvida proporciona a um país menos desenvolvido com a intenção de beneficiar seu povo”.

“Este curso...confirmou e rebateu minhas opiniões prévias. Ainda que infelizmente pareça que muitos dos problemas da ajuda [externa] de que tomei conhecimento sejam mais a regra que a exceção, me surpreendeu descobrir um organismo do governo dos EUA que funciona de maneira muito diferente”.

Os rostos da ajuda externa

A tarefa que me impôs foi preencher o conceito abstrato de ajuda externa. Uma breve resenha da Aliança para o Progresso na década de 1960 examinava as premissas subjacentes a uma de suas principais ferramentas: a transferência de tecnologia e conhecimento prático dos EUA para a América Latina. O fracasso dessa estratégia de cima para baixo firmou as bases para o rumo radicalmente diferente tomado pela Fundação Interamericana uma década depois. Para dar vida ao contexto e aos protagonistas por trás da criação da IAF, distribuí relatórios da diretoria e dos primeiros funcionários e as reflexões posteriores por parte dos avaliadores. Os estudantes ficaram particularmente comovidos com os escritos de Bill Dyal, Bob Mashek, Doug e Steve Hellinger e Pat Breslin.

“Supor que as pessoas sabem o que necessitam e são capazes de criar soluções para seus problemas é algo que me toca profundamente”.

Mais por imagens que por palavras, o curso nasceu de uma ideia sobre a diversidade de grupos que solicitou doações para a IAF e sobre a variedade de seus projetos. Em cada caso, a característica que captou a atenção dos estudantes foi — na linguagem atual do campus — o “protagonismo”, o fato de que as pessoas que iam se beneficiar participavam na formulação e implementação do projeto.

“Aprendi que há uma diferença significativa entre empreendimentos de assistência em grande escala, que buscam a mudança imediata oferecendo dinheiro e suprimentos, e esforços de base nos quais se trabalha com a população local para criar uma mudança sustentável”.

Um pequeno subgrupo de doações, descrito em “As Artes e a Mudança Social”, publicado na revista em 1979, atraiu especial atenção. O artigo surgiu do empenho da IAF em compreender os motivos subjacentes em solicitações de doação que pareciam frívolas, inclusive para seu próprio pessoal. O que tem a ver a música, a dança, o teatro e a identidade cultural com o desenvolvimento? Por que financiar tais coisas quando as pessoas passam fome? Um donatário caribenho ajudou a explicar por que a validação das raízes e tradições culturais não é algo superficial, especialmente em sociedades pós-coloniais multiétnicas, por que o respeito à identidade cultural pode ser uma referência para o progresso: “Os padrões culturais europeus suplantaram a maioria dos outros na América. As pessoas com origens diferentes se desprendem da cultura que deu sentido a suas vidas. [A cultura determina] o que é exaltado e o que é menosprezado numa sociedade. Em última instância, o menosprezo produz sentimentos de inferioridade que se manifestam em falta de iniciativa: uma barreira ao desenvolvimento importante, mas frequentemente não reconhecida”. Ver que a sua ascendência é aceita e celebrada pode ajudar a superar a alienação e a apatia e despertar a criatividade.

Algo se aprende, até mesmo com o fracasso

Funcionou na prática o moto “eles sabem como fazê-lo”? A resposta é: nem sempre. As leituras e discussões envolveram projetos que tiveram êxito — ainda que nem sempre na forma prevista —, mas também aqueles que tiveram problemas ou fracassaram. De fato, as falhas originaram algumas das discussões mais interessantes. Discutimos um projeto do México, descrito em “Leite coalhada: um projeto lácteo que azedou”, publicado na revista em 1988. A proposta parecia conter os elementos para o êxito: os camponeses participantes se organizaram para negociar preços justos para os produtos agrícolas; assessores experimentados aplicaram um modelo tecnológico comprovado; o rebanho bovino estava adaptado ao ambiente local; havia um mercado pronto. Mas o empreendimento fracassou. No final, o entusiasmo por trás do movimento camponês, que tanto impressionou o representante da IAF, não se traduziu numa organização sólida capaz de administrar um projeto complexo. Havia tecnologia; mas não havia coesão social.

“Se tivesse que pôr em palavras o que aprendi neste curso, teria que ser que nada é tão fácil como parece”.

De fato, as questões organizacionais são a base de muitos fracassos. O caso de duas comunidades guaranis da Argentina aparece em “Sonhos entre as ruínas” na revista de 2005. Inicialmente, o projeto ia bem. O bispo local doou terras para uso comunitário. Foram estabelecidos colégios bilíngues. A IAF financiou as instalações para a criação de galinhas e porcos. Mas, quando a hierarquia da igreja mudou e assessores bem intencionados saíram, ficou óbvio que a própria comunidade havia sido deixada de lado. Os assessores haviam conduzido o ambicioso empreendimento em vez de trabalhar com as organizações indígenas. No entanto, ainda que a infraestrutura logo tenha ficado em ruínas, os efeitos da educação perduraram. Quinze anos depois do colapso do projeto, líderes bilíngues surgiram e se organizaram, confiantes em sua identidade cultural. “É penoso recordar o que a comunidade tinha e o que perdeu”, refletiu um deles. “Porém, aprendemos com isso; nossa geração sente que temos que começar a construir de novo”.

O caso da Argentina é representativo de uma dinâmica bem comum, na qual um projeto fracassa, mas a

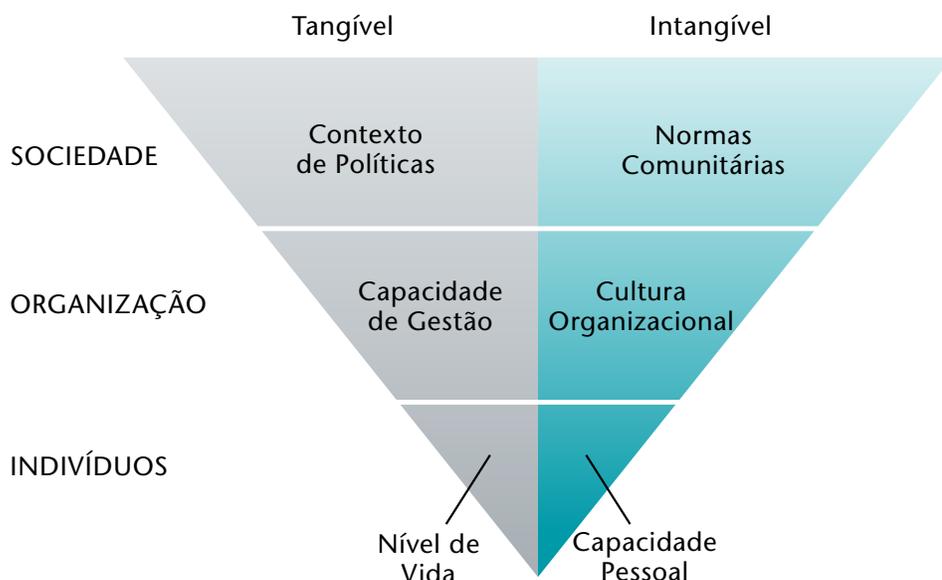
experiência se converte na base para esforços posteriores mais realistas. O primeiro que deu um nome a este fenômeno foi o já falecido Albert Hirschman, destacado economista do desenvolvimento que dedicou 14 semanas em 1983 para visitar projetos da IAF. Ele o batizou como princípio de conservação e mutação da energia social. Parafraseando Hirschman, às vezes quando uma organização não consegue realizar seus objetivos, a “energia social” que gera não desaparece; ela ressurgue posteriormente, canalizada de maneira mais produtiva.

E o que aconteceu com a própria Fundação Interamericana? Como as organizações às quais apoia, a trajetória da entidade foi desigual. O simples fato de que seu enfoque tenha perdurado por 40 anos é digno de destaque. A IAF não inventou o desenvolvimento de base, mas sua experiência representou um papel importante em legitimar e dar voz à liderança local. “Hoje em dia, [essa] voz ressoa na linguagem dos bancos multilaterais e...organismos de assistência para o desenvolvimento”, destacava Ron Weber em seu relatório sobre uma reunião recente de ex-bolsistas da IAF. “O que está menos claro é se as palavras significam a mesma coisa... [mas] o fato de que grandes instituições estejam se adaptando para trabalhar com ONGs...é um testemunho da importância do desenvolvimento de base”. A vantagem das ONGs reside em sua agilidade, flexibilidade e disposição a assumir riscos, virtudes que tendem a diminuir com o tempo. Para manter-se na vanguarda, a IAF tem que fazer um esforço, conservando limpas as artérias, desobstruídas das areias movediças burocráticas que seus fundadores tão apaixonadamente procuraram evitar.

Avaliação, medição, resultados

As discussões sobre a natureza múltipla, às vezes ambígua, dos projetos de base levaram à questão da avaliação. Como medir os resultados de projetos (ou instituições) que não se encaixam perfeitamente nos moldes tradicionais? Os resultados podem ser mais subjetivos do que concretos; talvez não haja uma linha clara entre “êxito” e fracasso. Os donatários instaram a IAF a distinguir entre necessidades básicas, como alimento e abrigo, e qualidade de vida, que também compreende autorrespeito, identidade, sentido de lugar e propósito e relações humanas. A avaliação deriva de valores. Os questionamentos colocados pelo dilema da avaliação passaram a uma sessão sobre a ferramenta conceitual criada na Fundação Interamericana, o Quadro do

Quadro do desenvolvimento de base



Desenvolvimento de Base (QDB ou “Cone”). Além das medidas materiais padrão, ele leva em conta os efeitos intangíveis sobre a qualidade de vida; sobre atitudes, políticas e práticas; sobre o tecido da sociedade civil. Este aspecto do curso, mais que qualquer outro, levou os estudantes a perguntar, a examinar pressupostos e a realizar pesquisas por conta própria.

“Imagine [o desenvolvimento] como um iceberg. A ponta deste iceberg contém ganhos mensuráveis da ajuda externa, como melhoras no nível de vida. Esta ponta [se converte na base] sobre a qual muitas organizações julgam o impacto geral de um projeto de ajuda. Porém, que parte do iceberg está oculta sob a água? ... As organizações de assistência deveriam refinar as metodologias para medir a profundidade e o volume dos benefícios intangíveis nas águas geladas da assistência externa”.

“Onde está o poder no empoderamento?”

As discussões na sala de aula conduziram a esta pergunta, que se converteu no tópico de minha apresentação a um público mais amplo no campus. O tema subjacente eram as mudanças nas relações, esse componente-chave identificado por George Cabot Lodge há 50 anos. A palavra em voga “empoderamento” foi por muito tempo uma abreviação cômoda. Muitos estão de acordo com o ideal em princípio, mas diferem quanto à prática. Em *Eles sabem como*, a IAF deu um primeiro passo para definir alguns indicadores. Denominados “sinais vitais” e “avanços sociais”, com eles se tentava chegar à transformação das relações pressagiada por Lodge: status e legitimação de culturas marginais; líderes responsáveis e participação na governança; acesso a recursos e influência no mercado. Para dar um rosto humano ao “empoderamento”, apresentei alguns casos bem-sucedidos, com a ressalva de que nem todos os donatários produziram tais mudanças; e, para aqueles que o fizeram, o caminho foi longo e tortuoso.

Poder no empoderamento: A transformação das relações produziu status e legitimação das culturas marginais, participação na governança, acesso à terra e influência no mercado.



Jeffrey Andrés Wright

Outrora menosprezados como “apenas índios,” os tecelões andinos, principalmente mulheres, passaram a ser reconhecidos como artistas. Seus trabalhos são exibidos em museus e vendidos em galerias. Em 2010, 400 profissionais têxteis comemoraram sua arte no Tinkuy de Tejedores, uma reunião organizada em Urubamba, Peru, pelo Centro de Textiles de Cusco, donatário da IAF.



Cortesía Carlos Criollo



Após séculos vivendo à margem sem direito de voto, as populações indígenas agora têm direitos. Até 2006 os indígenas equatorianos haviam eleito mais de 1.000 representantes, responsáveis perante suas comunidades, para conselhos municipais e provinciais e para a chefia do governo do condado, além de 11 deputados indígenas para o Congresso. Projetos práticos financiados pela IAF ajudaram a alfabetizar e proporcionar habilidades organizacionais que prepararam o caminho para a participação na vida política e uma mudança nas relações com a cultura dominante.

O ativista indígena equatoriano Mariano Curicama (no centro de azul) lidera uma manifestação sobre a gestão de recursos florestais em Chimborazo. Curicama arregimentou a maioria indígena de Guamote para vencer a eleição como vereador, deputado nacional suplente e finalmente prefeito, cargo que ele deixou em 2000. Depois foi nomeado ministro.

Patrick Breslin



Uma doação de US\$35.710 concedida pela IAF em 1971 ajudou os lixeiros da Corporación de Papeleros de Colombia a melhorar suas condições de vida. Várias doações habilitaram catadores de aterros urbanos em todas as Américas a se organizar como recicladores com locais mais seguros, melhor renda e, mais importante, status na sociedade e respeito. "As pessoas costumavam nos confundir com o lixo," disse um reciclador. "Agora somos tratados como seres humanos."



Paula Durbin



Em 2003, a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE), donatária da IAF, recebeu o Segundo Festival Lixo e Cidadania em Belo Horizonte, Brasil, que começou com uma marcha pela inclusão e respeito. Depois, os recicladores de todo o hemisfério presentes ao evento escutaram Marina Silva, então Ministra do Meio Ambiente e depois candidata presidencial, falar na cerimônia de abertura sobre a importância do trabalho deles.

O áspero perfil do êxito

Os artigos de Desenvolvimento de base acompanharam as conquistas de cultivadores de café, sisal, cacau e outras matérias-primas. O paradigma do poder no mercado e de uma mudança drástica de situação é El Ceibo, uma federação de cooperativas bolivianas cujo espírito reflete o de seu homônimo, a árvore de profundas raízes que cresce continuamente e que parece que nunca morre. A origem e a evolução do grupo estão documentadas em *Llamas, Weavings, and Organic Chocolate* [Lhamas, tecidos e chocolate orgânico] (University of Notre Dame Press 2001) de Kevin Healy, representante da IAF para a Bolívia.

O que começou como um grupo pequeno e precário é agora uma organização de 1.200 agricultores. Suas fazendas familiares colhem 70% do cacau orgânico produzido na Bolívia. Sua federação é a principal exportadora de grãos de cacau e produtos de chocolate que, com a marca El Ceibo, vão para a Europa, Ásia e EUA. No ano passado, a federação celebrou seu 35º aniversário com o anúncio de que o Banco de Desenvolvimento da Bolívia, inacessível nos primeiros tempos, aproveitou a oportunidade para oferecer-lhes uma grande linha de crédito. El Ceibo exemplifica as mudanças das relações em todo o espectro: entre os agricultores e a terra; entre os produtores e os fornecedores, mercados e instituições

financeiras; e o reconhecimento de uma autêntica organização indígena na cena nacional.

Em uma escala maior, El Ceibo tipifica as características comuns de projetos considerados bem-sucedidos. Eles estão em sintonia com a cultura e os costumes locais. Eles desenvolvem capacidade organizacional e a base da liderança é ampla. Eles abordam as causas e não só os sintomas da pobreza e da desigualdade. Eles apelam a aspirações que transcendem seus limites particulares. Eles levam muito tempo, talvez décadas. O progresso não é linear; em certas conjunturas, podem ser vistos como fracassos. Eles formulam a pergunta “Como e em que ponto alguém avalia este complexo e sinuoso processo chamado desenvolvimento de base?” Alguns resultados podem ser medidos em dólares e centavos. Outros são intangíveis, mas reais e muito significativos para as pessoas que os vivem. Eles têm muito a ver com a conquista do Santo Graal do desenvolvimento: a sustentabilidade. As palestras culminaram com um breve exame do Quadro do Desenvolvimento de Base, desenvolvido precisamente para levar em conta projetos multidimensionais como o de El Ceibo. A apresentação do “Cone” desencadeou ricas discussões; uma professora de Carleton anunciou planos de incorporar aspectos do QDB em seu curso.

Reflexões finais

A oportunidade de refletir com estudantes de Carleton sobre um capítulo único na interação dos EUA com a América Latina fechou um prolongado circuito partindo da visão teórica do mundo de meus dias de estudante até a realidade local. As dúvidas de que pudesse transmitir a experiência como eu pensava em fazê-lo se viram dissipadas pelos trabalhos dos estudantes. Fiquei fascinada com a qualidade de seus trabalhos, bem como com a clareza e originalidade subjacentes. Alguns de seus pensamentos encontram-se nas citações intercaladas nestas páginas. Saí animada pela confiança na juventude dos EUA e com a esperança de que os valores e a consciência social que permeiam a vida estudantil possam de alguma forma se transferir para toda a sociedade.

Marion Ritchey Vance se aposentou da IAF em 1995 depois de duas décadas de serviço como diretora regional para os Andes e como diretora de aprendizagem. Ela criou o Quadro do Desenvolvimento de Base em colaboração com Carl Swartz e colegas latino-americanos.



Chocolate El Ceibo à venda nos EUA.

Cortesia FRESOTA



Em parceria com a Fundación Smurfit, agricultores da cooperativa FRESOTA aumentaram sua renda com a produção de morangos.

Prêmio Transformadores

Representantes de organizações de base, empresas, fundações de empresas privadas e seus parceiros reuniram-se em 27 de fevereiro em Antígua, Guatemala, para homenagear os vencedores do primeiro Prêmio Latino-Americano de Desenvolvimento de Base, por meio do qual são reconhecidas as iniciativas de desenvolvimento comunitário de destaque, bem como os doadores que as financiam, estimulam ou apoiam de outras maneiras.

O prêmio, conhecido como *Transformadores*, foi patrocinado pela Fundação Interamericana e pela Rede Interamericana de Fundações e Ações Empresariais para o Desenvolvimento de Base (RedEAmérica), iniciada pela IAF e dedicada a apoiar as iniciativas de autoajuda das organizações de pobres de todo o Hemisfério. Quatro iniciativas receberam o prêmio:

- Empresa Comunitaria que Genera Desarrollo en el Cauca, fundada pela Cooperativa de Productores de Fresa de Sotará (FRESOTA) com o apoio da Fundación Smurfit Cartón da Colômbia, melhorou a renda das famílias cultivadoras de morangos nas comunidades rurais do município de Sotará, departamento de Cauca. O acesso à capacitação e à tecnologia permitiram aos agricultores

de FRESOTA acrescentar valor agregado à sua produção, evitar intermediários, criar e administrar um fundo de empréstimos e investir os lucros em uma biblioteca, saneamento e outras atividades em benefício da comunidade.

- Parceria Votorantim pela Educação, apoiada pelo Instituto Votorantim, mobilizou famílias, escolas, empresas e governos de 28 municípios localizados em 12 estados do Brasil, os quais envidaram esforços maciços para melhorar a educação. Entre suas atividades figura um convite anual para apresentar ensaios do qual participaram mais de 6.000 pessoas em 2012. Agora os professores reforçam aptidões básicas organizando suas aulas em torno do concurso popular.
- A aquisição de uma fábrica de cimento pela Holcim Brasil causou a perda de mais de 1.000 empregos no município de Barroso, Minas Gerais. Para reduzir o efeito sobre as famílias, o Instituto Holcim, fundação dessa empresa, trabalhou com os residentes, o município e outras empresas na elaboração de um plano de 10 anos de melhoria de Barroso. Entre outros resultados, o plano levou à formação da Associação Ortópolis Barroso, que mobilizou

recursos para projetos que empregam produtores de laticínio, mecânicos e recicladores e que melhoram a infraestrutura desportiva e cultural do município.

- **Modelo de Desarrollo Integral: La experiencia Caluco**, uma iniciativa da Fundación Salvadoreña para el Desarrollo Económico y Social (FUSADES), visa a reduzir a pobreza em Caluco, um dos municípios mais pobres de El Salvador. A FUSADES liderou uma parceria entre os residentes e os funcionários do governo local para formular o plano de desenvolvimento de Caluco, o qual melhorou a infraestrutura dos serviços de energia elétrica, abastecimento de água e educação, bem como ajudou os agricultores de subsistência a cultivar verduras para vender ao Wal-Mart e outros supermercados.

Os membros da RedEAmérica apresentaram 38 candidatos representando nove países, entre os quais foram escolhidos mais tarde 11 finalistas. Um júri, do qual fizeram parte Robert Kaplan, Presidente da IAF; Yolanda Londoño, Vice-Presidente de Responsabilidade Social Mundial da Tupperware Brands Corporation; Rosário

Quispe, Fundadora e Diretora da Asociación Warmi da Argentina; e Marcos Kisil, Presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), do Brasil, escolheu os quatro vencedores. Os critérios de seleção incluem a aplicação bem-sucedida do modelo, desenvolvimento comprovado da capacidade de progredir em coletividade, transformação, sustentabilidade e aprendizagem significativa. As iniciativas de Cauca e Barroso haviam recebido financiamento da IAF em virtude de convênios bilaterais que requeriam dos membros de RedEAmérica uma contrapartida das contribuições da IAF.

“Todos estes doadores apostaram em respostas inovadoras a problemas recorrentes”, afirmou Margareth Flórez, Diretora Executiva da RedEAmérica. “As experiências imprimiram novo vigor à busca de soluções destinadas a abordar as causas e não as consequências da pobreza e constituem uma fonte de impulso a políticas públicas que empoderem as comunidades, desenvolvam organizações, incentivem a cidadania e o capital social, promovam a inclusão e fortaleçam a democracia”. Para informações mais detalhadas favor consultar o website www.redeamerica.org/prêmio-latino-americano.—*Eduardo Rodríguez-Frias e Eliana Nieto Rodríguez, coordenadora de comunicações da RedEAmérica*



Recicladores brasileiros trabalham com o Instituto Holcim e a Associação Ortópoli Barroso para melhorar sua comunidade.

Cooperativas haitianas e dominicanas colaboram entre si

Em 24 de janeiro quatro jovens haitianos, membros da nova Coopérative des Artisans en Métallurgie de Jérémie (COOPAMEJ), chegaram à República Dominicana para aprender o funcionamento das cooperativas por meio do contato direto. Fineau Anthoniel, Jean-Félix Gesnel, Mifrand Rénoald e Jean-Philippe Geslin Adony, cujas idades variam de 22 a 25 anos, são metalúrgicos capacitados na École de Fabrication Métallique pour les Démunis (EFAMED), uma donatária da IAF. Embora se trate de dois países vizinhos, a viagem de avião e de ônibus de Jérémie, situada no extremo da península meridional do Haiti, durou dois dias.

A COOPAMEJ produz componentes industriais para construção, grades, portas e janelas, bem como móveis, ferramentas agrícolas e, desde maio, carrinhos de mão. Em preparação para o registro de sua organização no Conseil National des Coopératives (CNC) do Haiti, seus membros fizeram o curso obrigatório sobre cooperativas no qual se dá ênfase à teoria, mas queriam ter a experiência in loco em uma cooperativa. Foram bem recebidos em três organizações desse tipo já estabelecidas na República Dominicana: COOPCriativa, que fabrica brinquedos e móveis em Santo Domingo; Cooperativa de Pescadores y Prestadores de Servicios Turísticos de La Caleta (COOPRESCA), cujos pescadores e operadores de viagens turísticas trabalham na reserva marinha de La Caleta; e Cooperativa La Altagracia, associação de poupança e empréstimos de Santiago. A COOPCriativa e COOPRESCA tinham recebido apoio da IAF por meio dos donatários Fundación FOCO e Reef Check Dominican Republic, respectivamente. A Cooperativa La Altagracia foi incluída no

Jenny Petrow



Metalúrgicos da COOPAMEJ.

itinerário por recomendação do Instituto de Desarrollo y Crédito Cooperativo, entidade contraparte do CNC na República Dominicana.

Os visitantes sentiram maior afinidade com a COOPCriativa. “São de nossa idade”, explicou Adony. “E, como nós, eles também têm um ofício”. Ao regressarem ao Haiti os jovens aplicaram imediatamente as práticas aprendidas dos fabricantes de brinquedos. “Continuam a se reunir, mesmo não tendo pedidos a atender. Isso os ajuda a permanecer motivados e a resolver problemas juntos. Provavelmente o mais importante que aprendemos da COOPCriativa foi a forma de resolver problemas”, disse Anthoniel. Agora os membros da COOPAMEJ se reúnem semanalmente em vez de mensalmente, o que, segundo eles, os ajuda a adquirir valores coletivos. Estão também acumulando reservas para cobrir produtos rejeitados e se organizam em turnos para trabalhar, outros dos conselhos da COOPCriativa.

No início, os afiliados navegantes da COOPRESCA pareciam ter pouco em comum com os metalúrgicos, mas a estrutura organizacional, estatutos e treinamento exigido dos membros em breve pareciam familiares. Como os haitianos provêm de uma cidade costeira, constituiu vantagem adicional o fato de aprender algo sobre a proteção do meio ambiente marinho. Os milhares de membros da Cooperativa La Altagracia e sua trajetória de seis décadas os impressionaram. “Um dia teremos 60 anos de funcionamento, como a Cooperativa La Altagracia, e talvez até ofereçamos serviços financeiros”, comentou Adony.

Luis Mena, que presta à IAF serviços de ligação e apoio local na República Dominicana, organizou a visita. “O que mais me impressionou foi a cálida acolhida e a conexão imediata entre os visitantes e seus anfitriões”, disse, “além do verdadeiro desejo dos membros da COOPCriativa e COOPRESCA de continuar a apoiar os haitianos, mesmo de longe, e de visitar Jérémie para conhecer a COOPAMEJ”.

Até mesmo os metalúrgicos que não participaram da viagem reconhecem seu valor e um segundo grupo planeja visitar as cooperativas da República Dominicana no próximo ano. Um importante aspecto implícito dessa experiência é o poder da interação e o otimismo dos jovens, aspecto ao qual a mídia local e internacional não atribui suficiente importância ao se referir às relações entre haitianos e dominicanos. —Jenny Petrow, representante da IAF para a República Dominicana e o Haiti

Novo defensor dos afrodescendentes

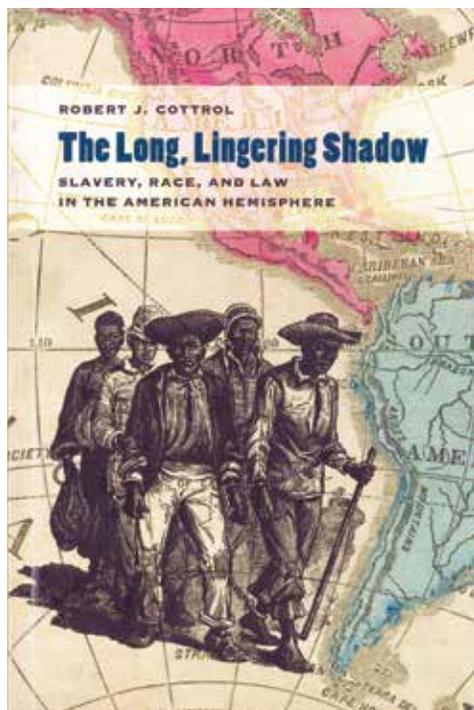
Delegados da Plataforma Cumbre Mundial de Afrodescendientes (PCMA) visitaram a IAF em 11 de fevereiro de 2013, na primeira escala de um itinerário de uma semana copatrocinado pela IAF. Representavam a comunidades de afrodescendentes da Costa Rica, Equador, Honduras, Panamá, Peru, Espanha e Estados Unidos. A PCMA foi fundada para combater a exclusão e defender os direitos dos afrodescendentes. Teve origem na Primeira Cúpula Mundial de Afrodescendentes preparada pela Organización de Desarrollo Étnico Comunitario (ODECO), donatária parceira da IAF, e teve a participação de mais de 75 organizações da sociedade civil, organismos doadores e órgãos governamentais em conjunto com a declaração de 2011 das Nações Unidas como Ano Internacional dos Afrodescendentes.

O plano de ação da cúpula propôs a formação de uma organização para representar os afrodescendentes de todo o continente americano e de outras partes do mundo e designou a ODECO como secretariado executivo. Depois de ajudar a Organización Negra Centroamericana (ONECA) a obter personalidade jurídica em Honduras, a ODECO transformou-se em defensora destacada dos afrodescendentes e importante fonte de informação relacionada com os temas que os afetam na América Central. Entre suas prioridades imediatas figuram a formulação de uma proposta para criar uma universidade, um fórum permanente para afrodescendentes na Organização dos Estados Americanos e planos de trabalho e de levantamento de fundos. A agenda dos delegados reunidos em fevereiro também incluía reuniões no Departamento de Estado dos Estados Unidos, Organização Pan-Americana da Saúde, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial e Congresso dos Estados Unidos. —*John Reed, Representante da IAF para Honduras*

Mark Caicedo



Delegados da PCMA e funcionários da IAF.



Os afrodescendentes e seu passado ainda presente

por Paula Durbin

The Long, Lingering Shadow: Slavery, Race, and Law in the American Hemisphere

[A longa e persistente sombra: escravidão, raça e lei no hemisfério americano]

De Robert J. Cottrol

The University of Georgia Press: Athens, 2013

A demanda pela edição de 2007 da revista *Desenvolvimento de Base*, com seu foco nos afrodescendentes e no desenvolvimento, foi tão grande que a Fundação Interamericana a reimprimiu duas vezes. Um dos pontos mais destacados da popular edição foi o artigo de Robert Cottrol, “A luta dos afro-latinos pela equidade e reconhecimento”, resumindo a história e as atuais condições dessa população. A obra mais recente de Cottrol, *The Long, Lingering Shadow*, expande esse ensaio e faz uma análise comparativa das relações raciais no continente americano durante cinco séculos. Como a versão comprimida publicada nessa revista, ela se beneficia do repertório factual e compressão enciclopédica de um historiador e da análise desapaixonada de um jurista. Cottrol cobre profissionalmente ambas as disciplinas na Universidade George Washington, onde é professor de direito (Harold Paul Green Research Professor of Law) e também ensina história.

No começo do livro, Cottrol afirma que todos os países do continente americano contam entre seus cidadãos com descendentes dos 10 milhões de africanos que sobreviveram ao brutal transporte para os leilões de escravos nas Américas. Este estudo, porém, focaliza três regiões distintas: Brasil, EUA e um grupo de sete nações que emergiram do Império Espanhol: Argentina, Colômbia,

Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Peru e Uruguai, selecionadas pela gama de temas que ilustram. Cabe destacar que o Brasil foi o país que recebeu o maior número de escravos africanos. A América do Norte britânica continental foi um consumidor menor, destino de menos de 400.000, enquanto várias vezes esse número de africanos foram para a América espanhola.

A forma particular que a “peculiar instituição” assumiu nesses contextos vastamente diferentes está no núcleo do estudo de Cottrol, junto com as formas em que o racismo era praticado e os diversos caminhos para superá-lo. Contraditório e inconsistente são duas palavras que frequentemente brotam em *The Long, Lingering Shadow*. Vemos isto nos detalhes de sistemas complexos que se desenvolveram no Brasil e nas colônias espanholas — cruéis, mas suscetíveis à flexibilidade — e na proteção legal e explícita da escravidão nas colônias inglesas, uma condição à qual, segundo Cottrol, “o direito anglo-saxão foi marcadamente hostil”.

O livro cobre desde o início da escravidão até a emancipação, a segregação (oficial ou não) que se seguiu e o racismo científico, com seu consequente menosprezo e às vezes negação generalizada da herança cultural africana e o conceito paralelo de igualdade como um jogo no qual uns ganham e outros perdem.

Para os afrodescendentes de qualquer lugar, o legado de padrões de discriminação e exclusão de séculos foi pobreza desproporcional e extrema desvantagem. *The Long, Lingering Shadow* conclui com uma comparação entre a atual luta para mudar o curso para uma cidadania plena e justiça econômica nas regiões consideradas. Pouco antes de partir para Buenos Aires para ensinar direito durante o inverno austral, Cottrol falou com *Desenvolvimento de Base* sobre os desafios enfrentados pelos cidadãos de ascendência africana do continente à medida que a luta avança e sobre a gênese de um livro que tem muito para ensinar. A seguir apresentam-se trechos dessa conversa.

Por que quis escrever *The Long, Lingering Shadow*?

Sempre quis observar o contraste entre os EUA e a América Latina. As colônias que iriam converter-se em nações hispânicas aboliram a escravidão com suas revoluções pela independência, enquanto os EUA tinham que reconciliar a existência da escravidão com princípios igualitários. E o Brasil continuava sendo uma sociedade muito estruturada, de fato uma monarquia, motivo pelo qual não passou por essa contradição flagrante e a necessidade de resolvê-la. Havia subordinação racial, mas não exclusão categórica.

Desde a década de 1960, os EUA experimentaram uma revolução mais profunda nos direitos civis que eu atribuiria em parte a uma sociedade incômoda com a hierarquia. Gosto de dizer em tom de brincadeira que este é o único país onde Bill Gates e os motoristas de ônibus se descrevem a si mesmos como de classe média. Uma vez que os EUA se opuseram ao racismo,

À medida que mais nações da América Latina se declaram multiétnicas e multiculturais, o que agora observamos em suas constituições, será interessante ver se elas também extirpam os padrões tradicionais de desigualdade vinculados à raça.

tomaram medidas para erradicá-lo. À medida que mais nações da América Latina se declaram multiétnicas e multiculturais, o que agora observamos em suas constituições, será interessante ver se elas, também, extirpam os padrões tradicionais de desigualdade vinculados à raça.

Que tipo de esforço este livro envolveu?

Obviamente, utilizei numerosas fontes. Hoje em dia pode-se abranger muito mais do que quando eu era um estudante universitário e de pós-graduação e tinha que estar fisicamente presente na biblioteca, nos arquivos ou no local. A internet facilitou a vida. Há uma gama mais ampla de livros aos quais se pode ter acesso sem ter que viajar grandes distâncias. Por exemplo, todas as teses de mestrado e doutorado do Brasil estão on-line e então podemos consultar o Google e obter dezenas de trabalhos bem pesquisados sobre qualquer tema. Evidentemente, isto também implica uma dificuldade, já que é preciso decidir o que ler e como absorver tudo isso.

E com respeito às entrevistas?

Para mim foi fascinante falar com as pessoas sobre a consciência emergente. Mas há uma longa história de negação na América Latina; por isso, embora alguns indivíduos estejam olhando as coisas através de um prisma

racial, me pergunto quantos realmente estão aceitando isso em oposição ao critério tradicional de que a ascendência negra deve ser menosprezada.

Quem o impressionou?

Fiquei muito impressionado com Maria Magdalena “Pocha” Lamadrid e Miriam Gomes, na Argentina,

Cortesia George Washington University



Robert J. Cottrol

porque tiveram que lutar contra a idiossincrasia nacional que dizia: “Vocês não existem. Mesmo se estiverem na nossa frente, vocês não existem”. E Jorge Ramírez Reyna, no Peru, onde não se discutem os problemas dos afrodescendentes e asiáticos, junto com os de muitas outras pessoas que não são culturalmente indígenas, mas que, devido à sua ascendência, são vítimas da exclusão racial. Também Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil, um líder do combate à corrupção e da luta pela igualdade. Aparentemente, ele também impressionou a revista *Time*, que o selecionou como uma das 100 pessoas mais influentes do mundo em 2013.

Que pode ser extraído da experiência latino-americana com a desigualdade?

Estamos questionando constantemente algumas das medidas racialmente conscientes desenvolvidas nos últimos 40 anos, e muita gente argumenta em favor de simplesmente ignorar a raça e considerá-la de maneira neutra. Contudo, vemos que, se existe um sistema de castas e uma tradição de discriminação e estigmatização, não se pode dizer simplesmente: “a partir de hoje não há mais discriminação racial”. Os brasileiros tentaram isso. O resultado de limitar-se a dizer que a raça já não é um fator para a admissão ou contratação é que os velhos padrões de exclusão simplesmente não se rompem. Essa é uma lição que podemos aprender.

Como a ação afirmativa está funcionando no Brasil?

A marcha do Brasil para a ação afirmativa é algo que temos que acompanhar. Começou bem. Os pareceres do juiz Ricardo Lewandowski certamente constituem uma jurisprudência responsável, assinalando: “Nós, como nação, temos a obrigação de abordar isto”, e ele considerou que era constitucional fazê-lo. A isso se acrescenta a legislação aprovada em agosto de 2012. Trata-se de medidas alentadoras, mas vejo potenciais problemas se simplesmente nos concentrarmos na admissão à universidade. Dado o muito baixo nível da educação pública primária e secundária, e tendo em vista que os pobres afetados por isso são em sua maioria pretos e pardos, temos o problema assinalado pelos educadores: relativamente poucos estudantes são potencialmente candidatos à admissão universitária, particularmente para os programas mais exigentes. Eles podem ter ação afirmativa, mas poderão aproveitar as carreiras profissionais mais rigorosas e gratificantes?

Há alguma alternativa?

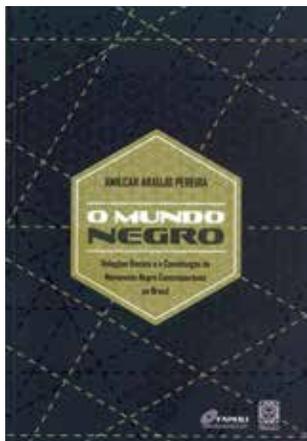
Tudo fica de cabeça para baixo quando se toma os sobreviventes de um mau sistema educativo e lhes dá a possibilidade da ação afirmativa, que é o que fizemos aqui nos EUA. Mas, se trabalharmos somente na educação primária e secundária e se tivermos uma situação em que nenhum negro ou mulato vá à universidade, estaremos enviando aos estudantes primários e secundários a mensagem de que isso não é realmente para eles e que devem ser menos ambiciosos. Na realidade, devemos fazer as duas coisas.

Alguma orientação sobre o modo em que os programas de assistência podem promover a inclusão?

A força do sistema dos EUA é que a maior parte da educação profissional é de pós-graduação, de modo que se pode ter uma má educação secundária e corrigi-la depois. Na América Latina é preciso estar pronto aos 18 anos. Acho que o impacto real do financiamento de doadores está na educação, na medida em que complemente o que se faz nas escolas primárias e secundárias para dar às pessoas as habilidades de que necessitam, em termos de linguagem, matemática e introdução às ciências, para que possam ser competitivas.

Há motivos para otimismo?

Como indiquei no livro, registrou-se uma mudança de atitude; as elites estão mais dispostas a se considerar multiétnicas e muito menos dedicadas a se considerar europeias. Mas a ideia de uma legislação realmente efetiva de direitos civis ainda está em sua infância na América Latina. Continua havendo na América Latina muita gente incomodada com a ideia de raça como raça. Alguns governos tratam os problemas de afrodescendentes como se fossem questões indígenas, ao reconhecer um grupo como *culturalmente* único e depois desenvolver programas para preservar uma *cultura* específica. Pegam na estante o manual indígena e substituem a palavra índio por afro. Mas, que acontece com a pessoa que não faz parte desse universo culturalmente distinto, que vive na cidade e que deseja ser um gerente de banco ou comprar uma casa em um bairro decente e que se vê frente à discriminação? (Esse também é um problema com pessoas de ascendência indígena.) Houve avanço na inclusão de afrodescendentes no mosaico nacional, mas ainda não foi desenvolvida uma ferramenta política para abordar a discriminação.



**O Mundo Negro:
Relações Raciais e a Consti-
tuição do Movimento
Negro Contemporâneo no
Brasil**

De Amílcar Araújo Pereira

*Rio de Janeiro: Pallas and
FAPERJ, 2013*

A atitude dos brasileiros
com relação à raça mudou
drasticamente num perí-
odo de tempo muito breve.

O retrato do Brasil como uma “democracia racial,” cuja projeção otimista de harmonia e igualdade persistiu através da maior parte do século 20, foi substituída por um reconhecimento generalizado de que os afrodescendentes são desproporcionalmente pobres e desfavorecidos devido à raça, não à classe. De acordo com o centro de estudos governamental Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a renda média dos brasileiros brancos é mais do dobro da dos afrodescendentes, que também sofrem carências em termos de educação e acesso à atenção médica e serviços públicos. Esta é uma questão grave em um país onde, de acordo com o censo de 2010, 51% da população se autodefine como negra ou de ascendência mista com componente africano. A raça passou para o centro da agenda pública do Brasil, junto com políticas para fomentar a integração, eliminar todas as formas de discriminação e assegurar a justiça social.

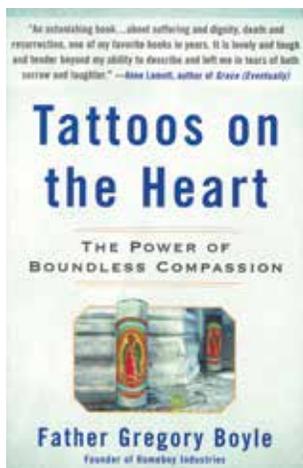
Tudo isto faz com que o trabalho de Amílcar Araújo Pereira seja uma contribuição extremamente oportuna ao conhecimento e à memória. Para que conste, Pereira é filho de um intelectual ativista negro e uma mãe branca, e foi este histórico que provocou sua decisão de converter-se em historiador e motivou seu foco sobre a raça no Brasil, meta acadêmica que seu pai e sua mãe incentivaram sem reservas. Este livro surgiu de sua tese de doutorado. Baseia-se substancialmente no testemunho de ativistas afrodescendentes e acadêmicos e outros profissionais sediados nos EUA.

Revelação completa: Fui a última pessoa que Amílcar Pereira entrevistou nos EUA. No final da década de 1970, era estudante universitária e estagiária com a equipe do Brasil na Fundação Interamericana. Durante 1976 e 1977, a IAF incluiu em sua carteira cinco projetos com donatários afro-brasileiros, os quais estavam desenvolvendo a

consciência e a identidade cultural dos grupos representados. De acordo com Pereira, estas doações converteram a IAF em pioneira, o primeiro organismo de assistência externa dos EUA, de fato o primeiro doador internacional, a apoiar a causa dos afrodescendentes no Brasil. Esse tipo de ajuda era inédito. Discordava notadamente da negação oficial da existência do racismo e, de acordo com as fontes citadas por Pereira, o regime militar então no poder o considerava subversivo e uma ameaça à segurança nacional. Em dezembro de 1977, o governo brasileiro, através da embaixada dos EUA em Brasília, notificou que estava suspendendo todas as atividades da IAF no país, o que se prolongou por cinco anos. Em 2008, Pereira examinou os arquivos e conversamos longamente sobre a minha experiência deste episódio. Que eu saiba, *O Mundo Negro* é a única publicação em que isto está plena e exatamente documentado.

Pereira organiza seu material em quatro capítulos que levam o leitor através de teorias de raça e democracia racial; as origens do movimento afro-brasileiro; a “circulação de ideias” entre EUA, Brasil e África; e a iteração contemporânea do movimento entre 1971 e 1995. *O Mundo Negro* é mais um lembrete de que a escala e a duração da escravidão no Brasil não tiveram paralelo no continente americano. A maioria dos historiadores atuais acredita que entre 9 milhões e 11 milhões de escravos foram transportados através do Atlântico entre os séculos XVI e XIX. Desses, entre 4 milhões e 5 milhões foram levados ao Brasil. O Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão, e quando o fez, em 1888, não deu apoio aos ex-escravos durante a transição, mas os deixou entregues à própria sorte.

Esta omissão teve um profundo impacto na sociedade brasileira, contribuindo para a desigualdade extrema que continua atualmente, inclusive num momento em que os brasileiros reconhecem o passado e ingressam em uma nova era de consciência. A Constituição de 1988 criminalizou o racismo e o abuso baseado na raça, e todos os governos nacionais desde a ratificação tomaram medidas a favor da inclusão social. *O Mundo Negro* ilumina o papel crucial dos líderes e ativistas afrodescendentes neste processo e, ainda mais importante, honra sua contribuição e sua memória. Este relato fascinante é de “leitura obrigatória” para aqueles que se preocupam com as relações raciais, a mudança social e a inclusão no Brasil. —*Miriam E. Brandao, representante da IAF para o Peru e ex-representante para o Brasil.*



Tattoos on the Heart [Tatuagens no coração]

By Gregory Boyle, S.J.

Free Press; New York, 2010

As quadrilhas no México e na América Central se converteram em um flagelo e uma fonte de temor para a população local, inclusive nas comunidades onde os donatários da IAF vivem e

trabalham. A violência das quadrilhas é responsável por muitos dos 96 homicídios por 100.000 habitantes registrados em 2012 em Honduras, país que subiu para o topo nos gráficos que ilustram as estatísticas de assassinatos. As cifras em El Salvador e na Guatemala alcançaram 69 e 39 por 100.000 habitantes, respectivamente. Para pôr estes números em perspectiva, os EUA tiveram 4,7 homicídios por 100.000 habitantes em 2011.

De forma irônica, muitas das quadrilhas mais violentas da América Central, notadamente a Mara Salvatrucha (MS-13) e Barrio 18, nasceram nas ruas de Los Angeles e outras cidades americanas; depois foram exportadas, primeiro a El Salvador e posteriormente a Honduras e Guatemala, quando seus membros foram deportados como delinquentes. As quadrilhas, frequentemente em ação conjunta com narcotraficantes, rotineiramente assassinam promotores, testemunhas e juízes considerados como ameaça. As prisões estão superlotadas, mal conservadas e em geral comandadas pelos próprios detentos, que continuam fazendo seus negócios por meio de celulares.

As autoridades em cidades dos EUA e da América Central, bem como profissionais do desenvolvimento, estão desesperados para encontrar um enfoque que vá além da polícia, julgamentos e prisões e proporcione aos jovens uma saída do crime. *Tattoos on the Heart* documenta um desses enfoques que parece estar funcionando no bairro hispânico de Los Angeles: o de Homeboy Industries, iniciado 25 anos atrás pelo autor, um dinâmico sacerdote jesuíta. O padre Gregory Boyle começa insistindo em que a necessidade de pertencer a um grupo e de sentir-se importante leva os jovens a unir-se às quadrilhas. Uma vez que o fazem, sua expectativa de vida diminui. Boyle perdeu a conta dos jovens que teve que

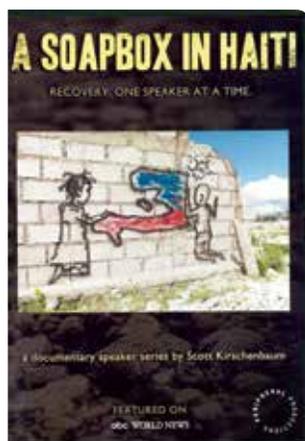
enterrar como pastor, incluindo vítimas inocentes de tiroteios com veículos.

É para os sobreviventes — jovens que usavam drogas e estiveram presos — que Boyle fundou Homeboy Industries, que trabalha incansavelmente para ensinar-lhes habilidades profissionais e desenvolver sua autoestima. Ele se orgulha de que Homeboy Industries é o único empregador que exige que seus empregados tenham sido condenados por algum delito para trabalhar em sua padaria, restaurantes, serviço de preparação de comida, mercados e empresa de desenho gráfico que também faz roupas, inclusive uma camiseta que tem escrito na parte da frente “Trabalho, não prisão” e atrás “Nada detém uma bala como um emprego”. Enquanto estão no programa, os jovens — em sua maioria hispânicos, alguns recém-chegados — estudam para seu exame supletivo, melhoram seu inglês e adquirem experiência profissional. Homeboy também oferece alojamento, serviços legais, reabilitação de droga e álcool, aconselhamento individual e familiar e até cursos para pais. De acordo com Boyle, em geral esses “homies” estão cobertos de tatuagens e o pessoal de Homeboy Industries se oferece para removê-las utilizando a tecnologia mais nova. No ano passado, 400 jovens estavam matriculados em cursos que vão desde controle da raiva até ioga; 300 em capacitação profissional; 300 ex-alunos estão empregados pela Homeboy Industries. Serviços de ajuda legal e de saúde mental estão abertos a todos os que procuram o programa. O custo deste programa é de US\$12 milhões, um orçamento difícil de obter na América Central.

Boyle também descreve seu serviço como de mediação, tendo intermediado para obter tréguas entre quadrilhas e a polícia durante seus primeiros anos no bairro. Ele suspendeu o serviço, ao sentir que o processo dava às quadrilhas excessiva credibilidade e reconhecimento, mas sua participação traz à mente a trégua negociada entre líderes de quadrilhas, a Igreja Católica, a polícia e outras autoridades em El Salvador e, mais recentemente, em Honduras. Embora os homicídios tenham caído 50% em El Salvador, a ideia de negociar com “criminosos” é acaloradamente debatida. O mais surpreendente é que os líderes das quadrilhas queriam capacitação e emprego em troca da paz.

A vida e o trabalho de Boyle no bairro, como pároco e líder cívico, lhe valeram o respeito de membros das quadrilhas e suas famílias e o apelido de “G-Dog”, que também é o título de um documentário sobre Boyle

que estreou recentemente em Los Angeles. Seu livro é humanista, inspirador e esperançoso apesar das terríveis circunstâncias dos jovens envolvidos. É uma boa leitura; mas, se não tiver tempo, pelo menos visite www.homeboyindustries.org. —Patrick Ahern, representante da IAF para a Nicarágua



**A Soapbox in Haiti—
Recovery. One Speaker at
a Time.**

[Um pódio no Haiti: Recu-
peração. Uma voz de cada
vez]

Dirigida por Scott
Kirschenbaum

Fractured Atlas: 2010

O terremoto que abalou o Haiti em 12 de janeiro de 2010 matou 200.000 haitianos e feriu, traumatizou e deslocou milhões. Enquanto os meios de difusão transmitiam a destruição e a assistência se dirigia ao país, o mundo discutia a melhor forma de ajudar. Mas uma perspectiva mal era expressada: aquela dos haitianos afetados.

Scott Kirschenbaum proporciona a estas vozes ausentes uma plataforma em *A Soapbox in Haiti—Recovery. One Speaker at a Time*. Filmado no outono de 2010, o documentário apresenta 12 depoimentos, acessíveis em qualquer ordem: uma cantora, um artista de rap, um médico, um sacerdote e outros cidadãos. A ausência de qualquer outra narração põe o espectador em contato próximo enquanto o entrevistado oferece vívidas descrições da devastação, dos esforços de recuperação e de suas aspirações para o Haiti.

Alguns depoimentos estão vinculados a donatários da IAF que, ao estar entre as poucas instituições que podiam funcionar depois do desastre, se mostram à altura do desafio: a Fondation Festival Film Jakmèl (FFFJ), Organizasyon Kominotè Fanm Veyon (OKFV), Rezo Fanm Fwonty Ba Plato (Renzo Fanm) e Sant Pon Ayiti (SPA). Os estudantes da escola de cinema FFFJ, por exemplo, escavaram entre os escombros para recuperar

suas câmaras e mostrar ao mundo os danos, gerando um fluxo imprevisto de contribuições para a recuperação. Inundado com refugiados, Renzo Fanm instalou rapidamente dormitórios improvisados para os que ficaram sem teto e puseram as grávidas em contato com os serviços médicos. (Ver *Desenvolvimento de Base* 2010.)

Os locais, sons e a emoção pura potenciam o estilo direto de Kirschenbaum e reforçam a atenção em cada haitiano que é apresentado. Até os espectadores que nada sabem sobre o Haiti ficarão cativados pelas alusões a uma rica tradição cultural. Cantando ao ritmo de seu *tanbou*, o tambor haitiano, Pierre Yves Edmond convoca sua aldeia para a reconstrução e explica como seus vizinhos formaram um *konbit*, ou grupo de trabalho, para iniciar uma estação de rádio. Renold Laurent regressa à devastação de Port-au-Prince com um poema que recita entre tendas empoeiradas que abrigam os deslocados, tendo ao fundo uma animada conversa de crianças. Jacques Belfort, o rapper, canta “Haiti é tua pátria. Trabalha por ela”. Outro entrevistado, o cartógrafo digital Guensmark Alcin, faz justamente isso e de maneira muito engenhosa, criando seu Mapa de Ruas Abertas, um guia que indica rotas confiáveis e diretas, para ajudar a acessar e transportar os feridos. Em uma emotiva mostra de altruísmo, o engenheiro civil Joel Lochard respondeu à sua própria tragédia pessoal recompondo-se e proporcionando serviços de emergência.

Em 10 de janeiro de 2011, ABC News marcou o primeiro aniversário do terremoto transmitindo segmentos de *A Soapbox in Haiti*. A obra completa foi apresentada no mesmo dia em comunidades de todo o Haiti, como lembrete eloquente de que é preciso aprender com a história e os erros do passado. Em 2010, os erros incluíam construções deficientes, reduzidas facilmente a escombros, e estradas mal planejadas que dificultaram os esforços de resgate. Kirschenbaum expressou a esperança de que os 12 haitianos apresentados no filme desencadeiem um diálogo de base a respeito de assumir as responsabilidades dos esforços de recuperação realizados até agora, reconhecer a beleza do Haiti e influenciar de maneira profunda e positiva as gerações futuras. “Haiti é tua pátria. Trabalha por ela”. O documentário pode ser visto em www.asoapboxinhaiti.com. — Amanda Hess, assistente de programas da IAF



Yensi Santamaría, agricultora e estudante, Cooperativa Santa Marta.

Sean Sprague

Como a diáspora salvadorenha financia opções para o Futuro

De Megan Fletcher

Em uma noite chuvosa de um dia de semana de maio, 24 imigrantes salvadorenhos chegaram a um restaurante de um subúrbio da cidade de Washington, D.C., no estado de Virgínia. Não vinham atraídos pelas *pupusas* nem pelo ritmo das *cumbias*. Vinham aprender de Andrés “Elmer” Arias e de outros

com ideias semelhantes, como ajudar suas famílias e amigos que vivem em El Salvador.

Arias chegou a Washington, D.C., de El Salvador em 1980, desesperado por fugir da guerra civil. Sem dinheiro, com apenas 19 anos de idade e sem falar inglês, conseguiu um trabalho limpando banheiros e lavando

pratos. Quinze anos mais tarde abriu o próprio restaurante em Fairfax, Virgínia, o primeiro de dois. Juntamente com amizades feitas no trabalho e no campo de futebol, seus empreendimentos lhe permitem canalizar energia e recursos em esforços binacionais que beneficiam comunidades dos Estados Unidos e de El Salvador. Sendo uma pessoa que evita projetar-se, Arias ficou surpreso quando em 2012 a Casa Branca o homenageou como Campeão da Mudança por ter organizado o Futebol Positivo, cujas três ligas oferecem aos jovens do Norte de Virgínia a oportunidade de praticar o esporte em um ambiente que os incentiva a permanecer na escola e a rejeitar a tentação das quadrilhas e das drogas. O Departamento de Polícia de Fairfax reconhece ao Futebol Positivo o mérito de ter contribuído para uma redução de 65% da criminalidade juvenil em um período de três anos.

Mas o Futebol Positivo foi apenas a iniciativa mais recente de Arias. Durante anos ele vem colaborando com outros salvadorenhos na coleta de fundos para comunidades de El Salvador. Depois que o furacão Mitch açoitou a América Central em 1998, Arias coordenou uma campanha maciça cujo resultado não foi somente a entrega de alimentos, roupas e outras provisões a salvadorenhos devastados pela tempestade, mas também orientou a resposta da diáspora a desastres naturais subsequentes. Em 2001 fundou a Câmara de Comércio El Salvador-Estados Unidos, cuja primeira iniciativa ajudou uma comunidade de El Salvador a iniciar produção orgânica. Sete anos depois, incorporou a Fundación para la Educación Social, Económica y Cultural (FUPEC) nos EUA e em El Salvador. Esta organização pioneira sem fins lucrativos, atualmente donatária da IAF, ajuda as associações de migrantes para o desenvolvimento da cidade natal (entidades conhecidas como HTA pela sigla em inglês) e os residentes das respectivas comunidades de origem a combinar recursos e investir no desenvolvimento de longo prazo. Milhares de salvadorenhos — que como Arias estão decididos a manter vínculos com o país natal e ajudar seus conterrâneos — são membros de cerca de 90 HTA atualmente afiliadas à FUPEC, quase a metade das HTA salvadorenhas nos EUA.

Uma média de idade de 23,9 coloca El Salvador entre os países mais jovens do continente e seus jovens têm sido uma prioridade dos esforços de desenvolvimento da diáspora. Segundo estimativas conservadoras, o número de salvadorenhos nos Estados Unidos eleva-se a 1,5 milhão e a maioria emigrou muito jovem, como foi

o caso de Arias. Muitos dos que trabalham por meio da FUPEC desejam que os jovens tenham no país natal o que eles não tiveram: um futuro em El Salvador. Sabem que seu apoio financeiro tem um papel, mas os desafios são enormes: cerca de 35% dos salvadorenhos são pobres e, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho, cerca de 24% daqueles entre as idades de 15 e 24 anos não trabalham nem frequentam a escola. A situação é agravada pelas legiões de jovens sem instrução escolar e subempregados que estão afiliados às quadrilhas que em 2011 contribuíram substancialmente para a taxa nacional de assassinatos de 69,1 por cada 100.000 habitantes e com um saldo desproporcionado de vítimas jovens. Até uma trégua que entrou em vigor no ano passado reduzir significativamente o número de homicídios, El Salvador ocupava o segundo lugar como o país mais violento do continente, depois de Honduras. Todos, desde os líderes das quadrilhas até o presidente salvadorenho, concordam em que a educação e o emprego são cruciais para um futuro de paz e como meio para sair da pobreza.

Mesmo antes de a FUPEC estar plenamente incorporada, a Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento (FUPAD) e o Banco Agrícola, o maior banco de El Salvador, contataram Arias sobre a criação de uma parceria para melhorar as oportunidades educacionais em El Salvador por meio de um empreendimento conjunto chamado Manos Unidas por El Salvador (Manos Unidas). O plano propunha que a FUPEC estruturasse o programa, identificasse potenciais HTA sediadas nos Estados Unidos como participantes e administrasse um conjunto de recursos compartilhados. A FUPEC desenvolveu regras que requeriam que as comunidades salvadorenhas competissem pela concessão de subsídios por meio de propostas detalhadas que comprometessem o solicitante e a respectiva HTA a contribuir cada qual com 15% do custo de seu projeto, ao mesmo tempo que a FUPAD e o Banco Agrícola contribuiriam com 70%. Reina de Paniagua, diretora executiva da FUPEC em San Salvador, e seu colega Engel Flores estão disponíveis para orientar os solicitantes. “Conscientizar leva mais de um ano”, disse Reina de Paniagua. “Uma organização amadurece em relação à atenção que recebe”. Ela insta os membros das HTA a confiar nas prioridades dos residentes da cidade natal e entregar a eles a direção. Manos Unidas requer que os membros, tanto das HTA como do comitê comunitário, aprendam

contabilidade e outras aptidões básicas necessárias para fazer uma contabilidade exata.

Desde seu lançamento em 2006, Manos Unidas concedeu mais de 200 doações para financiar a infraestrutura de escolas e bolsas de estudo em comunidades desfavorecidas em todo El Salvador. San Julián, no departamento ocidental de Sonsonate, oferece um exemplo de como se inicia uma colaboração com uma HTA e do que se pode conseguir com o programa. José Maurício Gallegos, que só tinha 18 anos quando saiu de San Julián para fugir da guerra civil, começou a viajar de volta à sua cidade natal em 1996. A pobreza que viu penetrar fundo em sua consciência a tal ponto que finalmente reuniu 10 amigos de Virgínia e fundou a HTA Comité de San Julián, do qual é presidente desde 2000. A afiliação da HTA com a FUPEC e sua subsequente participação em Manos Unidas teve como resultado um investimento de US\$55.000 em salas de aula, um centro de computação,

um salão multiuso e um campo de futebol em San Julián. Desse montante a FUPEC desembolsou US\$25.000 e os residentes convenceram o governo local a entrar com US\$30.000. “Fazer uma doação à mesma escola onde eu estudei e ajudar as crianças de hoje é um sonho que se torna realidade”, disse Gallegos.

O êxito com Manos Unidas inspirou a FUPEC e seus afiliados da HTA a focar além da educação. Uma doação da IAF de US\$286.485 concedida em 2011 está ajudando a FUPEC e as suas comunidades salvadorenhas afiliadas a investirem no desenvolvimento. Até esta data, sete grupos de base de todo El Salvador receberam financiamento condicionado à mobilização, por parte das HTA e das respectivas comunidades de origem, de 40% dos recursos requeridos; a IAF contribui com 50%; e a FUPEC levanta 10% de outras fontes. A maioria dos solicitantes bem-sucedidos puseram ênfase nos jovens ou na agricultura. A proposta apresentada por uma cooperativa de Santa



Elmer Arias (centro) com José Mauricio Gallegos e Federico Espinoza em La Hacienda, o restaurante que Arias abriu em 1995.



O grafitti é um lembrete do conflito que levou muitos salvadorenhos a abandonar seu país.

Megan Fletcher

Marta, Cabañas, uma comunidade situada a 90 quilômetros de San Salvador, combinou ambas as prioridades. Seus agricultores, todos de 15 a 30 anos de idade, plantam cultivos orgânicos, criam tilápia e fabricam fertilizante orgânico. A cooperativa investiu os fundos de sua assistência financeira em um centro multiuso; em um sistema elétrico de irrigação constante de seus cultivos, tornando-os menos vulneráveis aos fungos e bactérias; e em treinamento em aptidões empresariais. Segundo Moisés López, de 28 anos, membro da comissão de coordenação, agora os agricultores mantêm registros e balancete para saber se estão tendo lucro; e eles entendem o valor de reinvestir parte dos lucros. A parceria com outra cooperativa teve como resultado melhores preços.

“Como jovens, gostamos de nos relacionar com outros de nossa idade e assim nos unimos em uma cooperativa. Sabemos que os jovens *podem* fazer este trabalho”, disse um agricultor jovem que se identificou como Santos. “Melhoramos nossa produção, nosso local de trabalho, nosso grupo e toda a comunidade”. Quando *Desenvolvimento de Base* visitou, os jovens estavam enchendo bandejas com sementes para a fertilização, colhendo jalapeños (pimenta mexicana) maduros e limpando uma das quatro estufas da cooperativa para o período rotativo de desintoxicação. Os trabalhadores pisam em um reservatório de água antes de entrar em uma estufa para eliminar os poluentes dos sapatos. Os jovens fundadores da cooperativa dizem que a incorporação de mais mulheres resulta em um pouco mais de

ordem” e em um manuseio mais cuidadoso da produção. Os turnos semanais são escalonados porque muitos membros ainda frequentam a escola ou trabalham nos lotes familiares. A segurança é uma preocupação; entre as obrigações está incluída a vigilância noturna, recentemente facilitada pela eletricidade que alimenta refletores, graças à FUPEC. Muitos membros veem a cooperativa como a chave para a subsistência em Santa Marta e estão decididos a não seguir o caminho dos pais que vivem nos Estados Unidos. Para Francisco Ramírez, que tem diversos empregos na área metropolitana de Washington, D.C. e preside a HTA Comité Santa Marta, o progresso faz valer a pena seu investimento de tempo, energia e recursos.

Uma consequência inesperada da doação da IAF à FUPEC foi a elevação do comitê da comunidade de Santa Teresa à Fundação Santa Teresa, donatário da IAF inteiramente novo que utilizará seu financiamento para envolver a diáspora salvadorenha nos esforços para melhorar a agricultura. Federico Espinoza, que mora no Norte de Virgínia desde 1985, é presidente da HTA Comité de Santa Teresa que motivou os residentes a formar o comitê que inicialmente ajudava os idosos. Agora sua visão de prazo mais longo é preparar os jovens para aproveitarem as oportunidades locais. “Nós estamos investindo em seu desejo de trabalhar, estamos impulsionando nossas comunidades para avançarmos juntos”, afirmou Espinoza. “Este é *desenvolvimento* que está ocorrendo. É maravilhoso vê-lo”.

Além de salvadorenhos, Elmer Arias também é mentor de hondurenhos, guatemaltecos e peruanos que querem organizar associações de desenvolvimento da cidade natal. “Fiquem cercados de gente que compartilhe a mesma mentalidade”, aconselhou. Isso certamente descreve Espinoza, Ramírez e Gallegos, homens que também compartilham sua narrativa e respeitam seus esforços incansáveis em prol de salvadorenhos nos dois países. Como conduto que canaliza recursos consideráveis de doadores a donatários, Arias também se expõe a um escrutínio rigoroso e teve de aprender a enfrentar críticas com bom humor. “Eu tenho que estar 100% certo de que tudo foi feito bem e depois sigo em frente”, afirmou. “As ações falam por si mesmas”. Admite que a pressão quase o fez desistir. Mas, explicou, “se eu desistir, milhares de famílias ficarão sem a ajuda quando necessitarem”.

Em 2011, o ano mais recente para o qual se dispõe de cifras, a diáspora enviou US\$3,6 bilhões a El Salvador; estima-se que as remessas enviadas a todo o mundo elevam-se a US\$372 bilhões. Mas há anos os trabalhadores migrantes vêm enviando tudo o que podem, muitas vezes com um sacrifício considerável, resultando em

um volume de dinheiro que tem sustentado a economia em países em desenvolvimento no mundo inteiro. No princípio deste milênio, quando este fluxo financeiro atraiu a atenção da comunidade de ajuda externa, causou otimismo no sentido de que algum benefício poderia ser canalizado além dos domicílios individuais. Frequentemente os planos propostos para esse fim terminaram em fracasso porque as partes subestimaram ou ignoraram totalmente a complexidade da interação entre as HTA, as comunidades e as entidades sem fins lucrativos ou governamentais que atuavam na intermediação do projeto. A FUPEC tomou um curso de ação diferente, por meio das bases, cultivando pacientemente as relações à medida que as organizações amadureciam. O resultado foi um avanço importante, permitindo que os salvadorenhos da diáspora e em El Salvador maximizassem seu apoio aos jovens de modo que estes possam assumir o próprio futuro. Outras comunidades da diáspora poderiam aprender da busca de desenvolvimento empreendida pela FUPEC.

Megan Fletcher é especialista da IAF em relações legislativas.

Megan Fletcher



Membros da Cooperativa Santa Marta e Megan Fletcher, com blusa branca.



Estudantes de Bahia Street

Superando o hiato acadêmico no Brasil

De David Fleischer e Alexis Toussaint

Percebe-se a emoção por trás dos óculos de Arivan Ribeiro Reis ao se recordar que há 20 anos deixou seu trabalho de diarista no complexo industrial Manaus para apostar em seu futuro. Muito estava em jogo porque deixava seu irmão como único ganha-pão de uma família multigeracional. As probabilidades de êxito da aposta pareciam contra ele. Reis queria estudar agronomia na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), uma das instituições que fazem parte do sistema de ensino superior público brasileiro oferecendo uma educação de primeira classe às custas dos contribuintes. Reis sabia que em cada departamento o número de candidatos excedia amplamente as vagas disponíveis e que a admissão se basearia estritamente no vestibular, um exame de três dias que testa o domínio de português, inglês ou espanhol, matemática, ciências sociais, ciências exatas e a capacidade necessária para fazer uma longa redação sobre um tema da atualidade. Falar de pontos para ser aprovado no vestibular é supérfluo; ser aprovado significa entrar para a universidade e vice versa.

O exame é difícil e uma preparação adequada para seus rigores só está disponível em entidades privadas ou cursinhos, frequentemente caros. Isto significa que é improvável que os graduados de escolas públicas ou os autodidatas obtenham uma contagem de pontos suficientemente elevada no vestibular para serem admitidos à universidade, especialmente nos cursos de medicina, direito ou engenharia. Esta reflexão sobre a qualidade da instrução é censurada como crítica severa à educação

pública e, levando em conta que os estudantes das escolas públicas são predominantemente pobres, como obstáculo principal para superar a desigualdade e as disparidades na riqueza. As centenas de milhares de brasileiros que saíram às ruas neste ano citavam o descuido das escolas públicas por parte do governo entre as razões dos protestos.

Alternativo de Petrópolis do Amazonas Vicente Ferreira da Silva (ALTPET), donatário da IAF até dezembro de 2012, é pioneiro entre as organizações de base e não governamentais empenhadas em abordar o hiato acadêmico de modo que os jovens de famílias pobres possam fazer cursos superiores. Nos últimos 25 anos o ALTPET vem oferecendo aos jovens pobres cursinhos ensinados por instrutores voluntários tanto estudantes de pós-graduação como professores universitários. “O cursinho costumava ser organizado no terraço de Dona Iracema, que agora tem 90 anos e é uma das residentes mais idosas do bairro de Petrópolis onde operamos”, recordava Jonas Gomes, coordenador de programas do ALTPET, graduado de seu cursinho e professor de engenharia industrial da UFAM. Reis se matriculou no cursinho do ALTPET em 1993, dominou o material—apesar do ruído e da exposição aos elementos climáticos durante as aulas ao ar livre—e passou no vestibular um ano depois. Formou-se na UFAM em 1999 e agora trabalha como agrônomo no Amazonas para o Ministério de Desenvolvimento Agrário do Brasil. “O cursinho me ajudou a aprender matemática e ciências e a melhorar minha capacidade de redação—todas elas cruciais para

passar no vestibular”, disse Reis a *Desenvolvimento de Base* de seu escritório em Manaus. Saiu-se tão bem no curso de ciências da UFAM que o ALTPET o convidou a ensinar essa matéria em seu cursinho.

Nos últimos anos os recém-graduados do ensino médio de todo Brasil cada vez mais fazem o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mas este ainda não substituiu inteiramente o vestibular e geralmente os alunos das escolas públicas também se saem mal no ENEM. O ALTPET agora prepara os estudantes para ambos os exames. Em 2010, quando o ALTPET recebeu a doação da IAF, seus cursinhos ensinados por um corpo de 50 voluntários, tinham atingido 1.800 jovens pobres de Manaus. Outros 1.000 passaram pelo programa no período da doação da IAF. Mesmo com o aumento do número de aulas para cinco dias por semana graças ao financiamento da IAF, os jovens de ambos os sexos precisam ser rápidos nos estudos: os dois exames requerem o domínio de um vasto material ensinado nos últimos três anos do programa de estudos secundários, o qual, juntamente com os exames práticos, é comprimido em duas horas e meia por dia durante seis meses. Ainda assim, os estudantes do ALTPET têm alcançado resultados impressionantes: quatro de cada 10 graduados do seu cursinho têm sido aprovados no vestibular ou no ENEM e têm ingressado nas universidades. Para pôr esta proporção no devido contexto, cumpre considerar que a classe para graduar-se na UFAM como agrônomo em 2013 começou com 30 estudantes escolhidos entre 230 por meio da colocação no exame. Universidades públicas de outras regiões do Brasil apresentam taxas de admissão ainda mais baixas.

A questão racial acrescenta uma dimensão a mais ao acesso às oportunidades de educação, dada a correlação entre raça e pobreza no Brasil. De acordo com o censo de 2010, cerca de 55% dos brasileiros se identificam como de ascendência indígena ou africana, mas somente de 5% a 10% dos estudantes matriculados em entidades públicas ou privadas de educação superior pertencem a esses grupos étnicos. Em pelo menos uma década o governo brasileiro vem procurando remediar esta situação por meio de cotas e acrescentando pontos aos totais dos exames de ingresso, permitindo que mais afro-brasileiros e indígenas entrem em universidades públicas, ou por meio de bolsas de estudo financiadas por universidades privadas. A aplicação dessas medidas tem sido controversa. Os críticos assinalam, por exemplo, que

elas não beneficiam necessariamente os desfavorecidos e que os graduados da escola pública que entram em uma universidade frequentemente não estão devidamente preparados. Apesar desses argumentos, a ação afirmativa ao estilo brasileiro tem resistido os desafios legais, inclusive um que chegou até o Supremo Tribunal. “O sistema de cotas em uso na UFAM e na Universidade Estadual de Amazonas tem claramente oferecido mais oportunidades aos afro-brasileiros e aos descendentes de indígenas”, segundo Gomes. “O mesmo tem sucedido nas bolsas de estudo financiadas nos níveis federal e municipal. O problema é assegurar que estes estudantes recebam seu diploma a tempo”.

O Bahia Street, donatário da IAF, também prossegue em sua ação para equilibrar as oportunidades acadêmicas — para meninas e jovens afrodescendentes de 6 a 17 anos de idade de escolas públicas e de favelas de Salvador. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Investigação Econômica Aplicada (IPEA), sem intervenção elas enfrentam o risco da exclusão mais extrema de qualquer segmento da população do Brasil em termos de educação em qualquer de seus níveis e posteriormente de emprego, acesso aos cuidados da saúde e participação na vida cívica. Desde que o Bahia Street iniciou suas operações, 500 meninas e mulheres jovens passaram pelo programa e todas têm agora emprego remunerado. “Esta organização prepara as meninas e adolescentes para enfrentar os desafios sociais, políticos e econômicos e para romper o ciclo de pobreza”, explicou Rita de Cássia, Diretora do Bahia Street.

Desde sua fundação em 1997, o Bahia Street tem direcionado seus programas acadêmicos para fazer as estudantes passarem ao grau seguinte do ensino fundamental, bem como ajudá-las a fazer uma transição bem-sucedida ao ensino médio. Frequentemente as meninas devem aprender a ler e escrever. As sessões reforçam as aulas da escola pública de português, história, geografia, matemática e inglês em preparação para os exames finais. Inclui-se também instrução em higiene pessoal, nutrição e segurança. Uma equipe de psicólogos faz uma monitoração constante, alertando para os desafios do lar, escola e rua. Os incidentes de abuso infantil e violência doméstica são resolvidos diretamente com a família e a todos se ensinam os riscos da gravidez na adolescência e da toxicomania. Além das matérias acadêmicas, as estudantes aproveitam os programas de enriquecimento



Jonas Gomes, o quarto a partir da esquerda, com alunos. Abaixo: As classes de ALTPET aconteciam em espaços abertos. Com o apoio da IAF, ALTPET se mudou para uma nova instalação.



Cortesia ALTPET





Bahia Street.

semelhantes aos oferecidos em escolas privadas: aulas de arte e educação física e cívica; uma banda de música e uma companhia de dança que oferecem espetáculos públicos; e excursões a museus, parques, bibliotecas e locais históricos.

Mais recentemente, o Bahia Street tem levado em conta as condições em evolução do mercado de trabalho e a demanda de trabalhadores mais qualificados. “Começamos a sentir-nos responsáveis por orientar nossas estudantes para o ingresso na universidade”, comentou a Sra. de Cássia. O Bahia Street recebeu a doação da IAF em 2010 e investiu os fundos em seu programa diário e dar mais ênfase à matemática e às ciências. Um cursinho noturno está aberto para graduados do Bahia Street e trabalhadoras da comunidade em geral. Até agora 10 jovens do cursinho foram admitidas na Universidade Federal de Bahia, na Universidade Estadual de Bahia ou em instituições privadas que oferecem bolsas de estudo a afro-brasileiros. A Sra. de Cássia destacou que a procura do cursinho está aumentando, juntamente com o interesse em fazer estudos de nível superior. O ensino universitário está firme na mira de Livia de Jesus Nascimento, de 16 anos. Abandonada por seus pais e criada pela avó, descobriu há cinco anos as oportunidades do programa do Bahia Street e está nele matriculada desde então. “Pretendo continuar a estudar e fazer o ENEM ou o vestibular”, afirmou Livia. “O Bahia Street leva as meninas e mulheres a transformarem sua vida, ideias e atitudes. Meu pai foi viciado em drogas e minha mãe nunca veio me buscar, mas eu consegui desenvolver a autoconfiança e aprendi a usar os obstáculos do caminho como pedras onde apoiar os pés”.

Recentemente o ALTPET também ampliou seu programa em resposta à demanda local de ensino básico em leitura, escrita e matemática, bem como em capacitação profissional e inclusão digital que prepara trabalhadores qualificados para o complexo industrial de Manaus. Mas Gomes continua focado na oferta insuficiente de profis-

sionais qualificados nos campos de engenharia e técnicos para proporcionar pessoal ao complexo e em estudantes do ensino médio interessados nestas carreiras, os quais necessitam de preparação. A estação de rádio comunitária do ALTPET usa a música popular para atrair ouvintes e divulgar o que oferece. “É preciso falar a linguagem dos jovens” afirmou Jonas Gomes ao pessoal da IAF quando visitou os Estados Unidos a convite do Departamento de Estado dos EUA. “Muita gente ainda não conhece nosso trabalho”.

O Bolsa Família que tirou milhões da pobreza por meio de transferências monetárias condicionadas à frequência às aulas resultou em um número de crianças e adolescentes nas escolas maior do que nunca. De acordo com um estudo publicado pelo IPEA em 2012, uma década do Bolsa Família não melhorou o desempenho acadêmico. “Os estudantes pobres têm um melhor acesso ao ensino superior, que era privilégio de poucos até a década de 1990”, afirmou Gomes. “Mas se o acesso melhorou, o mesmo não ocorreu com o conhecimento. A qualidade do ensino nas escolas públicas está piorando. Como professor de engenharia em uma universidade pública, vejo estudantes com problemas em matemática e expressão verbal que deveriam ter sido superados antes de ingressarem na universidade. Eles poderiam estar preparados para serem aprovados no ENEM ou no vestibular, mas não estão preparados para cálculo ou para redigir em nível universitário. O ensino público precisa ser reformado começando no nível mais básico”. Isso exigirá um investimento público importante em infraestrutura, programas de estudo e professores. Entrementes, o ALTPET, o Bahia Street e organizações semelhantes continuam a oferecer um serviço essencial para jovens brasileiros desfavorecidos que aspiram a um futuro melhor.

David Fleischer è representante da IAF para Brasil; Alexis Toussaint è assistente de programas.

www.iaf.gov